

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas
do Sector Rodoviário e Ferroviário
Negócios, SA.**

6.^a Reunião
(29 de maio de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Renato Sampaio) declarou aberta a reunião às 10 horas e 37 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Prof. Doutor Manuel Avelino de Jesus, ex-membro do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Batista Santos e Duarte Filipe Marques (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Altino Bessa (CDS-PP), Fernando Virgílio Macedo (PSD), Manuel Seabra (PS), Mendes Bota, Adriano Rafael Moreira e Carina Oliveira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 36 minutos.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 37 minutos.

O nosso convidado já está à nossa espera, pelo que peço que aos serviços que façam entrar o Sr. Prof. Doutor Manuel Avelino de Jesus.

Pausa.

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Prof. Doutor Manuel Avelino de Jesus, ex-membro do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas, e agradecer o contributo que vem dar a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Prof. tem uma intervenção inicial. Para que os nossos trabalhos não se prolonguem demasiadamente, gostaríamos que as intervenções se cingissem aos tempos que estão determinados, nomeadamente, esta intervenção inicial deverá ser de cerca de 10 minutos e, a partir daí, os grupos parlamentares intervirão e colocarão as questões que pretendem.

Esta é uma Comissão de Inquérito que tem, nesta primeira fase, o objetivo de percebermos qual é o modelo, a forma e o impacto que as parcerias público-privadas tiveram na nossa economia.

Sendo assim, peço ao Sr. Prof. que, se assim o entender, proceda à sua intervenção inicial, para o que tem cerca de 10 minutos, para depois podermos iniciar o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Manuel Avelino de Jesus.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus** (ex-membro do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas): — Sr.

Presidente, Srs. Deputados, vou fazer uma intervenção muito breve, até porque não sei exatamente o tipo de preocupações que gostariam de ver esclarecidas. Assim, deixaria para as respostas às vossas questões o desenvolvimento da minha intervenção e daquilo que conheço sobre este assunto.

Em primeiro lugar, queria dizer que, provavelmente, em relação a muitas das questões que me irão ser colocadas e que estão no vosso espírito, a minha resposta estará um pouco prejudicada, talvez, pela razão que me traz aqui, ou seja, devido à falta de informação que tenho sentido na análise destas questões das parcerias público-privadas.

Assim, sem me recusar a responder, como é evidente, a questões concretas que me queiram colocar sobre esta ou aquela parceria público-privada, sobre este ou aquele modelo, enfim, sobre questões concretas, a minha resposta está com certeza muito prejudicada devido a esse facto.

Por outro lado, gostaria de sublinhar aqui a minha apreciação sobre o modelo das parcerias público-privadas em geral, porque, de alguma forma, isso poderá explicitar melhor as respostas que for dando às questões que me forem colocadas.

A primeira questão que é importante referir é que este modelo de contratação pública é um modelo relativamente recente na Europa. Surgiu no início dos anos 90, no Reino Unido, um pouco no seguimento da queda do governo da Sr.^a Thatcher e como resposta a uma certa aceleração das privatizações ocorridas durante esse governo, aparecendo como uma travagem a esse modelo no governo Major. Posteriormente, com o governo Blair, o modelo foi desenvolvido na sua plenitude e daí estendeu-se um pouco à Europa.

Relativamente a este modelo é importante referir que, apesar de ele ser utilizado intensivamente nalguns países europeus, nomeadamente no Reino Unido, em Portugal (de forma muito intensiva), em Espanha e na

Grécia, não é um modelo geralmente utilizado na Europa, ou seja, não é um modelo universal. Cerca de seis países, entre os quais aqueles que referi, representam praticamente 90% do valor total das parcerias público-privadas na Europa. Portanto, é um modelo muito localizado quer no tempo quer no espaço.

Um pouco na base disso está o facto de a utilização deste modelo ser em si muito polémica. Ou seja, para além das questões que, provavelmente, mais vos preocupam aqui — eventualmente algum exagero, algum mau jeito na utilização deste modelo —, o modelo em si não é universalmente aceite como eficaz, como pretende a teoria que fundamenta a utilização deste modelo de contratação.

Se estiverem interessados na minha opinião sobre o assunto, mais à frente poderei desenvolvê-la, com alguns pormenores e algum fundamento.

Assim, vou calar-me e espero responder às vossas preocupações a partir das vossas perguntas.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Muito obrigado, Sr. Prof..

Conforme está estabelecido no nosso Regulamento, as intervenções são rotativas e por ordem decrescente dos partidos, o que significa que, hoje, o primeiro partido a colocar questões é o PS.

Portanto, para formular as suas questões, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof., quero cumprimentá-lo em nome do Grupo Parlamentar do PS e dizer que a sua vinda aqui tem a ver com a sua presença no Grupo de Trabalho para a Reavaliação das PPP.

Iremos ouvir outros participantes nesse Grupo de Trabalho, mas queria referir que vamos tentar ser objetivos nesta Comissão, na medida em

que, sendo uma Comissão de Inquérito, o que queremos é apurar, com rigor, a avaliação que fazemos das PPP.

Nesse sentido, pedia que, sempre que tenha qualquer opinião, a concretizasse com exemplos, para que melhor possamos entender a sua ideia relativamente a este modelo.

Começo por perguntas muito objetivas e pedia que as suas respostas fossem também muito objetivas, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Assim, começo por perguntar quem o indicou para este Grupo de Trabalho e qual o Ministério que interagiu diretamente com esse Grupo de Trabalho.

Sei que se demitiu e gostaria de saber em que data, já que a primeira reunião desse Grupo de Trabalho foi a 14 de janeiro, e se deu conhecimento aos outros membros da sua demissão e das suas razões.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Prof. Dr. Manuel Avelino de Jesus.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Estas questões são de resposta muito rápida e objetiva.

Já agora gostaria de fazer um parêntesis. No caso de os Srs. Deputados terem interesse, trouxe um conjunto de documentos que poderão ser fotocopiados para os Srs. Deputados, a fim de testemunhar as minhas afirmações.

Acerca de quem me indicou, direi que a Comissão em que participei, se estão lembrados, foi criada no âmbito das negociações entre o Governo de então e o PSD para a aprovação do Orçamento do Estado para 2011.

No âmbito do acordo a que se chegou, foi criada esta Comissão que, de acordo com o documento que foi aprovado pelos negociadores, deveria

ser composta por cinco pessoas: um presidente, aceite pelas duas partes, dois elementos propostos pelo PSD e dois elementos propostos pelo Governo. A minha indicação, como é do conhecimento geral, foi feita pelo PSD. O outro elemento indicado pelo PSD foi o Sr. Dr. Lopes Cardoso, que creio que irá também testemunhar aqui nos próximos dias, e depois havia dois representantes do PS, o que provavelmente é também do vosso conhecimento.

Portanto, a resposta à sua pergunta é muito objetiva. O meu nome foi indicado pelo PSD, no âmbito desse acordo.

Acerca de qual o Ministério com o qual interagíamos, era o Ministério das Finanças. As próprias reuniões decorreram todas nesse Ministério e a nossa relação no dia-a-dia fazia-se, por intermédio do Sr. Presidente da Comissão, diretamente com o Sr. Secretário do Tesouro de então. Portanto, os pedidos de documentação e as questões do dia-a-dia eram tratadas desse modo, com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

Relativamente à informação sobre a minha demissão, direi que a minha demissão era um assunto que estava quase pré-anunciado um mês antes de ela se ter efetivado. Se estiverem interessados, posso deixar documentação exata sobre o assunto.

Fiz várias advertências, fiz vários pedidos, expliquei em várias circunstâncias que o trabalho que estava a decorrer estava posto em causa pela ausência de informação, e isso pode ser documentado. Posso dar-vos esses documentos, porque, felizmente, as coisas ficaram todas registadas em *e-mails* trocados entre os membros da Comissão.

Portanto, a minha saída ocorreu, creio, em 14 ou 15 de março, por meio de uma carta que dirigi, por um lado, às pessoas que oficialmente me tinham nomeado, o Secretário de Estado do Tesouro da altura e um representante do PSD, creio que um vice-presidente, de cujo nome não me recordo agora, mas que, depois, posso referir-vos.

Estava a ver se tinha aqui...

O Professor Leite Campos e o Sr. Secretário de Estado Costa Pina formalmente foram as pessoas que nomearam o Grupo de Trabalho.

Portanto, a informação sobre a minha demissão fez-se desta forma, ou seja, mediante uma carta que eu próprio entreguei pessoalmente junto do Ministério das Finanças e na sede do PSD.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Concluo, portanto, que não deu conhecimento aos outros membros da Comissão, como eles próprios me transmitiram.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Posso caracterizar melhor?

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Faça favor.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Eu não estava a entender exatamente a sua questão.

No próprio dia em que entreguei a carta de demissão aos dois elementos que referi, enviei por *e-mail* a todos os elementos da Comissão a informação de que estava, nesse momento, a entregar a carta de demissão. Isso está documentado em *e-mail* e, portanto, não há aqui duas interpretações. Hoje em dia, felizmente, as técnicas de informação permitem precisar até a hora dessa comunicação e essa comunicação foi feita a todos os elementos da Comissão.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Prof., concluo, portanto, que a razão que o levou a apresentar a demissão — aliás, a imprensa revelou isso — foi a falta de elementos.

De qualquer modo, a cronologia que tenho é a seguinte: em 14 de janeiro, houve a primeira reunião; em 17 de janeiro, recebe os primeiros *dossiers*; em 27 de janeiro, o Grupo de Trabalho pede todas as PPP; em 4 de fevereiro, é a segunda reunião; em 11 de fevereiro, há uma remessa do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças de informação relativa às PPP; em 17 e 18 de fevereiro, recebe mais elementos; em 25 de fevereiro, é a terceira reunião para apreciar elementos; em 14 ou 15 de março, como diz o Sr. Prof., demite-se — 20 dias após a terceira reunião. Argumenta que lhe faltam elementos.

O Sr. Prof. sabe se a Comissão continuou a trabalhar?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não tive conhecimento sobre o que se terá passado — aliás, várias pessoas já me puseram essa questão. Em resultado da demissão e da minha informação por *e-mail*, tive dois contactos com os outros elementos: um, com o Sr. Presidente, que lamentou a minha saída e estranhou a forma como ela se efetivou, e outro, com o Dr. Lopes Cardoso, que manifestou a sua compreensão e lamentou a minha saída. Não sei se está clara a resposta?

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — O Sr. Dr. sabe se foi elaborado algum relatório por essa Comissão? Conhece algo sobre essa matéria?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — O que ocorreu enquanto lá estive? Enquanto lá estive, embora com informação deficiente, de qualidade não totalmente satisfatória e em quantidade claramente insuficiente, foi produzido um documento pelo Sr. Dr. Lopes Cardoso no âmbito jurídico. Ele tentou responder à questão sobre quais seriam as consequências jurídicas se decidíssemos, como estava previsto nos poderes

do nosso mandato, a paragem do TGV, cujo processo estava em curso. Esse documento foi produzido. Não chegou a ser discutido entre nós, porque, entretanto, saí, pelo que não sei o que passou a seguir. Mas foi produzido um documento pelo Dr. Lopes Cardoso sobre essa questão.

Depois, houve um documento produzido pelo Dr. Sérgio Monteiro, que era um dos elementos presentes na Comissão, sobre avaliação dos custos de algumas parcerias público-privadas. Esse documento circulou entre nós, mas enquanto lá estive não chegou a ser discutido, não houve uma apreciação. Não sei o que terá ocorrido, quais foram as consequências, depois de eu ter saído.

Sobre outros eventuais documentos que tenham sido produzidos depois da minha saída, como é evidente, desconheço.

Em resumo, foram produzidos dois documentos por estas duas pessoas, mas não chegou a haver um pronunciamento por parte dos elementos. O documento circulou, mas eu, entretanto, saí e não sei o que terá ocorrido.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Prof., eu informo: um mês depois de o senhor sair, foi produzido um relatório de 121 páginas, relativamente exaustivo, o que, de alguma forma, nos questiona sobre a razão da sua demissão. O senhor diz que não tinha elementos. No entanto, com os elementos foi possível produzir um documento, que é um relatório extenso, que aqui tenho, sobre esta matéria.

Questiono-o pelo seguinte: o senhor demite-se dois meses depois de ter tomado posse. Ora, três meses depois é produzido um relatório. Gostaria que comentasse esta sua falta de elementos quando eles são contrariados pelo próprio relatório, que é bastante exaustivo.

Por outro lado, gostaria que pudesse confirmar ou não se, em determinada altura, é verdade que o Sr. Prof. questionou a falta de

elementos e se, num dos casos, até lhe foi dito que desde há três semanas, com prova de protocolo, os documentos estavam na sua universidade ser terem sido consultados.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Relativamente à questão do relatório que foi produzido, como é evidente, não posso pronunciar-me e, portanto, não vou comentar o seu conteúdo. Nem sequer vou comentar, como é evidente, o trabalho dos colegas que ficaram e que produziram esse documento.

Porém, um ponto importante que gostaria de reter é este: em várias ocasiões, nomeadamente por parte do Sr. Presidente da Comissão — isso está escrito —, foi afirmado e reafirmado que as pessoas comungavam das minhas preocupações sobre a falta de documentos. Se entenderem, posso deixar-vos aqui a troca de *e-mails* que ocorreu entre os elementos da Comissão. Isso está claramente escrito, preto no branco.

Portanto, se os meus colegas da Comissão foram capazes de ultrapassar esse impasse, essa ausência, quem sou eu para comentar!? Agora, parece-me que a inexistência dos documentos que eram necessários, para mim, é uma evidência.

Relativamente à entrega dos documentos, estou recordado que um dos elementos que eu mais solicitei, até porque isso fazia parte das nossas prioridades na Comissão, que era a documentação sobre o TGV, foi-me entregue no dia a seguir à minha demissão. Foi-me entregue no ISEG por um militar da GNR, como já referi em várias circunstâncias, em seguimento da minha saída.

Julgo que os Srs. Deputados compreendem que este *dossier* das PPP é complexo, difícil, que não se compadece, para ser analisado com rigor, com o fornecimento de documentos a conta-gotas e — vou dizer-vos de forma muito frontal — com alguma má vontade. Provavelmente em função

das circunstâncias em que a Comissão foi criada, notei — isso era claramente observável no ritmo e na relação que se criou para o fornecimento dos documentos — que os documentos estavam a ser, digamos, quase arrancados à força do próprio Ministério.

Repare: para uma Comissão destas trabalhar com... Nós tínhamos seis meses para executar os nossos trabalhos. Do meu conhecimento, avaliações deste tipo exigiriam que a documentação estivesse numa sala à disposição de todos — aliás, como muito bem foi sugerido, no início dos trabalhos, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Comissão. Isso nunca foi facultado. Ou seja, eu senti-me na ingrata tarefa de, para realizar o meu trabalho, estar a pressionar, a solicitar, a insistir na obtenção de documentos que vinham a conta-gotas e muitas vezes incompletos. Eu referi várias vezes que cheguei a receber CD em branco, *templates* de contratos... Enfim, se os meus colegas na Comissão são pacientes, eu tenho alguma paciência mas, provavelmente, serei mais impaciente do que a média.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Prof., a questão fica: temos dúvidas como é que uma Comissão consegue produzir um documento com esta extensão com os elementos que tem e o Sr. Prof. diz que, porventura, é menos paciente. Ora, o que se conclui é que eles são mais pacientes e mais produtivos, porque conseguiram produzir um relatório com a extensão e com a profundidade que eu próprio apresentei.

De qualquer forma, não me disse algo que está documentado: é que existe um protocolo de entrega de documentos ao Sr. Prof. que disse, três semanas depois, que não tinha recebido.

Vamos, agora, ao que interessa.

A pergunta objetiva é esta: nessa Comissão, ao Sr. Prof. competia, na divisão de tarefas que fizeram entretanto, a responsabilidade pelas variáveis

macroeconómicas, pelas curvas de procura, pelas taxas de juro de mercado, pelas receitas fiscais indiretas e pelo impacto socioeconómico. Confirma?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não tenho aqui a divisão de tarefas, mas não me custa confirmar. Creio que foi isso.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Portanto, foram estes elementos que não lhe foram facultados: as variáveis macroeconómicas, as curvas de procura, as taxas de juro de mercado, as receitas fiscais indiretas e o impacto socioeconómico Não é assim?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Desculpe, mas não entendi a sua questão.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Face às tarefas que foi incumbido nesse Grupo de Trabalho, não teve os elementos para fazer esta sua parte do trabalho?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Repare: foi definido pela Comissão — aliás, em função das indicações das pessoas que criaram a Comissão — que deveríamos dar prioridade à análise do projeto de TGV, porque era um assunto que estava pendente e era importante fazermos a sua análise a tempo de não haver factos consumados.

Do meu ponto de vista — aliás, como referi várias vezes aos elementos da Comissão —, precisávamos de ter conhecimento global do projeto para podermos trabalhar sobre os elementos que me foram pedidos e aos outros elementos.

Julgo que estará na sua ideia este facto, ou seja, esperar-se-ia que eu, independentemente de ter os elementos necessários para poder fazer uma

apreciação global do projeto, fosse, digamos, executante de tarefas elementares, antes de termos uma conceção global sobre o projeto.

Eu não cheguei a fazer esses elementos, como é evidente, porque me faltou a conceção global do projeto.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Prof., vamos, agora, às questões que têm mais a ver com as PPP.

Gostaria de o ouvir, da avaliação que fez e do trabalho que teve na Comissão, quais os encargos para o Estado das PPP, quais os custos que estima com estes encargos e de que forma compagina isso com aquilo que é a inscrição orçamental no último Orçamento do Estado do encargo líquido, da responsabilidade, como sabe, do Sr. Ministro das Finanças, de cerca de 15 000 milhões de euros.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Já fiz uma advertência inicialmente que, de alguma forma, prejudica esta resposta. Ou seja, julgo que temos de ser rigorosos na análise destas questões e daí a minha insistência, digamos, da necessidade de obter informação.

Repare, quando eu me queixo, quando eu sublinho com muita força a necessidade de ter informação não é impulsionado por qualquer objetivo de «voyeurismo». Pessoalmente, não ando à procura de nenhum alçapão ou de qualquer elemento que me permita dizer que há um mau comportamento por parte dos gestores destes projetos.

O acesso à informação é necessário para responder com algum rigor mínimo às questões que, por exemplo, o Sr. Deputado acaba de me colocar. Dir-lhe-ia que não me atrevo a fazer uma previsão, porque, como é evidente, essa previsão pressupõe o acesso à documentação. Portanto, eu farei a minha avaliação e as minhas previsões, mas numa Comissão deste tipo julgo que deveremos ser mais rigorosos. Ou seja, eu não estou em

condições de, de forma objetiva, responder à sua questão por falta de informação, por falta de documentação que eu possa observar e sobre a qual eu possa trabalhar.

Já agora, queria só deixar uma pequena nota. Se bem estão lembrados, em relação aos valores que o Sr. Deputado referiu, a história mostra-nos que acabam por ser desmentidos, ou seja, em cada ano que vai passando os dados sobre os encargos do Estado vêm sistematicamente empolados. Num ano é 30%, noutra ano é 28%. Enfim, provavelmente, nem o aparelho do Estado estará em condições de fazer, neste âmbito, previsões com o mínimo de rigor. Porque, repare, desvios de 30% ou de 28% são desvios muito razoáveis. Quem sou eu para me pôr agora a apontar números que provavelmente iriam ser desmentidos ainda com mais veemência do que esses?

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — O Sr. Prof. põe, portanto, em causa os valores que estão no último Orçamento do Estado, que preveem valores (página 122) de encargos líquidos de 15,129 milhões num período até 2051.

No entanto, o Sr. Prof. não se coibiu de afirmar já, num programa de televisão, que os encargos fixos são de 50 biliões.

Sr. Prof., disse agora que não estava em condições de poder confirmar o valor de 15 000 milhões, mas já afirmou que são 50 biliões. Gostaria que comentasse esta sua afirmação num programa televisivo, em que também esteve presente o Prof. Medina Carreira, que tive oportunidade de ver, e como é que há este salto. Quer dizer, não confirma 15 000 milhões, mas afirma 50 biliões.

Qual é a explicação, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Como é evidente, confirmo essas declarações e posso dar-lhes alguns pormenores sobre o contexto em que elas foram afirmadas e qual é o meu pensamento sobre o assunto.

Quero dizer-vos que o número que eu referi resulta, digamos, do confronto de opiniões de pessoas que tiveram acesso a informação mais vasta e durante mais tempo do que eu, nomeadamente de uma pessoa que esteve nesta Comissão há pouco tempo, o Dr. Carlos Moreno.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Permita-me só que lhe diga que multiplicou por 1000 os valores exatos depois de aqui confirmados na Comissão.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Multipliquei por 1000?

O Dr. Carlos Moreno, que esteve aqui na Comissão na sexta-feira, indica o valor de 48 biliões.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Multiplicou por 1000. Os valores exatos multiplicou só por 1000. Estão escritos no livro, portanto, não é uma questão de afirmação, é uma questão de evidência.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não, há um engano. Há uma diferença de 2000 milhões. Referi o valor de 50 biliões e o Dr. Carlos Moreno refere 48 biliões. Portanto, há uma diferença de 2000 milhões, não de 1000. Não é essa diferença que está a referir.

De qualquer maneira, há várias avaliações que, de forma imperfeita, vão sendo feitas e o próprio valor do Dr. Carlos Moreno provavelmente não

é feito com muito rigor. Portanto, é uma apreciação em função de informação a que ele teve acesso.

Nessa ocasião, na TVI, disse mais coisas que o Sr. Deputado não referiu. É que eu digo também, e volto a afirmar, que esses valores tendem a ser ainda mais empolados, porque nesses valores não estão incluídos os valores dos famosos reequilíbrios financeiros. São contratos abertos que são negociados pelo poder político que estiver, digamos, em serviço na altura, e aí temos um ponto de interrogação muito elevado. E eu referi nessa comunicação que esses valores, dependendo da vontade política e da forma como as coisas forem sendo geridas, podem ser acrescidos de — referi mesmo — de 20%, 30% mais. E volto a afirmar isso.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Professor, isso é um «suponhamos». Porque se tem aqui uma evidência de que é até 2051, o que está a dizer é que, se o próximo Governo, não este, entender fazer uma renegociação, porventura haverá um acréscimo de 28% a 30%, 50%, 100%, o que entender nessa negociação política. Portanto, o Sr. Professor está a dizer que as próximas negociações ou as que estão a decorrer vão ocasionar aumentos neste valor. É isso que quer dizer?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, entendamo-nos. Vamos lá ver, não estamos em condições, nem eu nem o Sr. Deputado, de discutirmos os valores com rigor. A minha afirmação deve ser entendida neste sentido: a forma como os contratos estão elaborados permite um descalabro completo, digamos, nos valores que podem vir a ser apresentados no futuro. Ou seja, os contratos são muito abertos, são o resultado da negociação entre o poder político e as empresas que estão no terreno e, quando eu digo que podem ser acrescentados 20%, 30%, o que eu quero dizer é que nós não temos, digamos, a possibilidade

de fazer um cálculo rigoroso, porque os contratos, sendo contratos abertos, e tendo prevista a famosa cláusula dos reequilíbrios financeiros, permitem um empolamento — vou usar as palavras um pouco livremente — quase indefinido, porque não há limites.

Já agora, podemos pegar na questão dos limites. A legislação existente, quer de 2001 quer de 2003, prevê que haja no Orçamento do Estado a colocação de limites ao endividamento do Estado no âmbito das parcerias público-privadas. Isso nunca foi respeitado e, portanto, quando eu digo que esses valores podem vir a ser empolados 20%, 30%, digo que, embora a legislação preveja essas limitações, na prática isso nunca valeu. Aliás, como não se tem cansado de dizer o Sr. Dr. Carlos Moreno, que esteve aqui bem recentemente e que conhece esse assunto com algum pormenor.

Portanto, em resumo, volto a referir que não estou em condições — e creio que o Sr. Deputado também não estará — de fazer cálculos com o mínimo de rigor. Olhando para trás, a prática diz-nos que os valores podem vir a ser empolados, porque os contratos assim o permitem, em limites impensáveis.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Os contratos, suponho que os viu, está a afirmar que são abertos. Queria que me desse exemplos desses acréscimos de 28% a 30%. Em que casos é que isso aconteceu?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Do ano de 2010 para o ano de 2011, que são anos que já estão encerrados, os encargos do Estado com as parcerias tiveram um aumento de 30%, como está documentado. Creio que, no caso desse ano, os valores são conhecidos.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Pode dizer os contratos?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Como lhe disse, não tenho... Repare, se me foi negado o acesso aos contratos, como é que eu posso... A não ser que, enfim,...

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — O Sr. Prof. tem estado sempre a falar... O senhor é um professor universitário e sabe que, numa comissão de inquérito, queremos rigor.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não posso responder em relação a contratos em particular, porque não tenho acesso à existência dos contratos, como é evidente.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Pedia-lhe que, quando comentasse, me desse os exemplos práticos para podermos ver. É que dizemos que é de 28% a 30%... Eu podia contrariá-lo e dizer «olhe, é menos 10, ou menos 20, ou menos 30». Estamos aqui a falar com suposições e não fundamentados em aspetos...

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, em termos de rigor, queria referir o seguinte: relativamente aos encargos do Estado com as parcerias público-privadas, o ano de 2011 encerrou com um valor 30% acima do que estava previsto inicialmente. Esse dado é conhecido e, portanto, não são opiniões.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Prof., vou dizer-lhe exatamente quais são os valores e a que é que dizem respeito.

Fechou com um valor de 799.6. Sabe a que é que diz respeito? Não é a esse ano. Foi uma arquitetura financeira. 322 dizem respeito à concessão

Interior Norte, do Governo de Durão Barroso; 268,2 dizem respeito à concessão Norte, do Governo de Durão Barroso — e digo-lhe porquê se quiser saber as razões; 197 dizem respeito ao túnel do Marão, já decidido por este Governo. Estes são os valores que estão inscritos e que não correspondem exatamente ao ano. É uma questão contabilística. É esse rigor que eu gostava que o Sr. Prof. indicasse quando se pronuncia sobre essa matéria. E, sendo de anos anteriores, já estão incorporados nos valores que são aqui assinalados no ano de 2012, em 15 000 milhões de euros.

Quer comentar, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, sei que esse tipo de questões que me está a colocar faz parte, digamos, do jogo democrático nesta Casa. Mas, como é evidente, eu não sou um jogador nesse campo, portanto, não...

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Podemos avançar, então.

Pergunto-lhe, Sr. Prof., como se tem pronunciado muito sobre isso, se sabe quais têm sido os *spreads* negociados pelo Estado, designadamente nas últimas oito subconcessões.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não conheço. Não lhe posso responder com rigor, porque não tenho acesso à informação.

Já agora, em relação à questão da informação, lembro que esta questão é de importância capital no capítulo das parcerias público-privadas. No documento que foi assinado com a troica está um ponto bem explícito relativamente à necessidade de divulgação da informação relativamente às parcerias público-privadas.

A minha participação aqui, provavelmente, não poderá fugir muito desse âmbito. A informação é rigorosamente necessária para podermos

fazer uma avaliação e para podermos ter opinião fundamentada sobre os contratos em particular. Outra coisa são os dados de natureza macroeconómica, para os quais já há dados disponíveis e é mais fácil fazermos pronunciamentos.

No entanto, sobre contratos em particular, não havendo informação ou tendo alguns dos Srs. Deputados essa informação e eu próprio não a tendo estamos numa situação de desigualdade que não poderei naturalmente rebater, porque a informação não me está fornecida.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Mas eu tenho, Sr. Prof., e posso dizer-lhe. Os *spreads* vão de 0,70 a 2,75. Como calcula, nesta data, para os refinanciamentos, são valores muito aceitáveis.

Num dos últimos programas em que estive, e já aqui citou várias vezes, diz-nos que há contratos com 16 ou mais TIR. Gostaria que concretizasse. Qual é esse contrato?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Voltamos à questão da informação. Posso responder-lhe em termos genéricos.

Sobre esta questão das PPP, volto um pouco atrás. Ao fim destes anos todos, já existe a teoria, já existe a observação *a posteriori*. Nós aqui, em Portugal, temos por hábito não fornecer a informação, mas noutros países onde estas matérias já existem há algum tempo a informação é mais aberta e os dados são conhecidos. E podemos dizer que, em geral — e no caso português, provavelmente, não será diferente —, os valores reais da rentabilidade neste tipo de contratos podem chegar a valores entre 15 a 20%. Isso está estudado *a posteriori*...

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Pode concretizar?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não vou concretizar, porque não tenho os elementos.

Portanto, são valores que são feitos a partir do estudo das parcerias público-privadas na Europa a partir de valores reais e não a partir dos contratos, porque a rentabilidade real normalmente — pode não ser sempre assim, mas é a maior parte das vezes — é superior à rentabilidade que resulta dos contratos, porque o que interessa são os valores *a posteriori*.

Em Portugal, estamos muito habituados a fazer poucos estudos. Quando fazemos os estudos, fazemos estudos *a priori* de forma muito bem ajeitada para termos as conclusões que estamos à espera. No entanto, não fazemos os estudos *a posteriori*. E sabemos hoje que as parcerias público-privadas na Europa produzem rentabilidades dessa ordem de grandezas. Admirar-me-ia muito que, no nosso caso, em termos globais, andássemos por valores muito mais baixos.

Aliás, por alguma razão esta figura das parcerias público-privadas é adotada apenas por um reduzido número de países e não é o instrumento de preferência da maior parte dos países europeus. Por alguma razão será. E, entre outras razões, poria essa questão, a questão da rentabilidade, de custos que são para os poderes públicos superiores aos que resultam da contratação habitual do Estado. Portanto, esses são valores que são conhecidos.

No entanto, volto à questão. Não me pode pedir que faça afirmações relativamente a contratos em particular, em primeiro lugar, porque não tenho acesso aos contratos e, em segundo lugar, porque os valores que são mais importantes de considerar são os valores *a posteriori*. E sabemos que não só os contratos são permanentemente postos em causa e refeitos, ajeitados, como não temos, no nosso caso, estudos feitos *a posteriori* que nos permitam fazer a aferição sobre a rentabilidade real dessas parcerias.

Mas, em termos globais, não me custa a acreditar que a nossa situação não seja diferente e, se for diferente, será para pior, digamos assim.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — O Sr. Prof referiu casos em que houve baixas muito sensíveis e até citou o caso elogiável da Fertagus entre outros casos. Portanto, em Portugal, há casos de descidas nas renegociações.

Mas queria dizer-lhe que estes valores que estou a assinalar estão todos no tal relatório que a Comissão de que fez parte produziu.

Portanto, só queria concluir o seguinte: foi possível chegar a estes valores — estão aqui as taxas internas de rentabilidade e outros valores —, foi possível fazer um relatório e foi possível ter algum rigor.

O que me pareceu da sua intervenção é que fez várias intervenções na TVI, e ouvi-as todas, avançando valores e hoje reconhece aqui que não viu os contratos e que não está em condições de produzir afirmações seguras por ter falta de informação.

Gostaria que comentasse por que é que acontece, em Portugal, nas renegociações também haver descidas e contrariar, portanto, a ideia que tinha pré-estabelecida de que só há subidas de 28 a 30%.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Volto a afirmar a minha metodologia para fazer essas afirmações: primeiro, trata-se de observação do funcionamento das parcerias público-privadas na Europa, adaptar esse conhecimento à situação real do País e conjugados com alguns valores que vão sendo conhecidos.

Portanto, não vou agarrar-me a este ou àquele valor pelas razões que referi, mas quero voltar a afirmar que, se o aparelho de Estado se engana na ordem dos 30% face às previsões feitas, um simples cidadão com os meios

que tem fazer afirmações desse tipo devem ser enquadradas, digamos, na perspetiva que vos referi.

Mas volto a afirmar-vos que não tenho dúvidas que, se não for posto um travão ao modo como as parcerias público-privadas estão a funcionar, esses valores arriscam-se a serem valores reais. Não tenho dúvidas sobre isso e posso reafirmar aqui novamente.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, passamos ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Manuel Avelino de Jesus, estou solidário com V. Ex.^a na falta de documentos e na falta de informação. Ou temos a sorte hoje de ser visitados pelo senhor dos cacifos e teremos eventualmente mais documentação ou vamos continuar aqui a tentar acertar em alguns elementos.

Aliás, vamos fazer um requerimento a solicitar todas as atas do Tribunal de Contas para que, de facto, o senhor do cacifo não nos dê as atas uma a uma.

Gostava também de pedir ao Partido Socialista se podia divulgar o tal relatório da comissão, exaustivo, que tem dados relevantes, que desconheço — não sei se algum grupo parlamentar o tem, não sei se a Comissão já o tem —, o que torna quase impossível a tarefa de fazer perguntas, mesmo de boa vontade. Não quero dizer que a derrapagem é de mais de 50 biliões de euros, também cometendo aqui um erro, fruto de, às vezes, fazer extrapolações ou fazer multiplicações de dados que aparecem.

No entanto, não sei se o Partido Socialista está em condições de divulgar o relatório e, divulgando o relatório, facilitar o trabalho, ou se não

o irá fazer e teremos de o solicitar. Portanto, Sr. Presidente, no final entregaremos um requerimento para solicitar esse tal relatório exaustivo.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Já foi pedido!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Prof., gostava de lhe perguntar e já agora corrigir, o seguinte: V. Ex.^a foi chamado a esta Comissão, assim como um conjunto de individualidades, no sentido de nos aconselharem e nos darem indicações necessariamente genéricas — porque teremos uma segunda fase de análise mais em pormenor — da perceção que fazem de algo que V. Ex.^a chamou «complexo», «de difícil análise». Aliás, estas poucas audições provam isso mesmo: que estamos perante uma matéria complexa, de difícil análise e de difícil previsão.

Lembro-me que fui o responsável por ter solicitado a sua presença na Comissão de Obras Públicas à data da sua demissão, porque me suscitava uma dúvida que gostava de voltar a afirmar.

V. Ex.^a dizia, na altura — e quero acreditar nisso hoje —, que sentiu alguma má vontade, que ficou quase claro que havia, de facto, não só má vontade, mas até pouca vontade de o Governo da altura esclarecer o que quer que fosse. Senti que V. Ex.^a sentiu, a determinada altura, que foram usados nessa Comissão de Avaliação apenas e só para conseguir aprovar o Orçamento da altura que estava em causa. Porque, se assim não fosse, o que explica que o Governo tenha enviado documentação deficiente, documentação insuficiente e até, nas palavras de V. Ex.^a, CD em branco.

Se levamos a sério estas coisas — e quero acreditar que, há boa vontade, há vontade clara de chegar a uma conclusão, de avaliar com profundidade e de saber exatamente do que estamos a falar —, como é possível enviar documentação em branco? Não parece que seja essa a lógica. V. Ex.^a, na altura, fez nota disso.

Portanto, gostava de saber se se sentiu, de facto, usado, se achava que o prazo da Comissão era razoável para conseguir avaliar tudo o que estava em causa, à data quanto tempo já tinha passado depois de V. Ex.^a considerar que a paciência tinha limites e que contactos fez, que perguntas fez solicitando essa documentação. Já agora, antes de me calar desta vez, se tinha tido algum contacto com algum documento, por exemplo, da PPP do TGV, que era uma, na altura, das que estava em cima da mesa e, para nós, até a mais grave, porque o contrato estava para ser assinado em breve. Portanto, queria saber se nessa documentação alguma vez houve um documento que fosse sobre essa parceria público-privada.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, começando por responder concretamente à sua questão, o documento sobre o TGV que a própria Comissão tinha considerado que deveria ser, digamos, o elemento prioritário... Portanto, o documento que recebi — em relação aos outros elementos da comissão não sei. Porque houve aqui também um elemento que talvez seja importante referir: é que os elementos iam sendo fornecidos parece-me que de forma diferenciada aos vários elementos da Comissão. Ou seja, não tínhamos uma *pool* de documentos à disposição de todos. A Secretaria de Estado do Tesouro ia enviando individualmente a cada elemento várias informações e atrevo-me a imaginar que, provavelmente, nem todos recebíamos ao mesmo tempo as mesmas informações.

No meu caso, o documento relativo ao TGV, que acabei por não abrir, não sei o que lá está, porque, entretanto, como saí da Comissão e tive outras coisas para fazer, não o analisei. Esse documento, como referi há pouco, foi-me entregue, já depois da minha demissão, em mão por um elemento da GNR, que julgo que fazia serviço no Ministério das Finanças. Portanto, depois já da minha saída.

Creio que depois houve... Na altura, isto provocou um certo burburinho e creio que houve comunicados de imprensa da Secretaria de Estado do Tesouro e teria sido afirmado que esse documento me teria sido enviado antes da data em que efetivamente o recebi. No entanto, de facto, esse elemento foi recebido por mim em mão, pessoalmente, das mãos de um elemento da GNR, já depois da minha saída.

Sr. Deputado, não tomei nota das outras questões que tinha colocado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Prof., perguntei-lhe se de alguma forma sentia que o prazo da Comissão era razoável e se sentiu que foram usados, no fundo, para criar apenas um espaço de aprovação do Orçamento e não propriamente com uma vontade intrínseca de avaliar as PPP.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim. Repare, se quer que lhe diga muito francamente, desde muito cedo comecei a suspeitar — não logo nos primeiros tempos, mas passado um mês da minha presença na Comissão... Já agora, faço um parêntesis: embora não tivéssemos reunido muitas vezes, como o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro referiu, estávamos em contacto permanente por *e-mail*. Portanto, a nossa comunicação era mais frequente do que o número de reuniões deixa entender.

No primeiro mês, trabalhei com alguma boa fé, com a ideia de que... Vamos lá ver: eu tinha esta ideia. Tinha a ideia de que, dada a composição da Comissão — e até porque eu tinha uma posição que era conhecida, nomeadamente pelos outros elementos, muito crítica, relativamente a esta figura das parcerias público-privadas —, muito dificilmente iríamos conseguir fazer um documento aprovado por todos, chegar a um acordo global. Mas julguei que, pelo menos, seria possível que, com base na

informação disponível, fossemos capazes de definir as balizas do que estava em causa e pôr em cima da mesa números reais e, digamos, capazes de serem objeto de uma apreciação política fundamentada. Essa era a minha perspetiva, em que eu me colocava.

Passado um mês de trabalhos da Comissão, comecei a temer que nem isso seria possível. Aliás, logo a partir do primeiro mês — e isso está documentado, como disse, e, se os Srs. Deputados quiserem, posso fazer-vos um *dossier* com esses elementos todos, porque isso foi trocado por *e-mail* entre nós —, eu referi várias vezes que, dado o modo como a informação estava a ser fornecida, punha em causa a capacidade que tínhamos de, no tempo previsto, chegar a resultados palpáveis, ou seja, cumprir a nossa missão.

Quero referir-vos que — e vou dizer isto pausadamente — todos os elementos da Comissão, incluindo o Sr. Presidente, me respondiam, manifestando preocupação. Nomeadamente o Sr. Presidente da Comissão várias vezes referiu que iria insistir junto do Sr. Secretário de Estado para que a informação me fosse fornecida. Isso está documentado muito claramente. «Estou preocupado, comungo da sua preocupação, Sr. Prof., e vou insistir junto do Sr. Secretário de Estado para que a documentação lhe seja fornecida». Isso está escrito, documentado, datado. Portanto, não foi uma atitude, digamos, mais impaciente da minha parte.

E, para responder à sua questão, muito rapidamente percebi que estavam à espera, no meu caso pessoal — não posso falar pelo caso dos outros elementos —, que fizesse um papel a que não estou habituado e que me recuso a fazer, ou seja, estar ali para fazer de contas de que iríamos fazer qualquer coisa de útil. Daí que, tendo aguardado mais algum tempo e repetindo-se de forma irreversível os mesmos fenómenos, a mesma recusa de informação, achei por bem que deveria sair.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Prof..

Queria voltar a um conjunto de questões e dizer-lhe que, de facto, o Sr. Juiz Conselheiro Carlos Moreno afirmou que o Estado tinha poucas condições de fazer análises rigorosas sobre as parcerias público-privadas. Diz até que o Estado tinha pouca competência sobre essa matéria e considerou que os estudos que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças apresentava eram suficientes. Como temos hoje o Partido Socialista menos diligente na entrega de documentos, torna ainda mais difícil analisarmos em pormenor e, portanto, só nos podemos socorrer de notícias dos jornais ou de relatórios existentes.

Do que estudou, não sei se faz a mesma análise da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, se faltam elementos, se acha que são poucos, se é pouco claro, ou se há elementos que não investiga. Essa é uma pergunta que lhe queria fazer. Porque nunca sabemos, ao certo, quais os riscos que o Estado incorre, se são os riscos fiscais, se são os riscos do pagamento o consultor externo, se são os riscos, apenas e só, que têm a ver com a TIR, etc. De qualquer maneira, todos nós vamos lendo relatórios.

Queria, de facto, também fazer-lhe perguntas sobre o que disse na televisão e que já aqui foi citado — não vou agora repetir se falou em 50 biliões. Mas no relatório da Direção-Geral do Tesouro e Finanças está este mapa, que diz claramente, de 2008 a 2011, como é que as parcerias público-privadas têm derrapado. De facto, não chegam aos 30, 40%, presumo ser uma projeção de V. Ex.^a. Mas, pelo menos, podemos avaliar que os custos com as PPP derrapam em 18% só em 2011. Portanto, há dados. E aí acredito que, se fizer uma extrapolação, pode chegar aos valores que quis falar.

Portanto, da análise que fez desse relatório e do que está aqui — e julgo que não é preciso ter este documento para depois o pedir, é público e posso mostrar — diz isso mesmo. O que lhe pergunto (aliás, queria

acrescentar mais perguntas) é qual a previsão que faz daquilo que pode acontecer, do conhecimento e dos dados que tem, no fim do contrato; se o Estado pode ou não pode, de facto, estar a pagar valores incomportáveis; e, na sua opinião, como é que o Estado devia cuidar de limitar, se utilizando o modelo da renegociação, se utilizando um outro modelo.

Aliás, falou aqui também e começou por fazer um exaustivo comentário de como é que os outros países tratavam destas matérias, gostava também que me dissesse que boas práticas ou más práticas encontrou, quer em Portugal quer lá fora — porque a nossa ideia é conseguir sair daqui não na busca de culpados mas, porventura, evitando ou identificando más práticas e erros, para que não se possam repetir —, e como é que o Estado pode renegociar e como é que o Estado pode ter cuidados.

Nessa mesma entrevista, V. Ex.^a falava, há uma pergunta... O Juiz Carlos Moreno diz que não põe as mãos no fogo por nenhum Governo; o Dr. Medina Carreira dizia que estão todos combinados; e V.Ex.^a não confirma isso, mas responde «há brechas», «desconfio que há brechas». A que se estava a referir? De que «brechas» se estava a referir?

São, para já, estas as minhas perguntas.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Quando falo em brechas, digo o seguinte: os contratos, como eu referi há pouco, são contratos muito abertos, garantem uma determinada rentabilidade às empresas em questão. E, depois, temos uma outra questão, que é central. O aparelho de Estado, no nosso caso, não está preparado para negociar, em igualdade de circunstâncias, ou seja, com técnicos com a mesma capacidade, com a mesma experiência e com o mesmo traquejo que a parte privada tem. Portanto, a defesa do interesse do poder público está muito

prejudicada pela, diria mesmo, decapitação do aparelho de Estado a que assistimos nas últimas décadas.

Hoje fala-se muito que os funcionários públicos ganham mais do que os privados. Sem entrar nessa polémica, e trazendo essa questão para o que nos interessa aqui, podemos dizer que os quadros altamente qualificados da Administração Pública foram desnatados pelas empresas privadas e estão hoje, digamos, do lado do sector privado.

Portanto, temos de um lado os melhores técnicos, alguns dos quais foram trazidos da função pública e do outro lado um conjunto de funcionários desmotivados, mal pagos, muitas vezes mal treinados para defender com rigor o interesse público.

Com uma situação dessas, com contratos que dão, digamos, uma extrema maleabilidade à negociação, deixando em aberto muitos dos valores, como os valores depois *a posteriori* vêm revelar, é natural que haja o perigo do empolamento dos valores que eu referi.

Portanto, dir-lhe-ia que uma das principais medidas a tomar para defesa do interesse público é voltarmos a ter na função pública quadros não só prestigiados, mas capazes e muito melhor pagos do que são neste momento.

Enfim, essas questões são simples. Se temos de um lado os melhores técnicos muito bem pagos e do outro lado temos funcionários públicos muito mal remunerados e muitas vezes desmotivados, é evidente que o resultado não é difícil de adivinhar.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Prof., queria só recordar-lhe que gostava de ouvir a sua opinião sobre boas e más práticas que possa, eventualmente, encontrar entre o modelo utilizado por nós e lá fora.

Não resisto a concordar, porventura, com as afirmações que faz sobre os funcionários, mas, já agora, gostava de pedir o seu comentário. Nós

temos, por exemplo, um regulador, que é o InIR (Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, IP), que trata dessas questões e que não me parece que tenha pessoas pouco qualificadas, e que recebe cartas da tutela, de quem nomeia o regulador, do género: «Registo, com enorme preocupação, a falta de rigor e de correção técnica da análise apresentada. Determino o apuramento de responsabilidades e recomendo que o InIR providencie as medidas adequadas para que, em futuras ocasiões, tal situação de descrédito não volte a acontecer». Isto era uma carta do Secretário de Estado Paulo Campos, zurzindo no regulador por causa dos estudos de tráfego, mas a ironia do destino é que as previsões do InIR são as únicas que estão próximas da realidade. E, portanto, os tais incompetentes e os tais que faziam estudos pouco rigorosos são os únicos que parece que vão acertar ou têm acertado nas projeções de tráfego.

Gostava, portanto, que pudesse comentar, porque isto também não ajuda a que o Estado possa estar preparado para a análise às parcerias público-privadas.

Gostava também de lhe voltar a colocar a questão das boas e más práticas e formular uma outra. Afirmava que o Estado podia ter poupanças nas renegociações, dava até valores de 16, 17, 18%. A minha pergunta é em que se baseia para fazer essa análise tão taxativa de valores que o Estado possa... Em relação também às outras perguntas: boas práticas e esta pergunta.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Julgo que, havendo a perceção que as taxas de rentabilidade destas parcerias são bastante mais elevadas do que as taxas de rentabilidade normais, digamos, da atividade económica, portanto, uma renegociação desses contratos tem naturalmente uma margem enorme. E essa margem, enfim, vai entre as taxas de

rentabilidade efetivas e as taxas de rentabilidade, digamos, normais que se praticam na atividade económica global.

Eu, na altura, não referi isso, mas agora, uma vez que se pôs esta questão, julgo que há aqui uma questão que deve ser ponderada. Na situação de crise atual em que sobretudo as empresas da construção civil estão a ser muito massacradas e, portanto, com elevado desemprego e falta de trabalho, julgo que isso pode funcionar como um obstáculo ou como um travão a uma negociação, digamos, plena dessas rentabilidades, porque isso pode pôr de alguma forma em causa a atividade futura de algumas dessas empresas. Ou seja, julgo que haveria que repensar e pôr à discussão a forma como se podem repensar esses contratos, que tipos de renegociação é que podem ser implementados ou que outras formas é que podem ser antevistas para resolver o problema.

Relativamente às boas práticas, julgo que nesta área não há muito que inventar. Ou seja — o que é contrário à minha opinião, como já fiz transparecer —, se a decisão política é a de conservar no futuro e eventualmente voltar a fazer novas parcerias público-privadas, julgo que se teria de copiar um pouco o modelo inglês, que se baseia basicamente na existência de uma parte do aparelho de Estado bem vocacionado para gerir de forma profissional estas parcerias.

Julgo que não será necessariamente uma boa prática fazer apenas algumas mudanças, digamos, do pessoal técnico e do pessoal político que vai gerir estas parcerias, esperando que daí se obtenham resultados imediatamente. Pode haver alguma melhoria, mas essa, do meu ponto de vista, não será a solução.

Do meu ponto de vista, ou se procura seguir o modelo rigoroso, à inglesa, portanto, com um aparelho de Estado claramente preparado para gerir essas parcerias, ou se faz marcha atrás e tentamos reverter as coisas no sentido das contratações habituais do Estado, que é claramente a minha

preferência, pelas razões que já referi, mas que posso voltar aqui talvez a precisar melhor.

Por que é que eu acho que o modelo das parcerias é um mau modelo? E não é por acaso que só alguns países, muito poucos, é que optam, de forma franca, por este modelo, e os números que referi há pouco são elucidativos.

Primeiro, em situação normal, os custos de financiamento do Estado são custos mais baixos do que os do sector privado. Portanto, desde logo, temos aqui um elemento que, de alguma forma, funciona como contrapeso da maior eficiência da gestão privada, que é inegável, pois há, de facto, um maior ganho de produtividade e de custos com a gestão privada, e isso não pode ser posto em causa, é evidente.

Agora, há fatores que contrariam, digamos, que contrabalançam esse ganho: primeiro, os custos de financiamento; segundo, um prémio de risco superior. Ou seja, vocês têm de compreender que as empresas que entram nestas parcerias vão ter como parceiro não uma outra empresa normal, com a qual possam negociar, mas têm como parceiro o poder soberano. Portanto, é o poder que pode — e faz isso com frequência — mudar os contratos, exigir mais uma modificação. Enfim, a pressão do poder soberano, no funcionamento destes contratos, é uma evidência. E isso, no mercado, costuma resultar numa taxa de risco superior. Ou seja, a razão por que estes contratos têm taxas de rentabilidade superiores é muito simples, é que, se não for assim, não há empresas que entrem nestas negociações, nestas parcerias, vão para outros negócios. Daí que haja este risco que referi. Portanto, se apertamos muito nas negociações, da próxima vez não vamos ter empresas a participar nestas parcerias.

Portanto, este prémio de risco é um dado conhecido e é uma das razões por que, na Europa em geral, os governos não querem saber deste tipo de parcerias, porque lhes custam mais caro.

Custos de transação: gerir as parcerias público-privadas não é tarefa fácil, porque são contratos a 30, 40 anos. Os custos de transação são conhecidos dos estudos *a posteriori* na Europa. São à volta de, pelo menos, 3% do valor total dos contratos. Ou seja, isto são quatro vezes mais do que os custos de transação nos contratos de contratação normal. Portanto, mais um custo adicional.

Estes contratos são naturalmente mais complexos, mais opacos, são sujeitos a modificações erráticas em função dos ciclos políticos e às vezes dentro do mesmo ciclo político são introduzidas novas preferências, novas normas, que vão, naturalmente, complicar e tornar mais opacas as soluções que estão preparadas.

Estas parcerias são feitas com grandes conglomerados de bancos, de grandes empresas, de grandes grupos de consultores. É muito difícil introduzir concorrência nesta área. Portanto, isto funciona um pouco como oligopólios altamente protegidos, muitas vezes com ramificações internacionais, altamente defendidos. É muito difícil pôr estes conglomerados a concorrer uns contra os outros e a obter ganhos que se conseguem obter pela concorrência.

Depois, estes são contratos de longo prazo, de 30, 40 anos, que atravessam vários ciclos políticos. Portanto, esse facto agrava as condicionantes que referi atrás.

No fundo, deixem-me dizer-vos que o apelo deste tipo de contratações não deixa de ter como base a necessidade que os poderes políticos têm de fazer obra sem se endividarem. Foi essa a motivação inicial e é essa, basicamente, a motivação que vemos na Europa por parte dos governos que se socorrem deste tipo de figuras. Ou seja, põe-se de lado um custo mais elevado para poder obter efeitos de natureza política, digamos, no imediato.

Ou seja, o interesse público de longo prazo, e muitas vezes até de curto prazo, não é considerado e é desprezado. Portanto, se puder ter uma obra feita em parceria público-privada, que me fica muito mais cara, decido, digamos, ir por aí, sob pena de ter de fazer menos obra, de ter de esperar muito mais tempo.

Essa é, claramente, a motivação destas parcerias e, portanto, se nos quisermos arredar um pouco da análise económica, se quisermos ver o que os cientistas políticos têm dito e analisado sobre esta questão, é aí que vamos parar, porque, no âmbito da economia, no âmbito da análise económica, a nossa recomendação — e eu assumo isso de forma muito clara — é: PPP não, porque as PPP são mais caras. No entanto, em termos de outras considerações, há locais, há países, há governos que têm uma preferência, eu diria estonteante, por este tipo de práticas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Prof., vou terminar com três questões.

Ressalta, das informações que nos deu, que considera que os ciclos políticos têm uma influência na adjudicação de PPP. Aliás, basta olhar para o mapa do Tribunal de Contas, para 2008, para perceber que as eleições são quase uma locomotiva de parcerias público-privadas.

Gostava de saber se isso é quantificável, se nos estudos que fez e na avaliação que faz é possível quantificar e se isso, de forma direta ou indireta, prejudica a tal análise concreta. Não sou especialista, mas não partilho... Não seria tão taxativo. As PPP são mais em si mesmas... Quer dizer, podem ser boas, desde que bem negociadas. Portanto, talvez os ciclos políticos não ajudem, talvez a tal incapacidade do Estado em jogar com armas iguais — o que é estranho, porque o Estado tem o *know-how* para estas matérias... Gostava de lhe perguntar qual o efeito que isso tem,

porque, de facto, os ciclos políticos podem prejudicar a necessária análise destas parcerias público-privadas.

Queria perguntar-lhe, dos estudos que fez, das análises que avaliou, se existia ou não comparador público. Porque, a existir comparador público, a todo o momento podemos perceber qual é a forma mais eficaz e mais económica de fazer. Agora, se não existir comparador público, obviamente que aí deixamos tudo na mão das incertezas, e parece que, em alguns casos, isto terá acontecido. A minha pergunta é se conhece algum caso destes, se fez a avaliação dos comparadores públicos, qual era a credibilidade que possivelmente se pode dar a estes estudos, para saber se estamos aqui a trabalhar sobre bases sólidas.

Termino com uma última questão que é, para mim, relevante. Do que conhece, das documentações que avaliou, do que ouviu e do que leu, descobriu, nalgum momento, acordos paralelos relativos, por exemplo, a despesas contingentes? Há notícias de que eles existem. É um pouco como as bruxas, «*que las hay, las hay*»! Não conseguimos... Esperemos que no final desta Comissão de Inquérito possamos perceber o que está dentro e o que circula na periferia. Mas, sendo um especialista da matéria e um estudioso, queria perguntar-lhe se detetou ou se nos pode dizer onde poderemos procurar. Vamos ter seguramente documentação, chegada por outras vias, que nos pode levar lá, mas eu preferia a opinião de um especialista, para saber se isso existe e, se existe, onde poderemos procurar.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — A resposta à sua última questão vai no mesmo sentido da resposta que dei ao Dr. Fernando Serrasqueiro, que é: não tenho, digamos, essa informação, porque essa informação teria de ser sistemática e, portanto, não tendo acesso a essa documentação, não lhe posso responder.

Em relação ao comparador público, não quero deixar de lhe dar aqui uma ideia, que é esta: o comparador público está previsto na nossa legislação, como eu referi há pouco, e os próprios relatórios do Tribunal de Contas referem esse facto sistematicamente e remetem para as entidades públicas que negoceiam os contratos as críticas que fazem sobre essa matéria.

O que me impressiona, e deixaria essa questão à vossa consideração, é isto: curiosamente, quer a Parpública — são casos que, se quiserem, posso documentar e referir — quer a Estradas de Portugal, em várias circunstâncias — tenho aqui uma citação que, se quiserem, posso dizer-vos —, referem que admitem que não utilizam o comparador público e, mais, que não fizeram seguir para o Orçamento do Estado os limites à despesa pública derivada dos contratos. E dizem isso de forma muito displicente. No caso da Parpública, referem que não utilizaram o comparador público, porque isto dá muito trabalho — são palavras minhas, mas posso citar-vos aqui, de forma muito clara, como é que isso é dito. Portanto, isso dá muito trabalho, não estão preparados para isso e não fazem. E a Estradas de Portugal diz coisa parecida.

A questão que ponho aqui é: se temos um Tribunal de Contas cuja função está claramente especificada, como é possível um tribunal ser tratado desta forma e não haver reação nem por parte dos poderes, digamos, judiciais nem por parte dos poderes, digamos, políticos? Ou seja, que credibilidade ou confiança podemos ter — e agora ponho-me na posição de cidadão —, quando uma norma legislativa não é cumprida, há um tribunal que sublinha esse não cumprimento, pede opinião às entidades respetivas e a resposta é dada de forma displicente, para não dizer malcriada, em alguns casos?

Esta é uma preocupação que eu tenho e que gostaria aqui de deixar.

Ou seja, isto é mais um episódio, que gostaria aqui de sublinhar, que mostra a forma pouco rigorosa, pouco profissional, como esta história das parcerias público-privadas é tratada em geral e em particular com este caso que referi.

Aliás, se forem leitores atentos dos relatórios do Tribunal de Contas, encontram muitas citações destas, sublinhados do Tribunal de Contas relativamente a incumprimentos gravíssimos como estes. E, reparem, estes incumprimentos têm a ver com a questão que o Sr. Deputado fez. Ou seja, temos de ter um comparador público que nos diga quanto custa uma obra na contratação normal e quanto custa uma obra sob a forma de PPP. Se esse comparador está previsto na legislação mas, na prática, os agentes no terreno não o executam — e não só não o executam, como respondem que não estão para isso e que isso dá muito trabalho... Aliás, é referido, nalgumas circunstâncias, o seguinte: «se nos puséssemos...» — isso está escrito nos relatórios do Tribunal de Contas — «... a fazer o comparador público, a obra não avançaria com a rapidez que queremos». Isto está escrito.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Pelo Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Prof. Manuel Avelino de Jesus e agradecer o contributo e a reflexão que está a trazer a esta Comissão de Inquérito.

Sobre a matéria que estava mesmo agora a abordar, não sei se assistiu à reunião da sexta-feira passada, mas posso dizer-lhe que perguntámos — uma pergunta que nunca esperávamos ter de fazer — a um auditor do Tribunal de Contas, um conselheiro jubilado, com os anos que teve desta área, se alguma vez tinha visto um comparador público para as

muitas parcerias que analisou. O nosso espanto foi quando nos respondeu que não, que nunca tinha visto nenhum comparador público pessoalmente, e que os colaboradores dele, que tinham ao longo dos anos trabalhado nesta área, aquilo que tinham visto não era digno de ser chamado de comparador público nestas áreas das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. O que vem trazer um pouco mais de luz sobre este problema da falta de transparência e de fundamentação na opção política e económica de avançar para o modelo de parceria público-privada, tendo em conta as razões concretas que levam para cada obra, para cada negócio, para cada empreendimento.

Tenho estado a ouvir as respostas que o Sr. Prof. tem estado a dar nesta reunião e, em relação àquilo que tem estado a abordar com mais profundidade em relação à realidade europeia, nomeadamente àquela meia dúzia de países, nos quais nos incluímos... Portanto, será segundo disse, Portugal e mais quatro ou cinco países, com a Grã-Bretanha, aqui, em grande destaque e com um peso relativo fortíssimo. Mas, quando nos trouxe essa informação, veio provavelmente espantar muitas pessoas que estariam convencidas de que as parcerias público-privadas eram um caminho de sentido único e uma inevitabilidade por toda a Europa. Desde o Atlântico aos Urais que não se faz mais nada. Pelos vistos, aquilo que o senhor nos traz é uma informação que leva à conclusão oposta. Aliás, a frase que nos deu foi de que é um modelo muito localizado quer no tempo quer no espaço e que 90% do valor total das PPP está nestes cinco ou seis países — e, mesmo assim, com a Grã-Bretanha, como dizemos, a distanciar-se muito.

Gostava de lhe perguntar se essa leitura que nos traz é fruto de uma análise teórica, geral, apriorística deste tipo de modelos e de contratos ou se é já uma avaliação técnica e científica baseada na observação da realidade concreta e dos resultados deste tipo de negócios ao longo dos anos, que já é

possível, como disse — se bem entendi —, aferir e concluir de informações não da fase negocial, mas de uma fase de observação e avaliação posterior, de vários anos de negócio levado à prática.

Esta é a primeira questão que gostaria de lhe deixar.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — A questão numérica resulta de observação empírica. Portanto, não podíamos teoricamente deduzir que... Tenho aqui os números reais, os números exatos. Estes seis países — o Reino Unido, a Espanha, Portugal, a Grécia, a França e um pouco menos a Alemanha — representam 94% dos projetos europeus, número de projetos, e 86% do valor global dos projetos. Portanto, 86% do valor e 94% dos projetos. Isto são valores fornecidos, são compilados por uma instituição que ultimamente tem sido muito badalada, o BEI, o Banco Europeu de Investimentos, que tem uma base de dados boa sobre esta informação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Presumo que seja o relatório de 2011. Não é, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Creio que já há valores mais recentes, mas isto corresponde a valores entre 90 e 2009. São valores médios. Portanto, não é apenas de um ano. Isto são valores que merecem confiança, porque nós não fomos buscar um pico, um ano. São valores médios entre 90 e 2009. Mas os dados mais recentes confirmam isso. Portanto, as coisas estão localizadas nestes países.

E, como referiu, no caso do Reino Unido, do ponto de vista dos projetos são 67,5% e 52% do valor. Ou seja, isto mostra ainda mais a concentração que estes projetos têm num determinado local.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me dá licença, julgo que, nessa avaliação, Portugal aparece em terceiro lugar, a nível europeu, no quadro do peso do valor dos projetos. Não é?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Portugal — estes, agora, são valores que são cálculo meu — é o primeiro país em termos de valores relativos. Ou seja, se considerarmos o valor — porque é isso que conta — dos projetos em função do PIB, que dá a capacidade económica de um país, o nosso caso representa 10,6%, que é a situação mais elevada, e, em segundo lugar, vem o Reino Unido com 8,5%.

No caso do valor dos projetos, e mesmo em termos absolutos, somos o terceiro país. Ou seja, na Europa, apesar de sermos uma economia média para o pequeno, o valor das nossas parcerias público-privadas, entre 90 e 2009, são o terceiro valor mais elevado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, isso significa que existe, em termos absolutos, no contexto europeu, o terceiro lugar para Portugal e, em termos relativos, a riqueza criada, o primeiro lugar para Portugal, em termos do valor das PPP.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Confirmo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E isto acontece num país como o nosso, em que existe menos informação e avaliação *a posteriori* em relação às PPP. É isto?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claro. Confirmo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Gostava de perguntar-lhe, Sr. Prof., se, na leitura e na avaliação técnica que existe, e na conclusão pela desvantagem das parcerias público-privadas como modelo económico em termos de obra, o senhor está isolado do ponto de vista técnico e científico na afirmação e na posição que defende ou, como disse há pouco, que este modelo não é universalmente aceite como mais eficaz. Porque é que é tão raro, hoje em dia, ouvirmos, do ponto de vista técnico, pessoas que afirmem aquilo que o senhor está a afirmar que fico na dúvida se mais ninguém afirma ou se mais ninguém tem voz e tempo de antena.

Gostava de lhe perguntar isso.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Do ponto de vista da avaliação económica, há várias pessoas a estudar isto e há vários estudos que vão neste sentido.

Poder-vos-ia dizer que, basicamente, poderia dividir os estudos em dois grupos. Os estudos *a posteriori* muitas vezes — para não dizer a maior parte das vezes — são feitos ou por universidades ou por grupos de estudo independentes e muito raramente são promovidos pelos poderes públicos. Os poderes públicos, em geral, encomendam estudos *a priori*, estudos que são justificativos dos projetos que vão ser implementados. Esse tipo de estudos, normalmente, está ausente da universidade e dos grupos de estudo independentes. Daí que uma certa divisão que encontramos na literatura, nos grupos de estudo, digamos, tem este sentido.

Aqueles grupos que se especializaram, que fazem sobretudo estudos *ex ante*, muitas vezes encomendados e muito bem pagos pelos poderes políticos, tendem naturalmente a menosprezar os contrabalanços que aqui referi. Ou seja, tendem a frisar e a sobrevalorizar os ganhos de produtividade, os ganhos na gestão que a gestão privada indubitavelmente confere.

Os estudos *a posteriori* tendem a mostrar os resultados que aqui referi. Porquê? Porque, nalguma forma, a documentação existente vai estando disponível e é possível utilizarmos indicadores reais, portanto, confrontarmos aquilo que hipoteticamente está previsto no lançamento dos projetos com os resultados finais. E é possível, olhando para os balanços e os indicadores históricos das empresas envolvidas, reconstituir a rentabilidade dessas próprias empresas.

Porque, repare, em economia, não podemos, se queremos ser rigorosos, basear-nos apenas na leitura de documentação. O que referi, digamos, a sonegação de informação contra a qual me tenho batido é importante, mas, entendamo-nos, não esgota aí as nossas necessidades. Precisamos de, uma vez lançados e implementados os projetos, ter uma ideia sobre os efeitos reais. E, hoje em dia, já existe, na Europa, muita documentação nessa perspetiva.

Infelizmente, nós, apesar de termos também parcerias público-privadas praticamente desde o princípio da década de 90 — acompanhámos os ingleses nessa área —, de facto, não encontramos documentação. Porquê? Porque, enfim, estes estudos são caros, são demorados e é difícil encontrar...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E, se calhar, inconvenientes para alguns!

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claro.

É difícil encontrar financiadores. A divisão entre os economistas, do meu ponto de vista, tem este sentido. Ou seja, se formos elencar os estudos feitos *a posteriori*, a probabilidade de encontrarmos, mesmo em estudos concretos e não macroeconómicos, conclusões que vão no sentido que

referi é muito elevada. Estas conclusões são muito difíceis de encontrar nos estudos *a priori*.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., então, isso significa que o primeiro país da Europa, em matéria de peso das PPP, é provavelmente — dos países que avançam, nestes seis que se destacam e em que se inclui — o que tem menos informação e avaliação *a posteriori* das PPP já realizadas nas últimas décadas?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, não tenho dúvida sobre isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., essa avaliação de que estamos a falar não tem a ver com os documentos que o senhor pedia e que não lhe davam na tal Comissão de que fez parte. Pelo que percebi, os documentos que solicitava tinham a ver com aquilo que era disponível *a priori*, na fase de negociação e de arranque — falou do TGV. E, portanto, nem sequer estávamos a falar, nesse plano, da vertente de avaliação *a posteriori* do modelo de PPP, em Portugal. Correto?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claro.

Posso dar-lhe uma informação muito concreta. Trato destas matérias com uma preocupação e com um objetivo sobretudo académico e científico. Portanto, independentemente da apreciação que cada um de nós faz sobre isso, é a minha principal motivação. E, se quer que lhe diga, uma das minhas motivações nesta Comissão era, por um lado, dar o meu contributo sobre estas matérias. Mas tinha também um interesse muito académico, que era confrontar... Aliás, depois, no decorrer dos trabalhos

da Comissão, vieram ao meu encontro, porque todos os elementos da Comissão decidiram dar prioridade ao estudo do TGV.

E a minha preocupação era esta: pegando em dados reais que já são conhecidos relativamente ao TGV entre Madrid e Sevilha, cuja distância é muito semelhante e cujos dados reais e *a posteriori* já estão disponíveis, tentar cotejar esses elementos com os elementos apriorísticos que estavam em causa no caso do TGV Lisboa-Madrid. Portanto, no nosso caso, tratava-se de fazer um estudo apriorístico, portanto, estudar os fundamentos de análise que justificavam, na opinião dos poderes públicos, aquele empreendimento, e fazer — e era essa a minha perspectiva — uma leitura cotejada com a realidade no terreno noutros locais, com dados reais sobre os custos, sobre o número de passageiros, etc.

Porque repare: é curioso que, na área do TGV, se fizeram imensos estudos, todos eles de natureza apriorística, todos eles com base em modelos muito complicados, mas quase todos eles, digamos, tendentes a um determinado resultado, a uma determinada conclusão que, do meu ponto de vista, deveria ser cotejada com situações bem próximas de nós — no caso da Espanha, no caso da França.

Para responder concretamente à sua questão, aquilo que tínhamos sob a nossa responsabilidade e o nosso objetivo era claramente fazer um estudo dos estudos *a priori* que existiam e, portanto, ter uma opinião sobre essa realidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., ficámos com a ideia, na reunião com o Conselheiro Carlos Moreno — e as suas intervenções agora também nos levam a considerar essa questão —, que os custos associados ao risco, os custos de transação, a dificuldade de introduzir concorrência e os oligopólios que dominam estes sectores (e, sobre isto, já lá irei), ou seja, a relativa imprevisibilidade da condução de um empreendimento,

nomeadamente até deste tipo de empreendimentos e com esta dimensão. Pergunto-lhe se a experiência que temos em Portugal não tem sido... E pergunto isto até comparando algumas obras em modelo com os privados ou de gestão pública — na ferrovia isto tem sido visível. Se esses fatores de alteração de circunstâncias ao empreendimento, fatores externos ou fatores internos de ordem política, estratégica, etc., ficam, ou não, muito mais caros, quando o modelo é o da PPP.

Gostava de lhe deixar esta pergunta.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claro que pelo facto de ser um modelo feito nessa modalidade, portanto, e não através da contratação normal, o risco, na maior parte das vezes, não é claramente repartido.

Ou seja, para dizer as coisas de uma forma muito simples, sem ir aos pormenores e entrar em concreto nos vários projetos, estes modelos partem do pressuposto de que é necessário — porque dessa forma não temos os agentes privados a entrarem no negócio — garantir uma rentabilidade mínima. E o modelo fica em aberto, exatamente, por isto. Ou seja, podem acontecer as mais diversas circunstâncias, quer internas quer externas, que ponham em causa essa rentabilidade. E o princípio de garantir uma rentabilidade mínima aos projetos leva a que os contratos — muitas vezes por iniciativa dos privados, outras vezes por iniciativa do sector público, porque introduz modificações, às vezes de natureza política — tenham uma permanente negociação.

O que caracteriza estes contratos, estes casamentos, é que são casamentos que estão permanentemente a ser definidas as condições. Isto deriva do próprio modelo em si, do meu ponto de vista. É por isso que eu tenho uma opinião muito diferente de muitas pessoas que consideram que, se nós fizermos aqui algumas alterações de estrutura, de pessoal, que o

modelo é... Aliás, essa é a opinião do Dr. Carlos Moreno. Eu tive alguma discussão com ele e ele defende que, se o Tribunal de Contas tivesse mais poder, se as coisas funcionassem de outra maneira, o modelo tem vantagem.

Aliás — e esse é um dos pontos que eu às vezes refiro a algumas pessoas —, se nós olharmos para a doutrina do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas é claramente um adepto deste modelo. Portanto, há ali qualquer coisa que não funciona bem, há ali, digamos, um encalhe, há ali um pequeno atrito, mas, se esse atrito for modificado, o modelo é virtuoso.

Do meu ponto de vista, não. É um modelo que, pelas razões que referi, é um modelo a rejeitar, é um modelo mais caro e é um modelo que traz muitas complicações adicionais.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., já agora, uma questão concreta. Falou da rentabilidade mínima que, nas suas palavras, é oferecida ao sector privado nestas parcerias. A rentabilidade prevista *a priori* nos contratos na sua fase inicial é comparável à dos outros países da Europa e é na fase de concretização e de renegociações que derrapa ou já, à partida, é superior à dos outros países da Europa?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não. É parecida.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, o problema vem depois. É isso?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Aliás, estas empresas, no fundo, funcionam muito já à escala internacional e os próprios poderes públicos, que não têm um aparelho técnico, aliás, não têm os tais comparadores que lhes permitam ter uma ideia de quanto é que custa uma obra — e muitas vezes não querem —, na contratação normal

socorrem-se de comparações com outros contratos noutros países. Como é que se fez em determinado país, portanto, para determinado sector, em determinada circunstância. E, portanto, os valores são muito semelhantes. Agora, aquilo que eu estou convencido, mas não tenho valores que o possam provar, é que devido à nossa menor capacidade de gerir os projetos a rentabilidade real *a posteriori*, no nosso caso, será superior. Portanto, a rentabilidade *a posteriori*, a rentabilidade efetivamente realizada.

Mas isso é um comprovativo que nós só daqui a algum tempo podemos fazer, quando se começarem a fazer estudos efetivamente rigorosos sobre este assunto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou, então, podemos fazer agora sobre o que foi feito para trás.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claro.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Prof. disse há pouco que o Estado não está preparado para negociar em igualdade de circunstâncias e falou na fragilização face à decapitação e à desnatação em termos de quadros e da Administração Pública, em relação a esta matéria.

Isto significa, portanto, que «o barato sai caro» em termos de gestão da coisa pública. Não é?

Pergunto-lhe, desde já, se, na sua opinião, a prática atual e recente, e neste preciso momento da parte do poder político em relação à Administração Pública e à forma como está a tratar os quadros da Administração Pública, vai no sentido de melhorar a situação ou se, na sua ideia, vem suscitar novas e mais graves preocupações.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sobre esse ponto, terei de dizer o seguinte: terei de aguardar mais tempo para ver.

Do ponto de vista das intenções e da doutrina vertida em forma de lei, julgo que as coisas estão a avançar no sentido correto. Ou seja, muitas das críticas que eu próprio tenho feito, que o Dr. Carlos Moreno tem feito e que muitas pessoas têm feito, portanto, estão consideradas, nomeadamente no recente decreto-lei que saiu no dia 23 de maio sobre a condução das parcerias público-privadas.

Portanto, quer a questão da informação, que tenho aqui debatido em várias circunstâncias, é referida pelo menos cinco vezes nesse diploma, que não é um diploma muito grande: duas vezes no preâmbulo e há três artigos onde essa informação é referida. Nomeadamente — atenção, este ponto é importante — é considerado obrigatório a colocação, num *site* a criar, de todos os documentos associados a determinado contrato de parceria público-privada, excepcionando documentos que, pela natureza legal, tenham de ser considerados reservados — embora me custe a imaginar em negócios deste tipo que documentos é que terão de ser reservados, eventualmente haverá alguns, mas não serão assim muitos.

Depois, é prevista também nesse diploma a criação de uma unidade técnica de apoio às parcerias. Portanto, digamos que há um organismo que foi criado em forma de lei que tem como função gerir de forma mais rigorosa os contratos.

Como digo, é uma legislação que acabou de sair. Para termos uma apreciação em que medida é que isto vai traduzir-se num comportamento diferente, daqui a alguns meses podemos falar. Mas por agora, nas intenções e no articulado legal, as coisas vão no bom sentido. Do ponto de vista da prática, temos de aguardar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., a minha pergunta tinha a ver com a desnatação. Isto é, podem criar-se 30 estruturas, se a pessoas ao fim do ano forem para o privado, ficamos na mesma. Porque o *outsourcing* de conhecimento que ao longo dos anos é feito com recurso a consultores resulta que o Estado, ao longo dos anos, vai ficando sempre com a mesma pouca ou nenhuma informação.

E essa é que é a questão sobre as condições de trabalho das pessoas da parte do Estado, se o privado não pode simplesmente subir a parada e aumentar a proposta para as pessoas lá irem.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, em termos globais. Se quer que lhe diga, julgo que, se não houver uma política de recursos humanos na Administração Pública de longo fôlego e que abarque não apenas as necessidades de gestão das PPP, mas as necessidades de gestão noutras áreas, a tendência é para que o aparelho de Estado se continue a esboroar. Porque, apesar de tudo, ainda temos pessoas com mais idade que, por inércia, porque são um pouco carolas, ainda se conservam no aparelho de Estado, mas essa gente está a morrer e está a reformar-se, não é? E, portanto, há uma necessidade, do meu ponto de vista, premente de revalorização dos sectores da função pública, sobretudo de alto nível, que é, de facto, onde há maior carência em termos relativos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Prof., a esse propósito, citava o exemplo britânico onde existe essa unidade e essa estrutura altamente qualificada e, suponho eu, muitíssimo bem paga para fazer esse trabalho.

Aquilo que lhe pergunto é: a solução mais eficaz e estrategicamente mais sustentável para o futuro é o nosso País investir — com os riscos de que falámos — numa estrutura dessas altamente preparada para negociar PPP, com os riscos de serem também amavelmente convidados para irem

para o outro lado da mesa como tem acontecido, ou num País como o nosso, que tem uma tradição excelente de gestão de obra pública no que diz respeito à parte técnica, tem uma excelente escola de engenharia e tem uma excelente tradição do ponto de vista técnico para a gestão da própria obra no que diz respeito à vertente técnica, não estamos em melhores condições para a segunda opção que falava há pouco do ponto de vista estratégico e modelos de negócio.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — A minha preferência vai para uma opção que aponte no sentido de o Estado se ir desfazendo, de forma planeada, como é evidente, destas parcerias, não investir demasiado na criação de um corpo técnico e, digamos, atribuir às empresas privadas a gestão dos projetos que estão no terreno.

Portanto, julgo que estamos numa altura em que, mais do que atribuir mais recursos — e tinham de ser recursos em grande volume — ao aparelho de Estado, seria importante reforçar as nossas empresas que, apesar de tudo e apesar de tão criticadas, ganharam, como referiu, grande experiência, podem na Europa fazer obras de grande dimensão. E eu lembro que a Alemanha tem investido muito pouco nas infraestruturas e estou convencido que nos próximos anos eles vão investir em grande. Portanto, as autoestradas que foram feitas ainda no tempo do Hitler estão congestionadas. Vai haver um mercado bastante importante nessa área e julgo que as nossas empresas deveriam ser ajudadas a reforçar-se, a crescer e a entrar nesses mercados.

Isto para lhe dizer, em termos muito francos, que a minha opção seria por se ir retirando dessa área e encontrar soluções que, não penalizando demasiado as nossas empresas, também não sobrecarreguem o Estado.

Eu sei que isto é um assunto complicado, difícil. Por um lado, esta taxa de rentabilidade que temos vindo a referir é uma realidade, mas, por

outro lado, temos de ter em consideração que isso teve também um aspeto positivo: é que reforçou, digamos, a capacidade dessas empresas. E numa situação em que um dos nossos principais problemas económicos é a deficiência, digamos, da acumulação de capital, se nós agora vamos de «espada em riste» contra as empresas privadas que estão no terreno nesta área, enfim, vamos dar um «golpe de misericórdia» na incipiente acumulação de capital que esse sector, apesar de tudo, realizou nos últimos anos.

Julgo que temos de ser muito cuidadosos relativamente a essa matéria. Tenho assistido e o próprio Dr. Carlos Moreno tem essa opinião, que é necessário, de alguma forma... Creio que até vi nos jornais que referiu que seria necessário dizer os nomes das empresas que não aceitam essa renegociação. Enfim, julgo que teremos de ter algum cuidado, porque a nossa economia é muito frágil e uma das fragilidades que nós temos é, de facto, uma deficiente acumulação de capital. Portanto, a acumulação de capital exige que sejam tomadas medidas que favoreçam a aceleração dessa acumulação.

Em situação de crise, a história do capitalismo mostra-nos que essa acumulação faz-se naturalmente. Só que esta crise é uma crise muito especial, é uma crise em que o Estado está muito presente, em que o Estado é chamado por tudo e por nada, quer no sector financeiro, quer agora no sector das obras públicas, quer no sector da habitação e nós podemos, do meu ponto de vista, cair neste risco: nem o Estado tomar opções claramente pela condução própria destes negócios e, por outro lado, não deixar que as empresas acumulem suficiente capital para se reforçarem.

Portanto, julgo que estamos aqui numa situação muito delicada e, digamos, a negociação com estas empresas é delicada e deve ser problematizada. Ou seja, julgo que devemos fugir à ideia de que está aqui em causa apenas uma questão de justiça. Cortaram-se os salários aos

funcionários públicos e agora corta-se também àquelas empresas. Esta é uma visão supersimplista e perigosa. Perigosa!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Prof., na segunda ronda terei oportunidade de abordar, nomeadamente aí, a questão de diferenciarmos dentro do universo do parceiro privado — porque depois não é tudo a mesma coisa, porque há o sector financeiro, por um lado, há o sector da construção e obras públicas, por outro, e havemos de tratar disso.

Para já, deixo-lhe uma última pergunta que tem a ver com a diferenciação ou não de posicionamentos e opções estratégicas nesta matéria de modelos de negócios da opção pelas PPP, ao longo dos anos e dos sucessivos governos. E se, em relação às governações sucessivas e de diferentes partidos em termos de sequência e alternância — PS, PSD, CDS —, a diferença está mais na quantidade e nos valores do que propriamente no modelo ou se há diferenças sensíveis que tenha verificado ao nível das opções estratégicas e dos modelos.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Julgo que há uma diferença quantitativa evidente. Não é? A quantidade de PPP que foram sendo realizadas ao longo dos tempos conheceu uma aceleração, precisamente à medida que nos aproximámos da crise. Portanto, nos anos 85, 87, portanto, 86, 88, 90... Portanto, houve ali uma aceleração muito grande. Não tenho os números de cor, mas em termos quantitativos isso é evidente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Certo.

Pode retificar em que altura é que está a referir?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Entre 86 até... Desculpe, de 96 até 2010, à volta disso. Há uma aceleração evidente.

Agora, do ponto de vista qualitativo, enfim, os tipos de projetos são semelhantes, a filosofia é muito semelhante. Do ponto de vista qualitativo, não vejo grandes diferenças. Agora, do ponto de vista quantitativo, há, de facto, uma aceleração muito grande neste período, portanto, 96, 97, até 2010.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Prof..

Vamos continuar, agora, com o Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Prof. e dizer-lhe que tem sido muito interessante a exposição que tem feito nesta Comissão.

E, se me permite de alguma forma sintetizar um dos pontos que me parece fundamental na sua audição, naquilo que nos disse aqui, é que Portugal foi o campeão europeu das parcerias público-privadas, mas perdeu, por falta de comparência, quando se fala da avaliação que deveria ter tido sobre as condições, sobre os reflexos para as contas públicas e sobre os compromissos para o futuro das parcerias público-privadas.

Penso que esta ideia é relevante, porque demonstra alguma sobrançeria na escolha dos modelos de financiamento de determinadas obras, mas descobre também a forma, muitas vezes eleitoralista, como o investimento público é utilizado. É recorrentemente demonstrado — e o próprio Tribunal de Contas o faz — que perto dos ciclos eleitorais há um

crescendo de parcerias público-privadas, mais em número do que em valor parcial, mas a verdade é que tudo indica que, quando chegam as eleições, se quer apresentar obra. E um dos problemas era o de apresentar obra sem apresentar os custos dessa obra e, por isso, se iria para o modelo de parcerias público-privadas.

Das suas palavras e das palavras do Juiz Carlos Moreno retiramos — e pedia que comentasse isto, é a primeira pergunta que lhe faço — que uma das grandes motivações para a escolha das parcerias público-privadas não é a sua vantagem para as contas públicas, não é, sequer, a internalização no que é o processo do Estado do conhecimento de privados, mas, sim e apenas, fugir ao endividamento, apresentado obra. No fundo, não colocar no défice direto e na dívida, logo atual, os resultados das escolhas de fazer determinados investimentos.

Junto a esta pergunta inicial, da sua área de conhecimento, outra: se a própria construção do modelo europeu e da forma como a Comissão Europeia olha para as contas públicas não empurrava também os governos neste sentido, no sentido de optarem pelas parcerias público-privadas para escamotear as contas desses investimentos e não apresentar também a nível, por exemplo, dos procedimentos dos défices excessivos e dos restantes processos de avaliação das contas públicas a nível europeu.

Deixo-lhe estas duas perguntas iniciais.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Relativamente às motivações, já aqui referi, e volto a referir, que a análise económica dir-nos-ia que este modelo é ineficiente por razões que referi.

Agora, as motivações que encontramos em locais bem determinados e em épocas bem determinadas são duas. A primeira tem a ver com aquilo que o Sr. Deputado referiu, que é, de facto, a fuga ao endividamento claro.

Ou seja, as parcerias público-privadas permitem um endividamento escamoteado, portanto, escondido. Isso é evidente.

Agora, aquilo que me disse relativamente à política da União Europeia, enfim, será um dos elementos, porque há uma certa pressão sobre a dívida pública, sobre os Orçamentos do Estado e, portanto, esse é um fator que contribui. Mas, no meu ponto de vista, talvez não seja o elemento fundamental. Há, digamos, uma posição global de procurar esconder dívidas futuras.

Depois há uma motivação muito política que eu não gostaria de deixar passar em branco. É que há aqui como que, por um lado... Como referi há pouco, esta figura nasceu basicamente... Embora haja casos isolados no passado e, portanto, podemos encontrar situações de parcerias público-privadas em tempos muito recuados. Mas, enfim, o modelo ganhou forma, ganhou importância, basicamente, porquê? No fundo, qual foi a motivação política inicial?

A motivação política foi esta: depois da queda da Sr.^a Thatcher, havia um sentimento, mesmo entre os elementos do Partido Conservador que tomaram o poder, de que haveria necessidade de fazer uma paragem no processo de privatizações. Ou seja, havia uma fadiga do processo e, portanto, haveria que encontrar um modelo que, não voltando à figura clássica da contratação pública, digamos, de retomar por parte do Estado o seu papel muito interventivo, termos aqui uma figura híbrida. E esta foi a motivação. Portanto, por fadiga política do processo da privatização, inventou-se este modelo. E foi esta a prática do governo de John Major.

Depois, com o governo de Blair, como já várias vezes tenho dito, é que este modelo «caiu como sopa no mel». Porque isto foi o supprassumo para a política da terceira via. Ou seja, criar aqui um modelo que pusesse em contacto o Estado com o sector privado e com todas as vantagens que isto traz do tráfico político. Tenho que dizer isto de forma clara, portanto, é

esta a motivação que está presente. E este modelo, digamos, ganhou balanço, ganhou força no Reino Unido e em alguns países muito particulares que referi há pouco.

Portanto, este modelo, de facto, não foi adotado de forma generalizada. Temos de tirar essa ideia da nossa cabeça. Portanto, os valores são conhecidos. Praticamente metade das parcerias... Mais de metade das parcerias, nos últimos 20 anos, ocorrem no Reino Unido e depois temos mais cinco países, entre os quais Portugal, com uma grande importância, que recorrem a este modelo.

Portanto, não é um modelo generalizado. Porquê? Porque as necessidades políticas que lhe deram origem não são as mesmas em todo o sítio. Portanto, as motivações são estas.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Prof., deixe-me dizer-lhe que indicou o pai da criança e quem deu, depois, a educação à criança no seu crescimento, de uma forma que me parece brilhante, pelo simplismo, pela forma simples como a colocou, mas pela forma real como consegue refletir o que foi a evolução deste modelo.

Dizia, nas suas palavras, um pouco o que nos disse o Juiz Carlos Moreno: a ideia de que o Estado ia sempre mal preparado para processos negociais. O Juiz Carlos Moreno acrescentava uma vertente a esta declaração. Dizia ele que o Estado perdia sempre a memória daquilo que tinha negociado anteriormente, que foi incapaz de aprender com os erros que cometeu. Até deu o exemplo de uma parceria público-privada que foi menos gravosa e, sendo menos gravosa, poder-se-ia depreender que o Estado aprendeu com alguns erros que cometeu, mas depois, logo a seguir, apareceu uma outra parceria público-privada, cujos erros foram claros, evidentes e muito profundos. Por isso, ele colocava nesta tónica um dos

problemas das parcerias público-privadas, que era a ideia de que o Estado recorria ao privado para se basear nos seus processos de análise.

A Direção-Geral de Tesouro e Finanças diz-nos, numa das suas análises, que muitos dos cenários de avaliação, da base de avaliação para o resultado de uma parceria público-privada, por exemplo, para os tráfegos de determinada autoestrada, eram indicados por privados e estavam frequentemente mal avaliados.

Eu gostava de perceber, do seu ponto de vista, esta manhã, se um dos problemas do modelo português de muitos dados, muita análise ser baseada nos dados fornecidos por privados, nas previsões fornecidas por privados, reflete também falta de preparação do Estado para essa análise, por um lado, e, por outro lado, se não representa também um dos fatores de aumento da onerosidade, do custo destas parcerias público-privadas.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, confirmo pela positiva as perguntas que me fez, que eu já aqui, por outras palavras, fui referindo.

Há, de facto... Repare, porque muitas das vezes... Eu, às vezes, em relação a este assunto, a dialogar com pessoas que têm uma posição diferente da minha... Vamos lá a ver: a maior parte das vezes são pessoas bem-intencionadas, só que não estão a ver os problemas. E, do ponto de vista, digamos, muitas vezes por parte do Estado que, ao negociar com pessoal pouco preparado, às vezes nem são... Digamos, o resultado não resulta de má intenção ou de práticas dolosas, como muitas vezes tendemos a dizer e a julgar. E, portanto, muita desta polémica vai um pouco nesse sentido. Ou seja, há uns senhores, digamos, mal-intencionados que aproveitam esta situação para fazerem passar para o privado certos benefícios que deveriam reverter para o sector público.

Muitas das vezes, até acredito que a maior parte as vezes, é por falta de conhecimento e de preparação. Não é? Ou seja, o pessoal que não está preparado, que não está treinado, que não tem os instrumentos, não consegue perceber o que se está a passar. E, portanto, muitas das consequências têm a ver com isso e não apenas, digamos, aspetos dolosos que temos tendência, às vezes, a andar permanentemente à procura — que existem, como é evidente, mas que, provavelmente, não serão o elemento principal, digamos, que está em causa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Juiz Carlos Moreno deu um nome a muitos dos problemas que referiu agora. Dizia ele que eram «benefícios sombra», no fundo benefícios que resultavam para os privados e que o Estado não sabia antecipar e, logo, não sabia negociar e em nenhum momento colocava, depois, no contrato que, quanto a benefícios inesperados que ocorressem da exploração de determinada parceria público-privada, o Estado deveria também ser beneficiário.

Ele dava vários exemplos. Um deles era, por exemplo, a redução do investimento privado face ao cenário base. Um outro, o aumento de receita de externalidades — é algo que se traduz, por exemplo, num aumento de rendas de lojas em determinada estação ferroviária, em que o privado, tendo esse aumento de rendas, nada dizia ao parceiro público e, por isso, tinha ali um «benefício sombra» que não estava contratualizado e que o Estado não antecipava.

Há vários destes exemplos. Eu não queria fazer a lista exaustiva. Foi uma lista bastante exaustiva que o Juiz Carlos Moreno cá deu. Por exemplo, a redução da manutenção das próprias vias.

Mas vou concluir esta pergunta, perguntando-lhe se confirma estes problemas em concreto, se — sei que não teve acesso a muitos dos documentos a que gostava de ter tido acesso — há algum estudo que

conheça que quantifique este tipo de rendimentos extra que os privados tiveram e que não estavam contratualizados, logo que o Estado não antecipou e desconhece, e se conhece, da parte do Estado, nas diversas renegociações das inúmeras parcerias público-privadas, uma tentativa de aprender e de dizer «não, houve aqui ‘benefícios sombra’ que já identificámos; vamos, agora, colocá-los em contrato». No fundo, se houve aqui a tentativa de eliminação, ao longo dos diversos processos de renegociação, destes «benefícios-sombra» para que os benefícios dos privados não continuassem à margem dos custos do Estado.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não sou capaz de lhe dar exemplos concretos, pelas razões que referi.

Já agora, é importante ter em atenção que, para além do problema do acesso à informação, estes processos são processos complicadíssimos e volumosos. Há dezenas de anexos que estão elaborados com uma linguagem técnica muito própria. Ou seja, não é um leigo, portanto, não é uma pessoa que não esteja habituada a ler estes contratos que vai conseguir perceber o que está em causa. Tenho de dizer-vos isto muito francamente. Portanto, são contratos muito complexos.

Julgo que as pessoas que estão em melhores condições para referir situações dessas são os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas, que, por dever de ofício, digamos, têm acesso a essa documentação, podem solicitar informações complementares e, de alguma forma, estão treinados para avaliar e para perceber o que está em causa. Ou seja, temos de ter também muito cuidado na dedução das situações que referiu com uma observação menos qualificada. Agora, a fazer fé nas pessoas que, com tempo e por profissão, avaliaram muitos destes contratos, julgo que se pode responder afirmativamente à sua questão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Prof., há pouco, deu um nome — eu ia dizer pomposo, não é que o seja necessariamente — que é forte para catalogar muitos dos consórcios que eram candidatos às parcerias público-privadas. Chamou-lhes oligopólios e disse que, por causa da existência desses oligopólios, com tentáculos também internacionais — não só nacionais, mas também internacionais —, não conseguimos ter, nas parcerias público-privadas, um reflexo positivo da concorrência entre diversos consórcios. No fundo — permita-me a interpretação destas palavras —, são montantes tão elevados, conhecimentos tão específicos e intervenientes tão particulares que reduz logo a amostra, o universo de candidatos possíveis e, por isso, facilita que haja uma ausência de concorrência, na melhor das hipóteses. Na pior das hipóteses, até poderá levar à concertação de preços. Isto do ponto de vista teórico, obviamente. Não estou aqui a perguntar em concreto se identificou.

Pergunto-lhe: na construção de um consórcio para uma parceria público-privada, se for um consórcio de construção, normalmente há dois pilares desse consórcio: a vertente financeira e a vertente da própria construção, da engenharia, do projeto, da construção. Esta diferença entre os parceiros do consórcio leva também a uma dificuldade adicional. Dizia há pouco que podemos dizer que há lucros excessivos, teremos dificuldade em perceber quanto e como os vamos buscar, o que tem também a dificuldade de perceber neste jogo — porque um consórcio tem dentro de si diversos interesses — quais são os interesses que estão a retirar maior vantagem deste lucro abusivo.

A pergunta que lhe deixo é se, do conhecimento que tem, obviamente teórico e de análise mais lata, consegue quantificar qual dos parceiros numa parceria público-privada tem maior facilidade para retirar partido deste lucro, deste espaço abusivo de enriquecimento.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — É muito difícil fazer essa repartição, até porque... Vamos lá ver: a parte financeira, normalmente, como lhe disse, tem ramificações internacionais e, portanto, atua ao nível dos mercados internacionais de capitais e normalmente as taxas que cobra dependem das que circulam num determinado momento. Por exemplo, neste momento, qualquer parceria público-privada que se crie incorrerá em custos financeiros extremamente elevados face àquilo que ocorreria há quatro ou cinco anos.

Para lhe responder de forma muito clara, é muito difícil estar a fazer essa repartição. Ou seja, essa repartição, normalmente, é feita em função das condições de mercado que vigoram no momento em que a parceria é criada. Ou seja, não há ali uma negociação construtora/banca, a taxa que a banca vai exigir para participar naquele negócio em particular é a que vigorar no mercado internacional na altura, não será, em princípio, nem mais nem menos. Portanto, há uma parte de negociação — mas essa negociação não é muito importante — entre o sector financeiro e o sector real, digamos assim. Essa repartição decorre das condições de mercado normais. Até porque, se houver alguma tentativa por parte do banco em concreto, as construtoras têm sempre a hipótese de mudar de consórcio de bancário. Atuam ao nível do mercado internacional e, portanto, têm essa capacidade de mudar de parceiro financeiro.

Se quer que lhe diga, julgo que talvez consiga perceber a sua preocupação. Ou seja, não julgo que haja uma repartição «injusta» entre o sector financeiro e o sector real neste caso concreto. Não me atreveria a subscrever uma afirmação desse tipo. Até porque estes negócios são negócios à escala internacional e, portanto, o mercado de capitais funciona.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Prof., deixo-lhe uma última pergunta nestes segundos finais.

Ouvimos já falar de «benefícios sombra». Coloco a questão de contrapartidas.

Há diversos contratos de parcerias público-privadas que falam em proteção dos próprios privados do Estado, onde se diz que as alterações fiscais, por exemplo, ficam com o seu risco do lado do Estado e os privados não têm alteração contratual por via das alterações fiscais. Mas há também parcerias público-privadas que têm obrigações do ponto de vista, por exemplo, se tenho aqui uma ponte, não é possível fazer uma ponte qualquer aqui perto sem eu ter opinião, sem eu poder ter até uma forma até de impedir que isso aconteça.

Parece-lhe correto este tipo de imposições ou parece-lhe que, mais uma vez, ficou o Estado refém dos interesses privados?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Esse tipo de limitações parecem-me claramente injustificadas. Agora, provavelmente terá de se ver as coisas à luz da época em que isso ocorre e, portanto, a menor capacidade dos poderes públicos, digamos, de procurar um parceiro alternativo. Porque muitas vezes é isso que ocorre.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se juntarmos a isso a existência de oligopólios, temos dificuldade em encontrar parceiro.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, claro. Estou de acordo.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Renato Sampaio.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PSD. Julgo que é o Sr. Deputado Paulo Batista Santos que vai usar da palavra.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD pretende dividir os 10 minutos de que dispõe por dois Deputados, intervindo o Deputado Paulo Batista Santos, mas também o Deputado Duarte Filipe Marques, que é membro suplente desta Comissão.

Gostaríamos, assim, de deixar claro, à partida, que o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques intervirá neste debate em substituição de um Sr. Deputado que, por impossibilidade, não estará presente nesse momento.

Gostaria também de salientar que esta é uma prática que tem sido utilizada noutras comissões. Ainda numa das últimas reuniões da Comissão de Inquérito ao BPN, na falta de membros efetivos em número suficiente para uma votação, foram chamados, na mesma reunião, membros suplentes, que usaram o seu direito de voto.

Portanto, trata-se de uma prática e gostaria de deixar isto claro para que fosse uma prática aceite também na nossa Comissão, valendo, obviamente, para todos os Deputados suplentes nessa condição.

Sr. Presidente, é esta a interpelação que eu pretendia fazer, clarificadora, antes de começarmos as nossas intervenções.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sr. Deputado, nada tenho a opor. Não sei se algum grupo parlamentar tem alguma coisa a opor,

contudo acho que é assunto que deve ser colocado em reunião da Mesa com os coordenadores para que fique claro.

Somos apanhados de surpresa neste momento e não vamos levantar nenhuma questão. Pessoalmente, não levantarei nenhuma questão. Contudo, temos de resolver esse problema amanhã, se possível. O Sr. Deputado Mendes Bota colocará o problema amanhã, na reunião da Mesa com os coordenadores.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, só para que fique registado em ata que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, por impossibilidade de permanecer na reunião neste momento, vai ausentar-se da sala. Por isso, quando o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques usar da palavra, fá-lo-á em substituição do Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Batista Santos.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento os colegas Deputados e o Sr. Prof. Manuel Avelino de Jesus.

Sr. Prof., em nome do PSD, queria testemunhar o nosso agradecimento pela forma como tem participado nesta Comissão de Inquérito e pelos esclarecimentos que aduziu para o trabalho e para a missão que temos de realizar, que não é fácil, aliás, estamos todos conscientes disso.

Queria também reconhecer, em nome do PSD, a forma corajosa — tenho de sublinhá-lo nestes termos — como respondeu a algumas questões que algumas bancadas, em particular a do Partido Socialista, quiseram aqui trazer, nomeadamente colocando em causa, ou pelo menos insinuando, a honestidade intelectual que reconhecemos ao Sr. Prof. pelo trabalho

científico que tem desenvolvido nesta área e pela sua reputação, sobretudo, na área da economia e finanças públicas. Quero deixar este testemunho. Para nós, isto é inequívoco. O seu trabalho e o seu currículo falam por si próprios, mas queria, de uma forma muito clara, sublinhá-lo.

Recuperando a sua participação no Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas, queria sublinhar, também em nome do PSD, a forma correta como abordou a questão, uma vez que, como já foi aqui sublinhado por várias intervenções de diferentes grupos parlamentares, o Sr. Prof. foi confrontado, por várias vezes, com a ausência de documentação, com CD que foram entregues vazios, com informação que vinha incompleta e, sobretudo, com um conjunto de, permita-me a expressão, manigâncias que levaram a que tomasse a decisão, que nos parece óbvia, de abandonar o grupo de trabalho.

Pelos vistos, essa informação existia. Há pouco, acabámos de ter o testemunho exato de que ela existia. Não foi possível entregá-la em tempo útil ao Sr. Prof. e, estou certo, a mais alguns membros do Grupo de Trabalho e isso prejudicou essa vossa missão. Pena é que na altura isso não tenha tido mais consequências, uma vez que, do nosso ponto de vista, podiam ter sido evitados alguns erros que, desde essa data até hoje, também se tomaram neste domínio.

Permita-me só um pequeno comentário inicial relativamente aos conceitos e aos fins das parcerias público-privadas, que, no fundo, é o tema de que aqui estamos a tratar.

Pensando nos termos em que alguns professores da área têm sublinhado a matéria, cito de memória o Professor Nazaré Cabral que identificava este tipo de contratos de parcerias público-privadas essencialmente com dois elementos caracterizadores. De facto, trata-se de contratos de duração bastante prolongada, que têm um objetivo orçamental — o Sr. Prof. há pouco já enfatizou que alguns governos utilizaram este

instrumento para retirar do perímetro do Orçamento do Estado um conjunto de responsabilidades — e têm um objetivo nobre, que tem a ver, naturalmente, com a satisfação de uma necessidade coletiva, sendo certo que também neste capítulo, quanto a algumas destas concessões, também estamos tratados, porque algumas delas, como disse e bem o Sr. Juiz Conselheiro Carlos Moreno, nem para andar de bicicleta servirão, porque, pelos vistos, para o trânsito rodoviário não serão absolutamente necessárias.

Às vezes, ao assistir a estas nossas conversas, a estes nossos esclarecimentos, fico com a ideia de que estamos num país diferente, que não é o nosso País. Dá-me ideia de que algumas bancadas ainda não perceberam, parafraseando Salgueiro Maia, «o estado a que chegámos».

O País hoje tem uma dívida pública direta do Estado de cerca de 110% do PIB, de 185 000 milhões, e certamente estes negócios, que agora passaram a estar dentro do perímetro do Orçamento do Estado, em muito contribuiram para esse estado de endividamento.

Portanto, é isso que estamos aqui a tentar fazer, o Grupo Parlamentar do PSD está empenhado em fazer: não diabolizar aquilo que este ou outro Governo fez, aquele ou outro negócio, mas criar aqui um manual de práticas que garanta que, no futuro, negócios ruinosos como alguns destes não se voltem a repetir.

E era esse o desafio que começaria por fazer ao Sr. Prof., colocando-lhe uma questão muito concreta que tem que ver com as taxas internas de rentabilidade.

Já foram aqui sinalizados vários números, mas há um consenso que me parece evidente: alguns destes negócios, mesmo aqueles extraordinários que foram recentemente renegociados, como a concessão da Fertagus, tinham taxas internas de rentabilidade superiores a 10% — seguramente, superiores a 10%. Acho que há consenso sobre isso, há valores mais

elevados. E também estamos de acordo que, nessa matéria, e nesta conjuntura que hoje estamos a viver, negócios especulativos ou outros, ilícitos, é que poderão ter taxas de rentabilidade próximas destes valores.

Portanto, queria perguntar ao Sr. Prof. qual é a importância que coloca — gostaria que o pudesse transmitir a esta Comissão — no processo de renegociação destas taxas internas de rentabilidade.

Não estou a falar em rendas excessivas, estou a falar em negócios que o Estado fez e que não acautelou que esses negócios fossem feitos por valores compatíveis com os objetivos do Estado e com a poupança necessária para os encargos futuros.

Vou terminar, para dar a palavra ao meu colega Duarte Marques, colocando uma questão lateral.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, há pouco, já sublinhou que houve aqui um conjunto de afirmações fortes do Juiz Conselheiro Carlos Moreno relativamente aos «benefícios sombra». O Prof. José Manuel Viegas também fala em «arranjinhos». Diga-me com toda a clareza, Sr. Prof., se não acha que nalguns negócios desses houve claramente favorecimento de algumas entidades privadas cujo público — e o seu exemplo é um bom exemplo disso — não teve acesso à documentação real daquilo que se passou nessas negociações.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, relativamente à primeira questão que me coloca, a questão dos «arranjinhos», como já referi há pouco relativamente a outras questões particulares, o Sr. Dr. Carlos Moreno está em melhores condições para falar sobre esses assuntos, porque teve os processos na mão e, portanto, está em condições para falar em casos concretos.

Do meu ponto de vista, tendo, até prova em contrário, a suspeitar que o não fornecimento de informações a que assisti — portanto, a ausência de

informações solicitadas por mim — pode ter na base, digamos, impedir-me que pudesse ter acesso a alguns desses «arranjinhos». Digo eu, enfim, porque não estou a ver que haja nesses contratos secretos de natureza comercial que legitimassem que me fossem negadas essas informações.

Se quer que lhe diga, não tenho, no concreto, nenhum caso para lhe apresentar, mas a sonegação de informação levanta a suspeita de que há nos contratos qualquer coisa que não convém ser vista. Enquanto cidadão, penso que tenho legitimidade para julgar assim, porque quer as práticas internacionais quer a missão do Grupo que estava encarregue de fazer a análise dos processos o indicam. Não vejo que haja outra interpretação.

Relativamente às taxas internas de rentabilidade, pergunta-me como vejo isto.

No fundo, gostaria de «pôr um bocadinho de água na fervura». Julgo que é inegável que estas taxas são muito elevadas, porque, entre as outras razões que já referi, se trata de ter como parceiro um poder soberano. É assim em todo o lado. Quando há negociações, quando há parcerias com poderes soberanos, há por parte dos privados uma taxa de risco superior, que se deverá naturalmente refletir numa taxa interna de rentabilidade superior. Ou seja, julgo que os negociadores atuais não estarão numa situação muito simpática, porque vão ter pela frente esta questão para resolver.

Se quer a minha opinião, digo-lhe, muito francamente, que provavelmente seria importante procurar outras saídas negociais que passassem, por exemplo, por alargar os prazos, ou seja, por tentar reduzir ou, caso fosse possível, eliminar os encargos do Estado — portanto, pelo menos, reduzi-los substancialmente —, mas sem que isso significasse uma penalização excessiva para as empresas privadas, pelas razões que referi. Porque nós, em Portugal, ganhámos competência... Portanto, o aspeto

positivo deste frenesim de obras públicas é este. Portanto, nem tudo foi mau.

Como o Sr. Deputado referiu, temos estradas, temos obras públicas a mais e uma parte importante da nossa baixa taxa de crescimento tem a ver com o mau investimento que se fez. Mas houve um aspeto positivo, ou seja, reforçou-se a capacidade do nosso sector da construção. Se agora, neste processo de negociação vamos, de forma pouco ponderada, reduzir de forma drástica a rentabilidade dessas empresas, estamos a reduzir a capacidade de acumulação de capital desse sector.

E, provavelmente, não é a melhor altura para o fazer. Essas empresas vão ter que se deslocalizar, vão ter que entrar nos mercados internacionais e não podem entrar nesses mercados descapitalizadas e com uma situação, digamos, de penalização muito acentuada. Daí que eu peça muita prudência na forma como essa negociação se vai fazer. E eu tenderia a dizer que seria importante que se ensaiassem outras saídas que não apenas a redução da taxa de rentabilidade. Por exemplo, alargando os prazos ou até, nalgumas situações — vou dizer isto de forma muito aberta e muito direta —, por que não vender ao próprio consórcio, às próprias empresas essas parcerias?

Tenho visto nos jornais alguns comentários, por exemplo, que uma das hipóteses que estaria em cima da mesa seria a de comprar essas parcerias ao sector privado. Ponho a questão: por que não ensaiar, estudar a hipótese de venda também? Porque a hipótese de venda significa, digamos, a recolha de fundos, portanto, a obtenção de receitas. Comprar nesta altura, com as finanças públicas no estado em que estão, provavelmente, mesmo com um desconto, como se refere algumas vezes, pode ser uma situação complicada.

Ou seja, julgo que está aqui uma área em que temos que ser muito criativos e, sobretudo, pensar pela nossa própria cabeça, sem pruridos ideológicos *a priori*, sem estar a olhar apenas para o que os outros fizeram

e pensar que, eventualmente, podemos ser capazes de sair desta, digamos, com algumas soluções criativas.

Em resumo, do meu ponto de vista, esta questão da negociação tem que ser muito bem ponderada, muito bem negociada, pelas razões que referi: não penalizar de forma muito acentuada as nossas empresas de construção, que têm que ganhar armas para entrar no mercado internacional. Portanto, por mais vontade que algumas pessoas tenham em estimular a economia com obras públicas, não vamos voltar a essa situação, e as nossas empresas ou fecham as portas ou vão ter de se lançar no mercado internacional.

E há indicadores que julgo que são esperançosos. Como referi há pouco, alguns países da Europa que foram parcos em obras públicas nos últimos anos vão ter que acentuar essas obras. Diria que, mais do que andarmos de mão estendida à procura de mais empréstimos, de mais *eurobonds*, nós precisamos é de mais mercado na Europa. Portanto, acarinharmos as nossas empresas no sentido de o poderem fazer, portanto, de poderem ocupar posições na Europa nesse sector é muito importante. Julgo que as negociações em curso têm que ser orientadas com esse olhar e com essa perspetiva.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Prof., muito obrigado pela sua presença. O seu currículo académico e científico é indiscutível e queria agradecer-lhe o importante debate que tivemos aqui, agora.

Esta questão das PPP é bastante importante não só para nós, mas também para as gerações futuras, e aquilo que me é dado a entender é que

as futuras gerações estão, neste momento, presas, mesmo agrilhoadas por dívidas contraídas por governantes anteriores, megalómanos irresponsáveis, quiçá, mas sobretudo sem noção do que é o erário público e o interesse público.

Não falo apenas de alguns, falo de muitos. Mas daquilo que percebi da sua intervenção, no fundo, para se conseguirem votos hoje oneraram-se as gerações de amanhã.

O Sr. Prof. falava há bocadinho de estudos que eram pouco fiáveis, feitos *ex ante*, dirigidos ao interesse dos governantes que os pediam, não confirmados. Poderíamos dizer que são insustentáveis, que se revelaram incorretos, que os estudos de tráfego não fazem sentido, que os comparadores públicos não são de confiança?

Pergunto-lhe, Sr. Prof., com estes dados todos, na sua opinião, considera que quem caminhou para estes acordos — governantes e empresas — o fez consciente do abuso que estava cometer em prejuízo da sustentabilidade do erário público e das novas gerações? Essa sonegação de informação, de acesso a dados, a contratos, faria parte desses «arranjinhos», dessa estratégia?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Relativamente à questão global, julgo que, francamente, os nossos governantes não estavam conscientes de que estavam a hipotecar o futuro do País.

Quero dizer-lhe, francamente, que julgo que não. Enfim, porque esta questão, até ao nível o nível científico, é polémica. Ou seja, encontramos bastantes economistas que ainda hoje consideram que os investimentos públicos, sobretudo na área das infraestruturas, são uma solução para o crescimento económico. Há pessoas que estão convencidas disso, pelo que não me custa aceitar que haja também governantes convencidos e, portanto,

provavelmente até com suporte de alguns economistas de nomeada nesta matéria.

Já agora, refiro um estudo recente *a posteriori*. Nada melhor do que nós observarmos as coisas depois. Há um estudo que foi recentemente publicado, ainda este mês, nos Estados Unidos, ao qual podem aceder no *site* do NBER — National Bureau of Economic Research. Este estudo foi feito recentemente com base em dados *a posteriori* sobre as autoestradas americanas.

Resumidamente, posso dar-vos a indicação sobre os resultados. O estudo diz-nos que o famoso efeito de arrastamento das obras públicas resume-se nisto: em situações de depressão, que é o caso presente, essas obras têm um efeito positivo nos dois primeiros anos, porque, enfim, há mais trabalho, há mais movimento; depois, há um ligeiro aumento da atividade, seis, sete anos depois, mas o importante é que no décimo ano desapareceu o efeito total.

Ou seja, em situação de países que já têm infraestruturas muito aceitáveis, o efeito sobre o crescimento económico é nulo. Não me atrevera a dizer assim, mas há economistas que consideram mesmo — e baseados nalguns estudos empíricos — que nalguns casos pode ser até negativo. Porquê? Porque se deslocaram recursos de esferas menos produtivas que poderiam ser utilizados em esferas mais produtivas.

No nosso caso, isso é evidente. Julgo que, se nós quisermos olhar para os últimos 30 anos da nossa história, poderemos ver, no concreto, quais foram os efeitos, em termos de crescimento, das nossas obras públicas, portanto, das nossas infraestruturas. Houve, de facto, um período inicial em que o País estava muito carenciado e em que houve um aceleração do crescimento — não digo que apenas por efeito dessas obras públicas, mas por outras causas —, mas passados alguns anos vejamos quais foram os efeitos que temos neste momento.

Portanto, se a teoria do estímulo económico por via das infraestruturas fosse real, a quantidade de infraestruturas que foram realizadas provocaria, nos últimos anos, uma taxa de crescimento que não é aquela a que, miseravelmente, nós estamos a assistir, em que em 10 anos tivemos uma taxa de crescimento abaixo de 0,5%.

Portanto, isto para lhes dizer que na questão das despesas com obras públicas provavelmente o seu efeito não estava conscientemente visionado na cabeça dos responsáveis políticos. Julgo que não, porque a questão é polémica e, portanto, não me parece que os nossos responsáveis políticos tenham tomado essa decisão de forma consciente. Julgo que não.

Agora, outra coisa é a questão dos «arranjinhos» que referiu e aí digo o mesmo que disse há pouco, ou seja, há, de facto, pelo menos a suspeição de que essas situações sejam reais em função da persistência da negação das informações que, em qualquer parte do mundo onde estas parcerias existem, são fornecidas. Portanto, são documentos que devem ser públicos e, enfim, diria que esta suspeição é ilegítima, não havendo outra justificação para a sonegação de informação.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Prof., então, se não houve consciência — podemos confirmar que concorda que não houve consciência nos atos —, determina que houve grande inconsciência, mas sobretudo grande incompetência. Houve, no fundo, uma negação da própria realidade.

Posso concluir que, se este investimento que foi feito pelas empresas e pelo Estado — pergunto-lhe, como economista credenciado que é de uma grande universidade portuguesa — tivesse sido feito noutros sectores, teria permitido a Portugal taxas de crescimento muito superiores àquela que temos atualmente.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Já agora, trouxe aqui uns dados sobre a produtividade em Portugal. Fala-se muito em produtividade do trabalho, em produtividade total, por aí fora, e há um dado que, muitas vezes, é omitido e que, mesmo entre os economistas, por vezes não é considerado com a frequência que se deveria, que é a produtividade do capital. Ou seja, quantas unidades de produto obtenho, em média, num dado país, com uma unidade de capital.

Essa produtividade do capital, ao contrário do que ocorre com a produtividade do trabalho, em Portugal não é baixa. Atualmente, está praticamente a 100% da média europeia, mas há 30, 40 anos essa produtividade era bastante superior à média europeia. Atualmente produzimos 34 cêntimos como unidade de capital, há 30 anos produzíamos 48 cêntimos como unidade de capital. E essa produtividade tem vindo a baixar, ao contrário do que tem ocorrido na média europeia. Ou seja, a produtividade do capital tem vindo a ter uma constância notável, é quase como que um dado não diria que natural... Mas há uma certa permanência da produtividade do capital não só na Europa, mas nos países da OCDE.

Esta queda da produtividade relativa do capital em Portugal... Eu não tenho dúvidas, embora todas as dúvidas em economia tenham de estar sempre presentes. Mas eu tendo a considerar que este decréscimo da produtividade do capital, que passou de valores elevados para valores que são praticamente iguais à média, se deve à utilização desadequada dos capitais existentes, ou seja, ao mau investimento. Investimos onde não deveríamos investir.

Isto conjugado com os estudos que nós vamos conhecendo e que vamos fazendo, que se vão fazendo ao nível mundial, que mostram que os investimentos em infraestruturas são, de facto, investimentos extremamente produtivos na fase inicial... Quando um País não tem portos, não tem aeroportos, não tem estradas, fazer as primeiras estradas, fazer os primeiros

aeroportos, melhorar substancialmente aquilo que está em más condições tem um impacto muito positivo na produtividade. Mas a partir do momento em que se obtêm valores mínimos a produtividade vai ressentir-se da intensificação dos investimentos nessa área. E foi a isso que nós assistimos em Portugal. Foi a isso que assistimos em Espanha. Curiosamente, o movimento espanhol é mais ou menos igual ao nosso. Mais: a produtividade do capital, neste momento, em Espanha, é mais baixa do que a nossa. O exagero dos investimentos em infraestruturas em Espanha foi superior ao nosso. Valha-nos essa consolação. Mas eles, portanto, fizeram tantos investimentos, em termos relativos, como nós fizemos. Nalguns casos até mais. Isso refletiu-se na produtividade do capital espanhol que, neste momento, são 26 cêntimos enquanto os nossos são 34.

Por outro lado, há um ponto que não referi ainda, mas que, neste contexto, devo referir e que tem, aliás, a ver aqui com a nossa discussão.

Temos, em Portugal, uma dimensão média das empresas muito baixa. Na OCDE, só a Grécia e eventualmente... Creio que a Grécia, mas não se haverá mais algum país. De qualquer modo, somos o segundo ou terceiro país com a dimensão média de empresa mais baixa. E sabemos que quer a produtividade do trabalho quer a produtividade do capital tendem a aumentar com a dimensão. Portanto, a nossa estrutura empresarial, composta de forma exagerada por pequenas e médias empresas, arrasta baixas de produtividade.

Portanto, a conversa, o discurso sobre as pequenas e médias empresas, que é muito apelativo do ponto de vista político, do ponto de vista da economia é terrível. Não é um bom indicador, não é uma boa política ter um peso exagerado de pequenas e médias empresas. Para terem uma ideia, em Portugal apenas 30% do valor acrescentado bruto é produzido nas grandes empresas, empresas com mais de 250 pessoas. Em

países como a Irlanda ou a Finlândia, países com dimensão próxima da nossa, esses valores são o dobro ou mais.

Portanto, a dimensão média da nossa empresa é muito reduzida. Desse ponto de vista — e vou voltar à nossa questão das parcerias público-privadas —, julgo que políticas públicas que ajudem, que fomentem, que incentivem a concentração da nossa estrutura empresarial são altamente positivas para a produtividade e para o crescimento económico.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Obrigado, Sr. Prof..

O valor dos encargos inscritos no Orçamento de Estado para 2010 registou um acréscimo, um agravamento, de 19% face ao valor previsto.

Lembrando que um ex-Secretário de Estado das Obras Públicas, que esteve neste Parlamento no dia 25 de outubro de 2011, terá dito que as parcerias público-privadas lançadas pelo Governo de José Sócrates não acrescentaram qualquer encargo ao Orçamento de Estado. Acha que estaria a negar a realidade também? Como é que comenta estes sistemáticos agravamentos na fatura anual com encargos das PPP no Orçamento de Estado?

Pergunto ainda: acha que há mais PPP negociadas mais próximo das eleições em Portugal, ao contrário de outros países, por exemplo, ou é igual? Porque, pelo que percebemos, a única vantagem do modelo, até agora, parece ser a rapidez.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Julgo que é evidente a acentuação das obras, não só das parcerias público-privadas, mas das obras em geral, em período eleitoral.

Aquilo que, para mim, é muito claro foi a acentuação da criação e da implementação de parcerias nos anos imediatamente e durante a crise. Ou seja, no período que vai de 2010 para trás até 2006, 2007, houve, de facto,

uma aceleração muito grande, um pouco também em consequência de alguma atitude inicial, na Europa, de fomentar, de incentivar os governos a gastar dinheiro público em infraestruturas.

De facto, o método das parcerias público-privadas era, na altura, o metido mais adequado para fazer essa aceleração. Embora — e volto à minha questão de há pouco —, essa «sereia» das parcerias público-privadas não tenha convencido a maior parte dos países europeus. Volto a referir este ponto. Houve, na Europa, muita gente que acentuou os gastos públicos, mas através de métodos tradicionais.

O Sr. Duarte Filipe Marques (PSD): — Sr. Prof., há poucos dias foi noticiado que os novos juízes do Tribunal de Contas alegaram ter concedido visto prévio a diversas concessões rodoviárias, porque terá sido sonogada informação, tal como a si, que lhes devia ter sido disponibilizada sobre as mesmas. Acha que isto é possível ter acontecido?

Faço-lhe outra pergunta. A informação adicional, nomeadamente aditamentos a contratos e contratos emergentes e anexos, pode implicar cargos adicionais para o Estado. Há ainda a questão de os contratos estarem sujeitos a alterações suscitadas quer pelo próprio Estado quer pelos pedidos de reequilíbrio por parte dos concessionários. Pode dar-nos uma ideia concreta, ou abstrata, do peso relativo que estes encargos poderão implicar na fatura final, para além dos valores dos encargos que já são conhecidos?

Termino com uma pergunta. Depois de o ouvir, várias vezes, a responder aos meus colegas e a mim, podemos dizer que terá havido alguma gestão danosa e inconsciente na generalidade destes processos de negociação das PPP nestes sectores?

E, já agora, uma pergunta mais pessoal: concorda que os políticos e os gestores envolvidos devem ser responsabilizados?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Relativamente a esta última questão, julgo que a responsabilização deve ser pedida a todos os níveis.

Já agora, conto-vos aqui um pequeno episódio. Na semana passada, fui intimado a comparecer no Tribunal de Almada para responder, como testemunha, a um inquérito que foi despoletado em Faro pelo Sr. Procurador, portanto, a partir dessa região. Puseram-me algumas questões muito semelhantes àquelas que foram aqui colocadas. Quero contar-vos este episódio, porque remete exatamente para a questão que me colocou.

Julgo que, em geral, as pessoas que têm responsabilidades políticas não se podem escusar atrás dessas responsabilidades para não responderem a comportamentos que, face a todos os critérios de racionalidade, digamos, de bom comportamento e de cidadania, são condenáveis. Não é?

Reconheço que essa é uma questão polémica e, enfim, não estou melhor preparado que os Srs. Deputados para responder a essa questão. Mas, se me põe a questão, digo-lhe que, claramente, até para ter efeitos futuros em termos de pedagogia. Ou seja, eu creio que os nossos responsáveis, se muitas vezes tomam decisões, digamos, prejudiciais sem intenção, devem estar mais atentos e devem ter o cutelo da responsabilidade e do castigo para os obrigar a ter mais cuidado nas decisões.

Portanto, a minha resposta é claramente «sim».

Colocou-me uma outra questão que eu não tomei nota...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Prof., eu tinha feito uma pergunta relacionada com o Tribunal de Contas. Se tinha noção que esta sonegação de informação em todo este tipo de contratos que não foram entregues, nos permite calcular o peso do valor que isso pode ter no futuro,

ou seja, se podemos aferir o custo que isso pode ter, no fundo, como encargo para a frente.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Eu não lhe posso responder concretamente. Portanto, não tenho os cálculos feitos.

Repare: nós podemos pegar num ou noutra contrato e tentar obter esses valores e fazer essa avaliação. Agora, em termos globais, é muito difícil, na perspectiva em que me coloco e com a informação que tenho, fazer essa avaliação.

Eventualmente, os senhores juízes do Tribunal de Contas que tiveram os processos na mão podem ter valores mais concretos e fidedignos do que alguns dos que eu, eventualmente, lhe poderia aqui referir, mas com pouco fundamento em termos de rigor.

Em termos globais, sabe-se que, no caso dos negócios rodoviários, esses valores são mais elevados, portanto, digamos, a incerteza dos contratos é mais elevada, porque as renegociações têm sido aí mais frequentes.

Portanto, sabemos que esses valores aí são mais elevados. Agora, em termos de rigor dar-lhe um número, isso seria impossível da minha parte.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, são neste momento 13 horas e 40 minutos e é expectável que a segunda e terceira rondas se prolonguem por mais duas horas.

Nesse sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se podemos considerar uma interrupção de 30 minutos ou se a reunião é para continuar.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sr. Deputado, não tenho qualquer problema. É preciso ver se a sala está disponível ou se há algum problema e a partir de que horas. Temos de gerir esse problema.

Pausa.

Srs. Deputados, informam-me que a sala terá de estar disponível para outra reunião às 16 horas e 30 minutos, pelo que podemos fazer agora um intervalo de 10 minutos e depois continuaremos os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 41 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 11 minutos.

Vamos dar início à segunda ronda de perguntas, obviamente, pela mesma ordem. E, neste caso, para esta segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Prof., antes de mais, uma declaração de interesses muito rápida. Tal como o Sr. Prof., também sou muito crítico do modelo de parcerias público-privadas e até entendo que o que deveria sair desta Comissão de Inquérito seria uma espécie de manual de boas práticas que pudesse ser útil para a implementação das parcerias público-privadas no futuro.

Quero ainda referir algo que tem a ver com o regime de incompatibilidades. Também sou muito crítico do regime de

incompatibilidades. Acho que deve ser reforçado. Perfilho a teoria que o Sr. Juiz Carlos Moreno aqui trouxe, na sexta-feira, não só quando se sai do público para o privado, mas também quando se passa do privado para o público. Como ele próprio disse, não basta ser sério, é preciso parecê-lo. E, por exemplo, chamadas de capa, como as que hoje existem nos jornais, em que alguém que está do lado privado altera alguns projetos ou cancela alguns projetos e, depois, vai para o lado público decidir sobre as indemnizações os parceiros privados onde esteve poderão vir a obter, arrepiam-me um pouco.

A primeira pergunta que lhe quero colocar é se partilha desta ideia de que temos de melhorar o regime de incompatibilidades no que diz respeito a estas passagens de um lado para o outro da mesa.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de responder diretamente à sua questão — porque, entretanto, não tive oportunidade de o referir há bocadinho e agora ouvi aqui conversas entre várias pessoas sobre a questão do famoso relatório que o Sr. Deputado Serrasqueiro referiu —, gostaria aqui de sublinhar dois ou três aspetos, porque creio que a minha posição não ficou muito clara a esse propósito.

Portanto, foi-me perguntado inicialmente, logo no início desta reunião, se eu tinha conhecimento da existência de um relatório da Comissão a que pertenci. Referi que não. De facto, não tinha conhecimento desse relatório. Como eu referi, enquanto lá estive, apenas foram produzidos dois documentos que não chegaram a ser objeto de apreciação. E, agora, o Sr. Deputado referiu a existência deste relatório, acompanhado, digamos, de uma ligeira insinuação que eu interpreto desta forma: «você abandonou; afinal, os outros que ficaram foram capazes de produzir um

relatório». Creio que ficou isto no ar e gostaria de pronunciar-me sobre esta questão.

Em primeiro lugar, desconheço se houve, digamos, a nomeação de um substituto meu nessa Comissão e, portanto, em que medida é que esse relatório corresponde ao espírito do acordo que criou a Comissão, porque, no fundo, a ideia inicial era a de que se produzisse um relatório sobre as PPP, com amplos poderes, que o documento que a cria lhe confere, com a ideia de que, digamos, o relatório a criar deveria ser objeto de discussão contraditória, com perspetivas diferentes. Portanto, a questão que coloco é a seguinte: saber quem assinou o relatório e se houve, de facto, alguém que me tivesse substituído na sua composição.

Este ponto, do meu ponto de vista, é muito importante. Não referi aqui, porque, enfim, isso não se proporcionou, mas quero dizer-vos que vou fazer um *dossier* com todos os documentos mais importantes que circularam nesta Comissão, nomeadamente o acordo entre o Governo e o PSD que cria esta Comissão.

Esta Comissão foi criada com amplos poderes! Os poderes eram deste género: nós tínhamos capacidade de mandar parar obras, de requisitar pessoal à Administração Pública e de recorrer a todos os meios que julgássemos necessários para poder levar a cabo a missão que nos estava incumbida.

Uma parte importante das nossas primeiras discussões andou à volta da missão atribuída a este grupo. E quero dizer-vos, de forma muito franca, que, desde o início, algumas das pessoas desta Comissão puseram em causa estes amplos poderes, ou seja, quiseram redefinir a missão que estava atribuída ao Grupo de Trabalho. Inicialmente, quando essa questão foi levantada...

O Sr. Rui Paulo Figueiredo (PS): — Por quem?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Foi levantada por... Vamos lá a ver, não me recordo exatamente quem foi que suscitou a questão. Sei e posso reafirmar-vos que todos os elementos, com exceção de eu próprio, de alguma forma, encararam positivamente a redefinição dessa missão.

Quero também dizer-vos que, inicialmente, porque a proposta era de tal forma subversiva face àquilo que nos estava incumbido...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, era apenas para que o Sr. Presidente informasse o Sr. Prof. de que estamos em sede de Comissão de Inquérito. Portanto, como o Sr. Prof. acabou de dizer que membros que estiveram consigo no Grupo de Trabalho queriam pôr em causa os poderes e o âmbito em que foi criado, e eu, em tom de aparte, lhe perguntei quem, mas o Sr. Prof., a seguir, disse que não se lembra, acho que deveria medir um pouco mais as afirmações que faz em sede de Comissão de Inquérito, porque esta não é uma comissão normal, em que achamos, pensamos, julgamos e, depois, quando diretamente questionados, não nos lembramos. Eram só quatro membros!

Portanto, se o Sr. Prof. não sabe, não devia fazer uma insinuação sobre nenhum dos outros quatro membros. Como já se disponibilizou, se tiver documentação em concreto, que refira algum dos outros quatro membros — e alguns até estão na lista para serem aqui chamados —, então,

o senhor coloca-a em cima da mesa e, depois, nós confrontaremos esses membros.

Penso que isso poderá pôr em causa a honorabilidade de Guilherme d'Oliveira Martins, de Sérgio Monteiro, de Lopes Cardoso. Penso que o Sr. Presidente deveria ter isso em atenção. É que estamos numa Comissão de Inquérito, não estamos numa comissão normal, em que cada um de nós pode achar o que entender. Aqui, na Comissão de Inquérito, trata-se de apresentar factos e documentos.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Ouvi atentamente e tomei nota da observação que foi feita. De qualquer forma, que refiro que... Vou deixar, vou fazer um *dossier*, como disse há pouco ao Sr. Vice-Presidente, com toa a documentação que trocámos — e vou sublinhar —, incluindo as trocas de opinião acerca desta matéria.

Portanto, não estou aqui, digamos, a fazer uma insinuação, portanto, a levantar uma falsa suspeita. Digo-lhe claramente que não me lembro quem foi que suscitou, pela primeira vez, a questão, porque não me lembro, efetivamente. Não sei se, olhando para a documentação que tenho ali, se se consegue perceber quem foi que suscitou a questão pela primeira vez.

Mas quero dizer-vos que, inicialmente, eu próprio fiquei convencido de que, nos bastidores, teria havido, digamos, por parte do PSD, uma reapreciação do problema e que... Porque a proposta era de tal forma radical, em termos de missão, que provavelmente isto teria resultado de negociações entre, pelo menos, o Sr. Presidente da Comissão e altos dirigentes do PSD. Julguei eu. De modo que, inicialmente, apenas fiz leves

observações, convencido de que, provavelmente, haveria coisas novas no ar.

No entanto, fiquei extremamente preocupado e eu próprio me pus a caminho para esclarecer o assunto, pessoalmente, com o Presidente do PSD, uma vez que esta questão tinha sido colocada a este nível. E pretendi saber se, de facto, havia uma reformulação, digamos, da missão. Quero dizer-vos aqui também que, se tivesse havido, digamos, um passo atrás no sentido de fazer parte de uma comissão, como muitas outras existem, de faz-de-conta — e tenho de dizer as coisas de forma clara —, eu próprio teria saído imediatamente, porque esse tipo de situações não faz parte do meu género.

Houve, depois, troca de correspondência, que nós acompanhámos, entre o Dr. Passos Coelho, o Presidente da Comissão e o Primeiro-Ministro na altura e foi, por parte do PSD, reafirmado, digamos, o teor do acordo. Ou seja, como um dos parceiros não recuou na missão a atribuir à Comissão — isto está explícito, está claro em documentos trocados —, os trabalhos, de alguma forma, reiniciaram-se, com a reafirmação, digamos, dessa missão.

Por que é que trago esta questão aqui? Trago esta questão aqui, porque me senti, de alguma forma, posto em causa, quando me vêm dizer que terá havido um relatório e que, portanto, pessoas, que não eu, foram capazes de levar o trabalho a cabo no tempo previsto e suponho que de forma efetiva. Portanto, a minha questão é saber, primeiro, quem é que me substituiu e, segundo, estou curioso para conhecer o relatório e saber se o relatório cumpre a missão que está aqui determinada. Portanto, o que é que se fez, se esse relatório é, de facto, um relatório à séria ou é um relatório, enfim, para preencher tempo, como muitas vezes se faz no nosso País, infelizmente.

Não tinha pensado em levantar esta questão assim, desta forma tão veemente, mas, olhando para os meus apontamentos e ouvindo, há bocadinho, alguns comentários sobre o relatório, achei que deveria dizer estas palavras. E vou entregar documentação com correspondência e documentos trocados entre os membros da Comissão a este propósito, porque não estou aqui, digamos, a inventar ou a fazer suposições. Tudo isto, inclusivamente a carta do Presidente do PSD na altura, do Sr. Primeiro-Ministro, portanto, as posições que cada um de nós tomou nessa Comissão.

Já que as questões são postas desta forma, e sinto-me atingido, ponho em questão, digamos, o teor desse relatório e saber em que medida é que esse relatório foi feito com contraditório, portanto, com pessoas que olhassem para os documentos com perspectivas diferenciadas e rigorosas. Não estou a pôr em causa o rigor das outras pessoas, mas, enfim, tenho legitimidade para supor que eu representava uma visão crítica sobre o problema e por alguma razão fui indicado para essa Comissão. Portanto, eu próprio, neste momento, estou curioso e ponho em causa esse relatório, no sentido de duvidar se ele foi feito nas condições em que o Grupo foi criado e cumprindo a missão que foi determinada, inicialmente.

Sr. Deputado, entretanto, perdi a sua pergunta.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sr. Deputado, pode repetir a pergunta?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Desde que não me contem o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Exatamente!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Até porque teremos oportunidade de voltar ao relatório, com tudo aquilo que disse.

A pergunta que lhe fiz era se perfilhava o reforço do regime de incompatibilidades para quem passa do público para o privado e do privado para o público.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Claramente. Estou totalmente de acordo. Julgo que o regime de incompatibilidades, em várias matérias desta natureza, incluindo esta, exige, de facto, que haja uma posição muito estrita a esse propósito.

Estou totalmente de acordo, acho que as incompatibilidades... Não domino a legislação que existe no País a esse propósito, não sei exatamente como é que as coisas funcionam, mas sou claramente favorável, porque decorre daquilo que aqui referi que todos estes contratos, todo este relacionamento entre os poderes públicos e o sector privado é suscetível de aspetos de muita delicadeza e, portanto, as incompatibilidades devem ser, do meu ponto de vista, as mais amplas.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O Sr. Prof. já disse por várias vezes, e de uma delas até tomei nota para o citar bem, que não estava em condições de abordar dados em concreto por falta de informação. E disse também que não tinha conhecido, não tinha visto ou tido acesso a nenhum contrato em concreto, que não conhecia os *spreads* de financiamento em concreto e que também não conhecia, exatamente por não ter tido acesso aos contratos, nenhuma TIR.

Confirma que referiu isto tudo?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, tenho alguma documentação fragmentária, portanto, tenho alguns documentos que não

cheguei a analisar, digamos, com conveniente rigor por uma razão simples: é que estas questões têm que ser vistas no seu conjunto. E, portanto, nós, eu próprio... Quer dizer, nestas coisas já não vou em histórias. Para analisarmos um contrato, ou temos a documentação toda e temos o seu contexto... Eu não vou em histórias de digerir apenas aquilo que me é fornecido!... E, portanto, como não tive acesso à informação completa, eu próprio me recusei e ainda tenho os dados que me foram fornecidos em CD e, alguns, em papel. Portanto, eu próprio não fiz a análise e como não tenho, nestas coisas, nenhuma tendência voyeurista, nunca estive com essa disposição de olhar para os documentos de forma parcelar. Portanto, não fiz essa análise pela razão que referi.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Muito obrigado, Sr. Prof.. A minha pergunta era exatamente para confirmar isso, porque nesta fase de audiências, naturalmente — e é por isso que foi chamado —, poderá expender as suas teorias à vontade. Eu próprio lhe fiz essa declaração de interesses.

Também sou muito crítico das parcerias público-privadas, apesar de, por exemplo, a Comissão Europeia — liderada por um português —, ainda recentemente ter escrito em documentação que as PPP eram um instrumento útil para o investimento e para o crescimento económico. Fique, porém, expresso que, em concreto, sobre contratos, sobre *spreads*, sobre TIR, o Sr. Prof. não tem nenhum conhecimento e, portanto, as teorias que expende são teorias, porque não tem factos em concreto para aquilo que é o nosso objeto de análise.

Referiu novamente, e muito, a questão do relatório. Queria fazer-lhe uma pergunta muito simples e direta, até porque focou várias vezes os outros membros do Grupo de Trabalho: com que opinião, subjetiva naturalmente, ficou dos seus quatro parceiros de trabalho?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — O que é que eu posso dizer sobre isso...? Tivemos um relacionamento muito amistoso. Eu não conhecia pessoalmente nenhum dos elementos, mas nunca tivemos nenhuma dificuldade em trabalhar. Fomos trocando *e-mails*. Aliás, uma das vantagens que tenho em relação a este meu depoimento é que felizmente as novas tecnologias de informação permitiram isto. Quer dizer, o facto de termos feito poucas reuniões foi para nós, para mim pessoalmente, uma vantagem, porque tudo o que vos estou a dizer está documentado.

Os *e-mails* estão lá, estão datados, estão assinados, estão todas as opiniões que foram expendidas, todos os documentos que foram trocados e podemos reconstituir tudo. Portanto, tudo o que aqui referi, tirando as opiniões de natureza pessoal e teórica, como é evidente, que não têm demonstração possível, todos os elementos sobre a minha participação e a falta de informação estão documentados e faço questão de fazer um *dossier* e entregar ao Sr. Vice-Presidente todos os elementos.

Agora, relativamente à opinião que tenho sobre as pessoas, eu não as conhecia, portanto, foram todas muito simpáticas comigo e eu, com certeza, com elas. Houve naturalmente aquela divergência de opiniões inicial. Aliás, fui a única pessoa que resisti a aceitar de forma fácil a redefinição da missão do Grupo de Trabalho. Tirando estas divergências — que posso também demonstrar através da exibição da correspondência que foi trocada —, não houve entre nós divergências de outro tipo. Pelo contrário, tivemos uma relação pessoal muito boa, embora inicialmente não conhecesse nenhuma das pessoas.

Portanto, a minha opinião é claramente favorável.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Então, no meu lugar, dava por bom que tudo o que eles escreveram em termos de factualidade do que

referiu — de acesso a documentos e de definição de objeto —, fazia fé nos elementos do Grupo de Trabalho, em especial no seu coordenador Guilherme d'Oliveira Martins?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Em especial o Sr. Coordenador Oliveira Martins transmitiu-me — e isso, volto a dizer, está documentado — por diversas vezes, uma das quais de forma muito veemente em documento que depois vou irei trazer... Disse-me claramente em correspondência trocada entre todos, que comungava das minhas preocupações e que iria pressionar o Sr. Secretário de Estado do Tesouro para que as informações passassem a ser fornecidas de forma mais célere. Isto está escrito!

Eu vi na imprensa — mas estas coisas têm de ser filtradas e eu não atribuo o que a imprensa diz como estando sempre a reproduzir a verdade. Houve, na altura, algumas insinuações, segundo as quais os elementos restantes, inclusivamente o Sr. Presidente, não comungavam das minhas preocupações.

Quero dizer-vos que tenho um documento, que vou trazer, uma troca de *e-mails* para todos — repito, para todos os elementos da Comissão —, em que o Sr. Presidente comungou da minha preocupação e dizia que iria fazer todos os esforços para que as coisas passassem a ser diferentes. Isso está escrito. Tenho aqui o documento. Como não tenho as coisas organizadas, não o deixo agora, mas faço questão de vos trazer essa documentação.

Se houve circulação de outro tipo de informação, segundo a qual os outros elementos, nomeadamente o Presidente da Comissão, não comungavam dessa preocupação, posso dizer, de forma muito firme e muito franca, que isso não corresponde à verdade, porque isso está claramente documentado e não acredito que o Sr. Presidente da Comissão

tenha dito isso. Penso que houve uma reprodução inexata das suas palavras, se é que ele se pronunciou sobre essa questão.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Acho que vai ser interessante essa documentação que o Sr. Prof. nos irá disponibilizar.

Disse-nos há pouco que se tinha posto a caminho para falar com o Presidente do PSD sobre a documentação e tudo o mais. Confirma que foi na primeira reunião do Grupo de Trabalho, dia 14 de janeiro, que toda essa diferença de opinião acabou dirimida, porque foi a altura em que foi feito um documento pelo Grupo de Trabalho que foi enviado ao Presidente do PSD e ao então Primeiro-Ministro?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Essa carta não foi o fim, digamos, da questão. Foi um meio. Ou seja, houve um período durante o qual nós discutíamos entre nós... A questão começou desta forma: alguns de nós, olhando para o documento que nos atribuía aquela missão, dizíamos «bom, isto é uma tarefa impossível. Vamos ser mais modestos e fazer um trabalho menos ambicioso». Portanto, as questões começaram por essa via. Portanto, ao dizer isto não estou a querer aqui insinuar que alguns de nós quisemos subverter conscientemente o espírito do Grupo de Trabalho. Não é isso que estou a dizer. Julgo que as coisas devem ter partido da força que era atribuída ao Grupo de Trabalho. E quero voltar a referir que essa força ia ao ponto de termos a capacidade para requisitar os elementos que precisássemos da função pública e para fazer parar obras, se assim o entendêssemos.

Essa carta foi enviada ao Sr. Primeiro-Ministro numa circunstância em que eu próprio tinha ainda dúvidas sobre se não teria havido, ao nível da alta direção do PSD, uma alteração de perspetiva. Portanto, não foi o fim do percurso, foi em resultado da discussão ocorrida entre nós... E eu

assumo isso. Eu era a pessoa que mais reticências tinha. Até porque se tratava de uma questão pessoal, como vos disse, porque não estava disposto a participar numa comissão que não tivesse de facto poderes suficientes e capacidade de olhar para os documentos e fazer um trabalho rigoroso.

Como lhe acabei de dizer há pouco, essa minha dúvida foi muito forte e levou-me a que eu quisesse, pessoalmente, olhos nos olhos, junto da alta direção do PSD, perceber o que é que estava em causa. Foi isso que fiz e, portanto, não estou aqui a esconder coisa nenhuma, como, aliás, nunca vos fiz e nunca vos faço.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Com quem é que falou da alta direção do PSD?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Já referi há bocado, mas repito: falei com o Presidente do PSD.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Prof., fiquei fascinado com essa velocidade, porque a 14 de janeiro reuniram e elaboraram, depois obtiveram as respostas do então líder do PSD e do então Primeiro-Ministro, e fixaram o consenso, bem como a prioridade, sobre os trabalhos — que foi a alta velocidade e a saúde —, como o Sr. Prof. também já nos confirmou.

Foi, portanto, tão rápido esse consenso que, a 17 de janeiro, segundo o Grupo de Trabalho, receberam os primeiros *dossiers* sobre as parcerias público-privadas da saúde e da alta velocidade. Confirma esta receção a 17 de janeiro?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Em relação às datas, de momento, não sou capaz de as confirmar, porque teria de consultar a documentação. Portanto, em relação às datas não lhe posso

confirmar nem infirmar, porque não tenho isso presente. Mas, repare, na documentação que vou remeter isso ficará claro.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Mas foi rápido, tudo isto que nos descreveu, como muito complexo, em três dias.

Confirma que foi no dia 27 de janeiro que o Grupo de Trabalho elaborou uma lista exaustiva — no seu relatório são mais de três páginas de pedidos exaustivos — sobre todas as parcerias público-privadas?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Como disse, não posso agora de momento confirmar o dia, mas isso faz parte de um dos *e-mails* que troquei com os meus colegas e na documentação que vos vou trazer o dia estará lá claramente referenciado.

De facto, fiz um trabalho que foi exaustivo e que, estou agora a recordar-me, mereceu um comentário. Aliás, fiz uma noitada e creio que foi o Dr. Lopes Cardoso que me disse — isso está escrito no *e-mail* — que admirava a minha resistência noturna.

De facto, fiz um trabalho exaustivo. Porque, repare, volto a referir, eu estava na Comissão de forma muito empenhada, com o firme objetivo de obter informação suficiente para produzir um relatório que eu sabia e tinha a perceção de que não iria ser consensual entre nós, mas no qual, pelo menos, eu ambicionava ter a possibilidade de levantar um conjunto de informações objetivas, que permitissem depois às várias pessoas da Comissão, digamos, terem apreciações de natureza teórica e política sobre os temas.

Daí que, como poderão reparar na documentação que depois vos vou facultar, a minha listagem — digo-o sem pretensiosismos — é de longe a mais exaustiva, a mais completa e a mais ambiciosa. Repare, julgo que tem a ver com o estado de espírito com que cada um de nós estava nessa

Comissão. Sem tentar desvalorizar os meus colegas, considero que era a pessoa que tinha mais ambições para aquela Comissão.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Mas, segundo se percebe do Grupo de Trabalho, toda essa lista foi elaborada, compilada e remetida ao Governo.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Essa lista foi sujeita a uma filtragem por parte do Sr. Presidente, a uma filtragem no bom sentido.

No fundo, qual foi a ideia do Sr. Presidente da Comissão? Os elementos que eu solicitava eram muito numerosos e deveríamos ser um pouco menos ambiciosos, reduzir um pouco a lista para termos menos elementos no imediato. Mas, de qualquer forma, aqueles elementos que foram retirados da lista seriam depois reinvestidos numa segunda fase.

Quero dizer que toda esta dificuldade de obtenção da informação não se refere à minha lista ambiciosa. As dificuldades surgiram face à listagem que foi acordada e que foi reduzida, claramente, por parte do Sr. Presidente. Portanto, foi face a esses elementos que as dificuldades surgiram, e muito menos os outros elementos que eu estava na disposição de solicitar me foram fornecidos.

Já agora, há um outro elemento que quero também aqui referir para mostrar qual era a disposição em que eu estava — e reivindico para mim um maior entusiasmo. Vou dar-vos um elemento. Face àquilo que tínhamos para fazer, claramente que não era um grupo de cinco pessoas, para mais com as suas profissões e atividades, que tinha condições para fazer um trabalho minimamente aceitável. No entanto, tínhamos um tubo de escape, tínhamos uma saída: é que a missão que era atribuída permitia-nos, sem limitações — repito, sem limitações —, no âmbito do bom senso, claro,

solicitar à Administração Pública os meios humanos e financeiros necessários.

Se o Sr. Deputado tem conhecimento dessa listagem, há de reparar que nela está incluída uma listagem desses meios. Digo, claramente, o que preciso do Banco de Portugal, quantas pessoas preciso, o que preciso do Ministério das Obras Públicas, o que preciso por parte do Ministério das Finanças. Está lá escrito não só os elementos, mas também as pessoas, ou seja, os recursos humanos de que precisava.

Quero dizer-vos que, entretanto, essa listagem de recursos foi simpaticamente ignorada, ou seja, não me foi dito que não valeria a pena investir nessa área, mas foi remetido para uma data posterior o retomar dessa questão. Claro que essa questão não chegou a ser levantada, porque, entretanto, por falta de documentação, saí. Ou seja, a colocação à disposição de recursos financeiros... Não faltam recursos financeiros, mas de recursos humanos para assessorar a Comissão foi uma questão que acabou por ser descartada muito rapidamente, no sentido de ter sido ignorada. Portanto, não foi feito, claramente, um investimento nessa área.

Se o Sr. Deputado tem acesso a esse documento — e, provavelmente, pelo que me está a dizer, tem —, há de verificar que eu digo claramente quais são as pessoas de que preciso, onde é que elas estão, quais são os técnicos e quais são as competências de que preciso para nos ajudar.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — No dia 4 de fevereiro houve uma distribuição de trabalho entre os membros do Grupo de Trabalho. O Sr. Prof. ficou confortável com essa distribuição — e os outros membros também —, da parte que lhes tocava do relatório?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, Sr. Deputado. Essa repartição de trabalho resultou das sugestões de cada um.

Como funcionam as coisas nestas comissões? Não se trata de termos um presidente que nos indica as tarefas individualmente. Cada um de nós foi, de alguma forma, manifestando as suas preocupações, os seus domínios de conhecimento e de interesse. E, portanto, essa listagem das tarefas que, no imediato, competiam a cada um resultou, digamos, dessa autoproposta que cada um fez sobre as suas competências e sobre o seu interesse.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Muito bem. Queria só que ficasse registado, porque, de facto, é verdade o que o meu colega Deputado Fernando Serrasqueiro disse, isto é, que outros membros do Grupo de Trabalho produziram logo documentos que fizeram parte deste relatório.

O Sr. Prof. tem referido, muitas vezes, que não recebeu a documentação. Mas do relatório do Grupo de Trabalho consta que nos dias 11 de fevereiro, 17 de fevereiro e 18 de fevereiro foi recebida variadíssima documentação, mais de 4000 documentos, informação muito detalhada e muito exaustiva sobre as parcerias público-privadas.

Os membros do Grupo de Trabalho estão enganados quando escrevem isto?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, não contei os documentos, mas admito que, se alguém os contou, possam ter atingido esse montante. De facto, recebemos muita documentação.

Já agora, vou aqui dizer que recebi um documento, recebi um CD que não consegui abrir e pensei «mais um CD em branco» — seria já o segundo! Mas, entretanto, comentando com um colega, disseram-me: «provavelmente, não tens o *software* necessário». Pedida ajuda a um informático, o que é que eu reparo? Eram os projetos de engenharia e de arquitetura de um dos hospitais.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Os 4000 documentos?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não! Estou a referir-me a um dos CD. Como vos digo, admito que tenham sido 4000, 5000 ou 6000... Não interessa.

Volto à questão anterior: a minha atitude, nestas coisas... E jamais alguém conseguiu fazer com que o fizesse, portanto, digerir o que me querem dar a comer. Isso eu não farei! Se aceito participar numa comissão destas, sou eu que digo o que preciso. Não vou pedir o céu e a terra! Não vou pedir um documento que não existe. Tudo o que pedi eram elementos que estavam disponíveis, que estavam produzidos, que eu sabia que estavam, não estava a inventar.

Agora, se peço um determinado número de documentos e fornecem-me outra espécie de documentos que não pedi... E estou a falar-vos deste caso, porque é, de facto, é extremo. Por que é que um economista quer saber dos projetos de arquitetura de um hospital?!

A resposta à sua questão é a seguinte: não me admira esse número de documentos de que falou nem me impressiona a sua observação. Portanto, não foi por falta de número de documentos que não trabalhámos. Não tínhamos os documentos certos.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Como o Sr. Prof. introduziu o tema na exposição inicial, antes das perguntas, termino com uma conclusão muito simples: vai ser interessante confrontar essa compilação de informação, porque os elementos do Grupo de Trabalho referem que no dia 11, depois complementado pelos dias 17 e 18 receberam todo o portefólio de PPP contratadas pelo Estado, todos os relatórios da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, toda a informação detalhada das PPP rodoviárias, um

ficheiro das 21 parcerias, todas as parcerias da saúde — e eu podia continuar a ler aqui uma lista exaustiva.

Também o Sr. Prof. está perfeitamente documentado de que, no dia 25 de fevereiro, ou seja, 10 dias depois, existiu uma reunião do Grupo de Trabalho, em que analisaram a documentação recebida, planearam o trabalho e estabeleceram prazos para o relatório preliminar e, depois, os outros membros do Grupo de Trabalho produziram relatórios, de que o Sr. Prof. diz que teve conhecimento, e que, naturalmente, também acabaram por integrar este relatório.

Portanto, gostava de concluir, dizendo o seguinte: quando o Sr. Prof. diz que a informação é necessária para emitir a opinião com rigor — citei as suas palavras —, julgo que é um conselho que o Sr. Prof. deve adquirir para si próprio. Vou ficar com muita curiosidade de ler os seus *e-mails*, para o confrontar com o que é escrito pelos quatro membros do Grupo de Trabalho.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, tenho um comentário a fazer.

Primeiro, como já referi ao Sr. Deputado Serrasqueiro, não posso falar sobre a documentação que foi remetida aos outros elementos. Como vos disse, inicialmente, por proposta do Sr. Presidente — que me pareceu uma proposta sensata —, o que foi idealizado era termos no Ministério das Finanças, numa sala dedicada, dada a importância da missão dada àquele grupo...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O relatório diz que toda a documentação foi dirigida ao Presidente do Grupo de Trabalho.

Protestos do PSD.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Posso terminar, Sr. Deputado?

Não sei se este pormenor está documentado na troca de correspondência, mas os outros elementos — que, com certeza, são pessoas de boa-fé — saberão confirmar isto.

Portanto, inicialmente, a nossa ideia — que era comungada por todos e que, se não me engano, foi proposta do Sr. Presidente— foi a de termos uma sala com toda a documentação disponível, porque a documentação passa toda pelo Ministério das Finanças, tudo o que precisávamos estava no Ministério das Finanças. Daí, termos acesso livre a essa documentação.

Não sei qual foi a razão de não implementar esta ideia, mas a documentação passou a ser entregue individualmente a cada de nós.

Uma parte importante da nossa correspondência — e isto está documentado — traduz trocas de impressões entre nós, como eu referir que recebi um CD em branco ou que recebi uma determinada informação e o outro elemento do Grupo responder que não recebeu a mesma coisa. Portanto, fazíamos comentários sobre o que cada um recebeu.

Ou seja, a ideia é esta: nem todas as pessoas recebiam a mesma informação. Não sei exatamente o que os outros receberam. Apenas sei que a informação para mim vinha de forma muito incompleta, insuficiente, e eu dei nota dessa situação.

Quero referir-vos que, pelo menos o Dr. Lopes Cardoso, em comunicação que faz a todo o Grupo, também confirma que, no caso dele, não lhe tinham sido remetidos documentos referentes ao TGV de que ele precisava para apreciar a questão do ponto de vista jurídico. Pode ter havido outras situações, mas, pelo menos o Dr. Lopes Cardoso, em troca de impressões em resposta à minha crítica, à minha insatisfação, tem essa nota. Portanto, pelo menos no caso dele, houve situações dessas.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP

Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Prof., Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de começar por fazer aqui um protesto relativamente aos documentos que têm sido apresentados pelo Partido Socialista.

Já na sexta-feira fomos confrontados com uma ata do Tribunal de Contas, com o objetivo de branquear tudo o que é o próprio documento em si, e hoje fomos confrontados, novamente, com mais um relatório que, supostamente, foi obtido, diria, de uma forma ilícita, porque utilizar documentação que não está disponível — ao que parece, segundo consegui ver daqui, diz que é confidencial ou reservada — parece-me de muito mau gosto.

Repito: parece-me que é de muito mau gosto trazer a esta Comissão documentos que são reservados e que foram pedidos pela Comissão. Não se sabe onde o Partido Socialista vai buscar as fontes para obter estes documentos — talvez os vá buscar aqui, aos corredores da Assembleia da República.

De qualquer forma, gostaria de que o Sr. Prof. comentasse as seguintes afirmações.

O Prof. Carlos Moreno afirmou: «Considero que a acumulação de funções do Presidente do Tribunal de Contas pode suscitar dificuldades e incómodos aos juízes». E acrescenta: «O Governo presta um mau serviço à separação de poderes». Mais à frente, diz: «O Tribunal de Contas é independente do Governo. Por isso, a acumulação de funções do seu Presidente é problemática.»

Gostava de saber se o Sr. Prof. partilha desta ideia do Prof. Carlos Moreno.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Desculpe, falou da incompatibilidade de quais funções?

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — A incompatibilidade das funções de Presidente do Tribunal de Contas — o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins — e de Presidente da Comissão que foi criada para a avaliação das PPP.

Estas são afirmações do Sr. Prof. Carlos Moreno.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Do ponto de vista jurídico, eu não sou jurista e, portanto, não posso pronunciar-me. Mas julgo que foram criadas situações um pouco caricatas.

Houve situações muito concretas, em que eu precisava de determinada documentação, que nomeava de forma clara aos meus colegas, dado o conhecimento que tínhamos sobre os processos que estavam em apreciação no Tribunal de Contas — sabíamos que esses elementos estavam na posse do Tribunal de Contas — e, no entanto, o Sr. Presidente tinha de insistir junto da Secretaria de Estado do Tesouro no sentido de me ser facultada uma informação que estava disponível no Tribunal de Contas. Senti isso a partir de certa altura e, por isso, muito rapidamente — quer dizer, mais lentamente do que deveria —, apercebi-me de que havia ali uma tentativa de filtragem de informação que, provavelmente, com outra pessoa com outras características teria passado e funcionado, mas que comigo não.

Essa incompatibilidade que refere — e não me quero pronunciar do ponto de vista jurídico — criou situações dessas. Em termos pessoais, enfim... Imagine que não era cómodo, sobretudo porque sabíamos quais

eram os processos que estavam a decorrer no Tribunal de Contas, sabíamos que esses documentos estavam a circular e ficávamos com a sensação — eu ficava com essa sensação — de que, por alguma razão, esses documentos não eram entregues.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O que o Sr. Prof. Carlos Moreno diz é que «o Governo presta um mau serviço à separação de poderes».

Há pouco, o Sr. Prof. afirmou que estaria de acordo com a separação de poderes em algumas áreas de atuação de vários governantes.

Neste caso concreto, pergunto-lhe se entende que a separação de poderes também devia ter sido respeitada, ou seja, o Presidente desta Comissão não devia ter sido o Presidente do Tribunal de Contas.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, não quero estar a pronunciar-me com apreciações menos simpáticas sobre o Sr. Dr. Oliveira Martins, uma vez que ele decidiu aceitar...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Estou a falar da separação de poderes. Não estou a falar das pessoas em causa, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Se me põe as coisas do ponto de vista, digamos, impessoal e institucional, julgo que sim. Aliás, até pela carga de trabalho e responsabilidades que eram atribuídas à Comissão. Portanto, de facto, era uma função que exigia alguém, digamos, que não tivesse essa função tão próxima do Tribunal e que tivesse, digamos, mais disponibilidade em termos de tempo para dirigir a Comissão de forma efetiva.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Julgo que todos percebemos aquilo que o Sr. Prof. quis aqui dizer.

Mas também aqui afirmou que eram pedidas listagens de documentos e que esses pedidos eram filtrados pelo Sr. Presidente da Comissão. Afirmou ainda que precisava de meios, de recursos humanos, de documentos, o que foi simplesmente recusado ou foi ignorado rapidamente. Isto vem afirmar aquilo que o Sr. Prof. há pouco disse, ou seja, que, de certa forma — e pressuponho, até porque é esse o entendimento na avaliação que fez da separação de poderes —, o Presidente desta Comissão acabou por ser o entrave ao próprio andamento dos trabalhos da própria Comissão.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não diria tanto. Não me apercebi que houvesse uma filtragem por parte do Sr. Presidente da Comissão. A filtragem...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Foi o Sr. Prof. que afirmou.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Então, foi por engano de tempo.

A filtragem fazia-se ao nível da Secretaria de Estado do Tesouro. Se houve filtragem por parte do Presidente, não me apercebi dela, porque as coisas funcionavam assim: nós elaborávamos as nossas listagens — foi assim que a Comissão foi organizada — e essas listagens eram dirigidas ao Sr. Presidente da Comissão que, por sua vez, entrava em contato direto com a Secretaria de Estado do Tesouro. Portanto, eu nunca me apercebi que...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas o Sr. Prof. afirmou que as listagens eram filtradas pelo Presidente da Comissão!

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Vamos lá ver. Houve uma filtragem inicial que foi a seguinte: na fase inicial, cada um de nós referiu, elencou um conjunto de documentos e de informações de que precisava. Essas listagens foram confrontadas: havia elementos comuns e havia elementos específicos de cada um de nós.

O Sr. Presidente fez uma proposta de elaboração de uma listagem, que, sem contemplar todos os elementos que cada um de nós pedia, fosse remetida à Secretaria de Estado do Tesouro. Ninguém, incluindo ele, se opôs a essa primeira listagem, digamos, reduzida, na medida em que havia no ar a ideia — e isso ficou reafirmado — que numa segunda ronda os elementos de que cada um de nós precisasse seriam a seu tempo solicitados. Ou seja, por uma razão de organização do trabalho e uma vez que os documentos não estavam à nossa disposição numa sala, digamos, para acelerar o fornecimento da documentação, todos nós aceitamos que essa listagem inicial não contemplasse todos os elementos.

Mas ainda hoje estou convencido de que isso não foi o principal entrave. Francamente, não penso que isso tenha sido o principal entrave ao fornecimento da documentação.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, qual foi o principal entrave?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Do meu ponto de vista, o principal entrave esteve na Secretaria de Estado do Tesouro, que era a entidade que se relacionava diretamente com o Sr. Presidente do Tribunal de Contas. Portanto, dou por boas as palavras que o Sr. Presidente da Comissão nos transmitia — aliás, algumas delas, que vou exhibir aqui, nesta documentação, segundo a qual as minhas preocupações, os meus

pedidos insistentes de documentação eram transmitidas ao Secretário de Estado do Tesouro.

Portanto, não imagino que esses documentos tenham sido fornecidos ao Sr. Presidente e ele os tivesse retido ou filtrado. Não ponho essa hipótese.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, podemos concluir, pelas afirmações que o Sr. Prof. aqui trás, que o Presidente insistia — como há pouco afirmou — com o Secretário de Estado, neste caso do Tesouro.

Já agora, gostaria de lhe perguntar se era a única Secretaria de Estado, se era o único órgão do Estado ao qual solicitaram documentos, designadamente o Sr. Professor, através do Sr. Presidente da Comissão.

Afirma que a Secretaria de Estado não remetia os documentos e que o Sr. Presidente da Comissão lhe transmitia a si e aos outros elementos da Comissão que esses documentos eram solicitados, mas não eram entregues.

Quais as razões, o porquê, de essa documentação não ser enviada pela respetiva Secretaria de Estado?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — O pedido de documentação foi organizado desta forma: para facilitar o acesso à informação, uma vez que a primeira hipótese, que era a disponibilização de toda a informação numa sala, não foi implementada, o método foi cada um de nós solicitar a documentação que precisava ao Sr. Presidente, que, por sua vez, entrava em contacto com o Secretário de Estado do Tesouro, o qual, por sua vez, no caso de não ter em sua posse (o que neste caso não se imagina) algum documento, ele servia, digamos, de intermediário. Ou seja, se por hipótese pedíssemos algum elemento que não estava não posse do Ministério das Finanças, no caso, da Secretaria de Estado do Tesouro, seria o Secretario de Estado, ou seus serviços, que solicitaria aos outros

Ministérios o seu fornecimento. Havia ali, digamos, um procedimento, portanto, bastante preciso. Nós não nos relacionávamos mais do que com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, por intermédio do Sr. Presidente da Comissão.

Assim, todos os documentos que, eventualmente, fossem necessários e não estivessem na nossa posse — mas os documentos estavam todos lá. Repare que me entregaram documentos com arquitetura de hospitais, imagino que não será esse o documento que mais interessa ao Ministério das Finanças e muito menos a mim. Portanto, se documentos de essa natureza estavam no Ministério das Finanças, muito mais estariam os documentos de que necessitaríamos.

Portanto, essa questão de não ter os documentos disponíveis, julgo que não é razoável imaginar. Os documentos estavam todos lá, como é evidente, estavam ali à mão.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Muito bem. Ficamos a saber que a Secretaria de Estado e do Tesouro do anterior governo não cedeu a documentação, sabendo, a partida, que a tinha e que era essa a sua obrigação. Adiante.

O Sr. Prof. também fez uma afirmação em que disse: «os consultadores dizem o que as pessoas que fazem a encomenda querem ouvir». Também foi aqui afirmado pelo Prof. Carlos Moreno que estes mesmos consultores eram pagos pelo Estado. Como é que o Sr. Professor vê essa relação em que os consultores fazem aquilo que os seus clientes querem ouvir, quando, de certa forma, era o próprio Estado que pagava a esses mesmos consultores?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Relativamente à questão do pagamento, ignoro, não sei como é que as coisas se passam, e,

portanto, se o Professor Carlos Moreno diz que é assim, provavelmente será. Não tenho conhecimento da forma como os pagamentos são feitos.

Relativamente aos estudos dos consultores, reafirmo a frase que me acabou de citar.

Por exemplo, no caso dos projetos do TGV, o que não deixou de existir foi estudos apriorísticos sobre os benefícios dessa obra. Esses documentos, curiosamente, os contratos das PPP, de que precisávamos, não nos foram fornecidos, mas esses estudos apriorísticos, que são dezenas, estavam todos disponíveis no *site* da RAVE. Portanto, sobre os estudos feitos pelos consultores, todos eles sem exceção, indo no sentido da excelência do projeto, estavam disponíveis. Quem os pagou não sei, não faço ideia. Alguns desses projetos, como estavam acessíveis, consultei-os, tenho uma opinião sobre eles e não tenho dúvidas em dizer que, de facto, aqueles estudos dizem aquilo que quem os encomendou estava à espera de ouvir.

Conheço alguns projetos deste género noutros países, que normalmente são questões polémicas. Como imaginam, fazer um TGV é uma obra polémica, isso entra pelos olhos adentro de qualquer um, e é natural que quem quer fazer uma obra dessas se socorra de peritos com opiniões diferentes e que tenhamos perante o decisor estudos contraditórios, com perspectivas diferentes. É assim que se faz.

Lembro-me de, há uns anos atrás, há uns dois anos, o governo sueco estar perante uma situação semelhante, uma polémica imensa sobre um TGV que se pretendia fazer, e o Ministério das Finanças sueco identificou um conjunto de economistas e sociólogos com posições diferenciadas e encomendou dois estudos, com perspectivas diferentes, no fundo para ter elementos de esclarecimento para a decisão política.

No nosso caso não há nada parecido, quer dizer, temos muitos estudos, em vez de um temos vários, mas todos apontam no mesmo

sentido, com metodologias muito semelhantes, com conclusões pré-determinadas. Estou a medir a palavras que estou a dizer, sobre aquilo que estou a falar, portanto, é assim mesmo. Não temos, de facto, estudos contraditórios.

Repare, já que estamos a falar do pagamento, temos, na universidade portuguesa, várias universidades e várias faculdades com economistas a pensar de maneira diferente. Ficaria muito mais barato e produzir-se-ia informação muito mais valiosa se se tivesse encomendado a duas ou três universidades, com perspectivas diferenciadas, um pensamento e uma reflexão sobre aqueles projetos.

Em vez disso, encomendaram-se, a peso de ouro, a peritos, enfim, cuja honorabilidade não ponho em causa, mas sabemos como estas coisas se fazem, não é? Sabemos como é que isso se faz e, portanto, o que estou a dizer até não é nenhum segredo de polichinelo, ou seja, os estudos, no caso do TGV, foram muitos e imagino que foram caros, porque são entidades que se fazem pagar a peso de ouro e, se querem que vos diga, pouco esclarecem sobre o que estava em causa.

Por exemplo, nesses estudos não vi, em nenhum caso, o cotejo daquilo que referi à pouco, ou seja, daquilo que se estava a prever para o nosso TGV com o que já teria ocorrido em França ou Espanha para situações idênticas.

Quando falamos na projeção de determinado número de passageiros, temos técnicas apriorísticas para fazer isso, mais ao menos discutíveis, mas temos ao lado várias situações concretas. O caso do TGV Madrid/Sevilha já tem muitos e muitos anos, portanto, já temos muitos elementos de observação, e muitos economistas, em várias partes do mundo, já estudaram o assunto, está superdocumentado, está teorizado e, portanto, tudo aquilo já é conhecido, mas em nenhuma circunstância esse

conhecimento foi utilizado para fazer uma avaliação rigorosa acerca daquilo que se iria fazer no nosso caso.

Portanto, o que estou a descrever no caso do TGV, julgo que é o «pão nosso de cada dia» nos nossos estudos que acabam por levar a implementação de obras públicas, em Portugal.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Depreendemos pelas palavras do Sr. Professor que estes estudos que eram feitos eram o chamado «fato à medida».

Gostaria também de lhe perguntar, para terminar, o seguinte: o Secretário de Estado Sérgio Monteiro falou na redução dos pagamentos às concessionárias em 30% ou então, eventualmente, numa alternativa que seria o Estado comprar as concessões por um valor 30% abaixo do previsto.

Qual é a posição do Sr. Prof. relativamente a estas duas hipóteses, a estas ideias, e o que serve melhor os interesses do Estado?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — De alguma forma, digamos que pode intuir a minha resposta a partir do que respondi há bocadinho.

Parece-me que são valores muito elevados, ou seja, um corte de 30% parece-me muito elevado. O que quero referir é aquilo que já acabei de dizer à pouco, ou seja, tem de se ver com muito cuidado nessas renegociações e nesses cortes pela razão que já referi. Por um lado há a questão da justiça social, a questão política, porque é preciso, com certeza, mostrar que se vai ser tão enérgico com alguns setores da nossa sociedade como se tem sido com outros.

Mas julgo que, do ponto de vista em que me coloco, e, se calhar, os senhores têm outras perspetivas diferentes da minha, é muito perigoso levar

esse caminho de forma tão firme pela razão que vos referi. São cortes muito elevados.

É evidente que há uma margem, do meu ponto de vista, para redução da rentabilidade dessas empresas. Porém, trata-se de empresas que têm uma situação de mercado muito complexa – a construção está no estado em que a conhecemos –, são empresas que estão, de alguma forma, a emergir e a constituir-se em grupos económicos com alguma dimensão e essa maior dimensão dessas empresas é uma necessidade nacional, porque, como referi, a dimensão média das nossas empresas é muito baixa e se queremos competir internacionalmente temos de ter empresas com músculo financeiro e com dimensão mínima.

Portanto, o que digo é: tudo bem, reavaliem-se esses contratos, tente-se cortar onde é possível, mas, atenção, não sejamos cegos, não vamos dar cabo dessas empresas e impossibilitá-las de puderem internacionalizar-se, que é uma necessidade e, mais do que uma necessidade, é uma possibilidade.

Como referi, julgo que, sobretudo na Alemanha, vai haver, digamos, um fluxo de obras públicas nos próximos tempos e, portanto, as nossas empresas deverão estar em condições de poder concorrer de forma efetiva nesses mercados.

Em resumo, digo-vos o seguinte: julgo que esse valor é muito elevado. Cortar 30% é obra!... É um valor muito elevado. Isso deve ser feito com cuidado e tem de ser ponderada a questão de natureza política, com certeza, mas eu, que não tenho responsabilidades políticas, ponho-me no papel de economista e direi que, se for possível ajudar essas empresas a terem músculo financeiro para irem para o mercado internacional, não hesitemos. Mas agora falo como economista e tenho e vos dizer isso desta forma.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): - Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, peço ao Sr. Prof. que seja um pouco mais conciso nas suas respostas, porque estamos a ficar apertados em termos de tempo. Claro que deve responder com clareza, mas também com alguma rapidez.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Sr. Prof., para já, quero dizer que tenho muita pena de ter sido logo eu o Deputado a intervir que vai beneficiar desse alerta que o Sr. Presidente agora colocou, mas sejamos otimistas e tenhamos confiança.

O Sr. Prof. disse há pouco que na comissão de avaliação de que fez parte nem todas as pessoas receberam a mesma documentação e eu gostava de perceber melhor e saber se estava a referir-se ao mesmo período de tempo ou se isso é à escala do processo em termos globais, isto é, se no mesmo momento havia documentos que eram entregues a umas pessoas e não eram entregues a outras.

Gostava de perceber este assunto melhor.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sr. Deputado, não sou capaz de lhe fazer a descrição exata do que ocorreu, porque acabei por tomar conhecimento de que isto era assim por troca de impressões entre nós.

Trocávamos impressões do género: eu olhava para a documentação que recebia e protestava junto dos outros colegas que não tinha os elementos necessários e, pela reação dos outros, via que nem todos tinham esse problema...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Mas porque eles não se queixavam ou porque não tinham esse problema?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Houve uma altura em que, por exemplo, o Dr. Lopes Cardoso, num dos *e-mails* que trocou connosco, queixava-se que precisava de um determinado documento para analisar do ponto de vista jurídico o processo do TGV e não tinha esse documento. Pelo menos nesse caso...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Mas não havia ninguém que dissesse: «esse documento tenho-o eu, venham cá buscá-lo»?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Não. Nós funcionamos um pouco de forma egoísta... Como eram muitos documentos, pois, apesar de tudo, no meio daquela escassez, havia muitos documentos, até éramos um pouco egoístas, ou seja, normalmente, só reparávamos nas faltas que diziam respeito ao nosso trabalho. Por exemplo, não me dei ao trabalho de ir ver se tinha o documento que faltava ao Dr. Lopes Cardoso. Portanto, não posso responder-lhe de outra forma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Sim, senhor. Há pouco ouvi o Sr. Prof. mencionar a questão do ciclo político e a verdade é que há uma tendência para relacionar o ciclo político e o desejo de obter votos com a questão essencial que aqui se nos coloca.

Não fazemos uma análise moralista do funcionamento da economia, mas pergunto-lhe se o Sr. Prof. reconhece ou identifica que o próprio poder político dominante até esta data se encontrava aprisionado pelo tal dever dos oligopólios e desses aglomerados, até internacionais, associados aos grandes grupos económicos, ou seja, aos interesses privados, e se enquadra aqui alguma opção de infraestruturas, assim como do modelo de contratação pública, no âmbito das PPP, ligada a esse tipo de benefícios e de interesses.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Vamos lá ver: o que se me afigura é que este modelo é muito conveniente. Aliás, alguns comentários que já aqui referi da Parpública e da Estradas de Portugal, em resposta a críticas do Tribunal de Contas, segundo o qual faltava o comparador público, faltava mencionar e prever os encargos plurianuais, o que diziam – e esta era uma resposta impune – era: «isso dá-nos muito trabalho e, além disso, as obras andariam muito mais lentamente».

Portanto, isto está plasmado nos relatórios do Tribunal de Contas onde constam ofícios de contra-argumentação, quer da Estradas de Portugal quer da Parpública, em resposta a críticas do Tribunal de Contas, onde isto está escrito claramente de uma forma que eu acho que é – e os termos são para se utilizar – insolente.

Eu, enquanto economista, até entendo e interpreto, mas não me sinto particularmente atingido; agora, se eu estivesse, se fosse juiz do Tribunal de Contas e se falassem comigo assim ficaria muito preocupado... Gosto de cumprir as minhas funções de forma exata! A mim, podem-me dizer isso, mas se eu estivesse como juiz do Tribunal de Contas, se calhar, ficaria muito mais preocupado.

Sr. Deputado, não sei se respondi à sua questão...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - A questão que gostaria de colocar relacionada com esta e sobre os interesses do setor privado que, como eu dizia há umas horas, na primeira ronda, não é todo igual, é a seguinte: o Sr. Prof. há pouco dizia que a vantagem as PPP, e sempre houve alguma, foi a obra realizada e o fortalecimento do setor da construção no nosso País e destas empresas, sendo que não devemos, agora, comprometer este setor e ameaçar a sua viabilidade. Mas a questão que se coloca é a de saber se, nesta altura, não há já quem o tenha feito por nós. O que verificamos é a

situação dramática em que o setor da construção se encontra, malgrado todas estas opções desastrosas, em termos estratégicos, pelo modelo de negócios. Aliás, numa das PPP que foi aqui falada, a do Metro Sul do Tejo, do lado da construção quem esteve foi a Ensul Meci, que está agora com 500 trabalhadores à porta a tentar reaver os salários e manter os postos de trabalho.

Portanto, a questão que colocamos é a de saber se não tem de haver, daqui para a frente, uma inversão total do modelo de negócio, recusando as PPP daqui para a frente e olhando para aquilo que é possível renegociar ou a que é possível pôr um fim, do ponto de vista de contratação ruínosa para o Estado. Em relação ao futuro, essa salvaguarda tem de ser feita; em relação ao passado e ao presente, esse trabalho de minimizar as perdas, não apenas em renegociações mas em opções eventualmente mais radicais, consoante os casos e não de forma cega, não será a solução ou a principal solução que está em cima da mesa no momento atual?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sim, Sr. Deputado. Estou de acordo consigo. Portanto, comungo das suas preocupações e a resposta, para ser breve como o Sr. Presidente me pediu, é sim. Estou de acordo em que este modelo tem de ser renegociado, porque uma parte importante dos problemas que o nosso setor da construção vive, neste momento, resulta de o setor ter sido induzido para uma miragem por parte dos poderes públicos.

Repare: no fundo, qualquer observador mais atento perceberia que isto não poderia continuar assim. A quantidade de infraestruturas que se foram criando, a quantidade de obras que se foram fazendo e a rapidez com que isso se fez só pode ser interpretado como uma bolha que, tarde ou cedo, iria rebentar e rebentou nesta altura.

Para algumas pessoas, para algumas versões, o facto de esta situação ter sido despoletada no meio de uma crise internacional dá muito jeito, porque há sempre a perspectiva de que o modelo era bom – e ainda há muito boa gente que continua a dizer isso –, o problema foi a situação de crise internacional que veio despoletar...

O modelo era péssimo e isto teria ocorrido de qualquer forma. Repare: antigamente os economistas tinham modelos de análise, que, hoje em dia, têm cada vez menos, mas eu mantenho-me fiel a eles, que consideram que há uma certa relação entre setores que têm de ser ponderada, ou seja, não importa crescer de qualquer forma, terá de haver alguma harmonia na estrutura setorial das economias.

Já agora, vou dar-vos um pequeno exemplo concreto: considero que a versão que agora nos aponta, como solução exclusiva para o nosso crescimento, o recurso à exportação é uma ilusão. Portanto, temos de ter uma estrutura setorial harmonizada e a exportação, é claro, é razoável.

Muita gente olha para a situação internacional, nomeadamente na Europa e diz: «mas como é possível termos apenas 30% do nosso PIB virado para a exportação quando países como a Holanda ou a Bélgica têm valores próximos dos 80%?» É pensar um bocadinho na nossa situação geográfica. Estamos na periferia da Europa e os nossos custos de transporte, por mais obras que façamos, por mais infraestruturas que façamos,... estamos sempre numa situação desprotegida, ou seja, nunca iremos, por mais esforço que façamos, atingir os valores da exportação, em proporção do PIB, semelhantes aos países que estão no centro da Europa, que estão no centro dos mercados. Se nós, para além de tudo o resto, não tivermos fatores que compensem essa distância, não teremos crescimento possível.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Já para não falar nas economias baseadas em setores financeiros, que não têm exatamente o mesmo tipo de exportações.

Queria perguntar-lhe se não considera importante, nesta altura da reunião, fazermos uma destrição, sublinhando que PPP não é sinónimo de investimento público. Há pouco, quando falou de países europeus que, com incremento da despesa, rejeitaram e não foram atrás do canto da sereia das PPP, que o senhor falou há pouco, isto significa que investimento público de qualidade em infraestruturas de transportes poderia ter sido feito noutro contexto, do ponto de vista estratégico e até de enquadramento de critérios nominais de convergência com a União Europeia, de que falou, com as limitações formais, as estatísticas, ao défice e à dívida, em que, de um lado, apresentam milhões em fundos de coesão e outro tipo de participações e, do outro lado, dizem que não podem endividar-se mais do que x .

Não estava tudo montado, desculpe o plebeísmo da expressão, nas últimas décadas até hoje, continuando assim, para enveredarmos por este modelo ruinoso, por parte da política nacional e comunitária, facilitando este tipo de negócios?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Estou totalmente de acordo com aquilo que está a referir. Enfim, nem toda a gente pensa desta forma, mas eu, pessoalmente, considero que devia uma inversão de marcha na utilização deste modelo e, portanto, algum investimento que, por decisão política, tenha de ser feito com a participação do Estado deve ser contratado de uma forma tradicional.

Repare, o problema aqui é este: normalmente, quer ir-se muito rápido e, como referi, as PPP são um acelerador e, de alguma forma, estamos nisto...

Agora, julgo que, como a realidade nos tem vindo a mostrar, é muito mais sólido e saudável e num momento em que temos já infraestruturas em quantidade suficiente, embora haja muito a fazer ainda ao nível local e regional. Quer dizer, no caso das estradas, temos autoestradas a mais, o que é uma evidência, mas não podemos dizer que temos estradas a mais, há por aí muitos caminhos, muitas estradas municipais que faltam, há uma carência efetiva de obra ao nível regional e, mais, de obra de manutenção.

Nos últimos 15 anos, gastámos em manutenção apenas 10% do total da despesa em infraestruturas. Na Europa, o normal, em média, é de cerca de 30%, o que quer dizer que estamos a um terço, e isso, depois, reflete-se no estado das infraestruturas do País.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): - Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Sr. Presidente, só para terminar, coloco uma questão relacionada com esse ponto, que tem a ver o papel do investimento e das infraestruturas no contexto da atividade económica e a necessidade de articular, do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento, a capacidade de infraestruturização com aquilo que é indispensável, a promoção dos sectores produtivos e da atividade. Ou seja, chegamos à conclusão que a criação de infraestruturas de qualidade é uma condição necessária mas não suficiente.

Dou aqui o exemplo do meu distrito. Anos depois de se ter privatizado a Siderurgia e destruído a capacidade de produção de aço do nosso País, há poucos anos, foi construído um ramal para a Siderurgia; coisa diferente teria sido manter essa capacidade, incrementá-la e criar as condições de infraestruturas e de acessos que, neste caso, a situação e esse potencial exigiam.

Portanto, pergunto se, neste contexto, não chegaríamos a conclusões e a resultados muito diferentes daqueles que citou há pouco do National Bureau of Economic Research, que dizia que, ao fim de 10 anos, o efeito reprodutivo daqueles investimentos acaba por desaparecer. Eventualmente, noutras circunstâncias, poderíamos ou não chegar a outros resultados quanto à importância das infraestruturas?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sr. Deputado, julgo que os melhores estudos que conheço apontam para esta conclusão: em estados de desenvolvimento mais embrionários, ou seja, quando os países não estão suficientemente infraestruturados, a produção de infraestruturas tem um efeito de arrastamento, ou seja, melhora ou possibilita outras produções que não se fariam de outra forma.

A partir de certo nível – e há muito que ultrapassámos esse nível –, um acréscimo de infraestruturas deve ser entendido mais como um consumo do que como um investimento, ou seja, melhora a situação das populações, melhora efetivamente os transportes mas não é um fator de arrastamento. Pelo contrário, diria mesmo que é um fator negativo, na medida em que, ao deslocar recursos nacionais para as infraestruturas, estamos a retirar recursos que poderiam ter uma utilização produtiva.

Os recursos não são ilimitados e ou gastamos aqui ou gastamos ali. Havendo um determinado nível de infraestruturização, porque isso tem um efeito muito mais positivo, como é evidente, devemos privilegiar investimentos de natureza produtiva, porque as infraestruturas já não são um obstáculo. Ou seja, no caso português, já ninguém pode dizer que não se fazem determinados investimentos produtivos porque não há infraestruturas. Isso não existe! Elas já existem e, portanto, isso não é um obstáculo, os obstáculos são de outra natureza.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): - Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): - Sr. Presidente, Sr. Prof. Avelino de Jesus, esta audição já vai longa e eu gostaria de lhe colocar duas ou três questões, para ficarmos esclarecidos acerca de algumas das suas afirmações.

A primeira diz respeito à sua saída do grupo de trabalho. Queria que o Sr. Prof. confirmasse se a sua saída desse grupo de trabalho para a reavaliação das parcerias público-privadas teve como origem exclusivamente, e passo a citá-lo, «a má vontade de acesso à documentação que existiu», ou seja, a falta de transparência na disponibilização dessa informação ao grupo de trabalho, tendo inclusivamente deixado claramente no ar que existia um eventual tratamento diferenciado entre os diversos membros do grupo de trabalho, em que haveria membros do grupo que tinham acesso a informações que não eram disponibilizadas a outros membros.

Esta é a primeira afirmação que gostaria que ficasse claramente plasmada nesta Comissão, ou seja, que a sua saída deste grupo de trabalho teve como origem exclusivamente essa sonegação de informação, essa má vontade, segundo as suas palavras, de informação ao grupo de trabalho.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Confirmo que essa foi a única razão. Não posso imaginar, embora já tenha ouvido insinuações de algumas pessoas que me disseram... Vou dizer francamente aquilo que algumas pessoas me disseram. Alguns amigos disseram-me: «agora, ‘estás feito’! Foste fazer isso nessa altura e agora vão acusar-te, vão dizer que fizeste isso em conluio com as pessoas que te nomearam.»

Digo isto francamente e não sei se está na cabeça de algumas pessoas essa ideia, provavelmente está – não é qualquer coisa que não me tivessem dito.

De qualquer modo, já vos tinha dito há pouco que, naquele encontro que tive com o Dr. Passos Coelho, no qual tentei esclarecer qual era a posição dele e do PSD sobre isto, porque eu estava de facto... Porque os outros elementos da comissão puxavam-me tanto no sentido de eu reformular esta perspetiva que eu estava convencido de que, provavelmente, haveria alguma alteração.

É muito difícil, agora, olharmos para trás, mas estou convencido que se a atitude tivesse sido «nós, agora, por razões políticas, não queremos ‘dar gás’ a esta comissão, temos de ter um *low profile*», daquilo que me conheço, eu sairia na mesma. Não iria fazer parte de um grupo de trabalho com uma determinada ambição que fosse reformulada, e a minha saída far-se-ia nessa altura.

Pergunta-me que outras razões...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): - Mas claramente não houve nenhum indício de que houvesse alguma reformulação do objeto de trabalho desse grupo de trabalho? Existiu sempre uma convicção de que o objeto inicial do grupo de trabalho era para se manter, era para fazer o trabalho até ao final, de forma independente?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sim. Essa questão foi-me dita pessoalmente, na sede do PSD, de viva voz, pelo presidente. Já não sei mas, provavelmente, nessa altura, ele já teria recebido a carta do Dr. Oliveira Martins.

De qualquer forma, essa reafirmação dos objetivos da comissão foi feita através de uma carta de resposta ao Dr. Oliveira Martins, ou seja, essa

carta reafirmou, sem qualquer alteração, os objetivos iniciais do grupo de trabalho. Isso, de alguma forma, tranquilizou-me e permitiu que me mantivesse no grupo mais algum tempo, levando-me a sair pela razão que referi.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): - Sr. Prof., uma segunda questão. Enquanto professor de economia reconhecido, deixou transparecer claramente que, em Portugal, existia um excesso de PPP, que tínhamos uma percentagem relativamente elevada de investimento a nível de PPP *versus* PIB, e também afirmou que, na sua opinião, os governantes não tinham bem a consciência dos encargos que isso iria provocar, no futuro, para todos os contribuintes portugueses. Ou seja, os governantes que tomaram a opção política de realizar esses investimentos através desse mecanismo tiveram uma visão sobretudo de curto prazo e não uma visão de médio e longo prazo.

Gostaria que o Sr. Prof., de forma clara e sucinta, esclarecesse o seguinte: obviamente que todos os intervenientes políticos, nomeadamente os governantes, têm grandes assessorias, grandes consultores a trabalhar nos seus gabinetes e, portanto, essa inconsciência dos efeitos financeiros futuros, na sua opinião, é consequência só de incompetência, é consequência de negligência ou, eventualmente, em situações mais graves, poderá mesmo roçar o dolo na realização de alguns contratos de PPP?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Relativamente à questão do dolo, não sou capaz de me pronunciar. Como vos disse, é preciso conhecer em pormenor os contratos, lê-los e cotejá-los com outra informação para tirar essa conclusão. É uma situação que pode, eventualmente, ter existido e não me admiraria que ela tenha existido.

Agora, julgo que esta pressão e esta fuga em frente na criação de tantas PPP se deve a uma visão de muito curto prazo. Ou seja, no fundo, as pessoas estão pouco habituadas a pensar no médio e no longo prazos, as pessoas não querem considerar as consequências dos seus atos para o futuro. O que se vê, digamos, é o ciclo político muito limitado e, infelizmente, temos poucas pessoas a considerar de forma efetiva o médio e o longo prazos.

Lembro que a famosa afirmação «a longo prazo, estamos todos mortos» foi escrita por uma grande autor, que tem muitos adeptos e é usada, hoje, de forma muito irresponsável. É a ideia de que nos interessa apenas o próximo dia, o que interessa são os pequenos estímulos, é ter alguma atividade sem ter a perspetiva das consequências que daí advêm.

Aliás, neste estudo que referi, publicado há pouco tempo no NBER americano, nota-se aquilo a que eles chamam o efeito de impacto, ou seja, ao fazer-se este tipo de obras, há um impacto efetivo nos primeiros tempos, sobretudo se há mão-de-obra e recursos disponíveis, numa situação de crise que é a que estamos a considerar. Se considerarmos o longo prazo, a 10 anos, esses efeitos diluem-se, sobretudo se estamos em presença de países que já estão suficientemente infraestruturados, em que a ausência de mais infraestruturas não é um obstáculo ao crescimento.

No nosso caso, falamos muito em como trair o investimento estrangeiro. Podemos imaginar muitas razões para que eles não venham para cá, mas não é por falta de infraestruturas. Mesmo a famosa ideia de fazer o caminho-de-ferro para Sines e outras situações do género, que são importantes, do meu ponto de vista, não constituem obstáculo ao investimento, não só ao nacional como ao internacional, porque o País já está suficientemente infraestruturado.

Não podemos esquecer que, nos indicadores internacionais, Portugal, em termos de infraestruturas, está no *top*, é considerado dos países com maior quantidade e qualidade de infraestruturas.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): - Sr. Prof., desculpe mas, pelas suas palavras, depreendo que, quando um governante pensa sobretudo no curto prazo, no muito curto prazo, em detrimento dos médio e longo prazos, certamente que estaremos muito mais no âmbito mínimo da negligência do que no âmbito da incompetência. Certamente que concorda comigo.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sim, estou de acordo. Do modo como põe a questão, estou de acordo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): - Uma questão final diz respeito à taxa interna de rentabilidade.

O Sr. Prof. já referiu duas vezes que, nas renegociações dos contratos, ter-se-ia de ter alguma prudência relativamente a essa mesma renegociação, pois essas taxas internas de rentabilidade, de certa forma, suportariam a necessidade de capitalização dos consórcios no sentido da sua internacionalização. Quando estamos a falar dos consórcios das PPP, estamos a falar de empresas de construção e de empresas financeiras. Penso que percebi esta questão da renegociação.

Considera lícito que os contribuintes portugueses paguem taxas internas de rentabilidade de projetos PPP superiores às taxas médias de retorno de investimento de mercado, para fazer uma capitalização indireta desses consórcios?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr. Deputado, vou ser polémico, mas não posso deixar de dar a minha opinião.

Os economistas clássicos, entre os quais o célebre Karl Marx — que foi quem melhor tratou desta questão —, tinham uma ideia que era a da acumulação primitiva. É uma ideia que vem não só de Marx mas também de Adam Smith. Enfim, todos os clássicos que teorizaram e pensaram o arranque das economias capitalistas viram uma necessidade de criar, em determinadas fases do desenvolvimento, processos de acumulação muito rápidos e, portanto, o crescimento das economias capitalistas faz-se desta forma.

Se estivéssemos numa situação de não-crise, provavelmente, essa capitalização poderia fazer-se de outra forma, mas na situação em que estamos, numa situação em que o produto da construção foi cortado praticamente em 50%, ou seja, foi reduzido a metade... Entendo que esta minha ideia e proposta é polémica e, com certeza, não terá consenso em muitos meios. Mas não vejo que seja possível compatibilizar a capitalização das empresas portuguesas de construção — e a sua saída para o exterior com músculo financeiro adequado— se, a pretexto das negociações que são agora necessárias, as taxas de rentabilidade forem cortadas de forma excessiva.

Nas circunstâncias atuais, cortar de forma excessiva nas taxas de rentabilidade destas empresas —, que constituem, sob todos os critérios, valores muito elevados — quando elas precisam de ter músculo financeiro para ir para o exterior, pode ser contraproducente. Entendo que, do ponto de vista político, é muito difícil gerir esta questão mas, enquanto economista, não posso deixar de pôr o dedo na ferida e de o referir.

Seria muito mais simples, para mim — como fez aqui, segundo vi na imprensa, o Dr. Carlos Moreno —, alinhar com a ideia de que temos de

apontar o dedo aos malandros: «Temos que lhes cortar a rentabilidade e, no caso de eles serem duros na negociação, temos que os apontar».

Julgo que essa é uma situação perigosíssima porque a economia portuguesa está numa situação muito delicada, não temos uma estrutura empresarial de dimensão adequada, precisamos de crescer com base numa dimensão mínima, pelo que atacar o problema dessa forma pode ser muito prejudicial. Não ficaria bem com a minha consciência se não vos tivesse posto este problema.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Como professor de Economia e estando nós na presença de uma economia de mercado, o Sr. Prof. está a defender que possa existir, atualmente, uma capitalização encapotada, feita de forma indireta, com dinheiro dos contribuintes? Uma capitalização feita de forma assimétrica em relação aos diversos agentes económicos da sociedade? É isso que está a defender?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sim, estou a defender isso.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, está a defender a concessão de subsídios encapotados a alguns agentes económicos em detrimento de outros?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Repare, eu não tenho medo das palavras, como, aliás, mostrei aqui, em toda esta sessão. As coisas têm os seus nomes e, portanto, não preciso de mascarar a minha posição e a análise que faço da situação portuguesa para dizer isso. Tenho muita pena, mas não posso «dourar a pílula» e dizer as coisas de outra

forma. Portanto, a interpretação que deu às minhas palavras — e não me recuso a assumi-las — é dizer de outra forma aquilo que eu disse.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD):— Só uma palavra final: mais meia hora de audição e o Sr. Prof. estava aqui a defender planos quinquenais, não? Digo eu!

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Não. Essa parte já não comungo consigo. Aliás, se tivesse ouvido com atenção algumas passagens das minhas intervenções anteriores... Julgo que temos de dar azo à nossa imaginação e pensar a coisas de forma criativa.

Julgo que se pode evitar sobrecarregar demasiado os contribuintes. Como referi há pouco, há muitas maneiras de pegar nos contratos existentes, e uma das maneiras é manter tudo como está, cortar na rentabilidade e prejudicar a capitalização das nossas empresas — não estou a dizer que estou a propor isso. Mas há outras soluções, como seja o aumento do período de concessão, por exemplo, para 100 anos!

Dizendo as coisas um pouco à bruta: em vez de o Estado, como alguns propõem, comprar as PPP — para comprar é preciso ter dinheiro, é preciso pagar —, porque não vender? Creio que não devemos ter receio de pôr as cartas na mesa, ou seja, de pôr em cima da mesa as várias hipóteses, as várias soluções que existem, porque não há uma via única. A única solução não é discutir se vamos cortar 30% ou 20% ao valor das PPP! Julgo que isso é muito limitativo.

Há outras vias possíveis e, provavelmente, há outras vias que, sem serem penalizadoras do contribuinte, não são tão penalizadoras para as empresas que é preciso recapitalizar e pôr a mexer no exterior com lucro financeiro. Repito, há várias soluções e nós temos sair um pouco deste maniqueísmo do preto ou branco.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, vamos entrar na terceira ronda de perguntas. Já registei as inscrições dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS e estava na esperança de que os do CDS-PP e do PCP não se quisessem inscrever.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof., pegando justamente nessa sua última expressão das lógicas maniqueístas de que nos devemos afastar, também gostava de dizer que considero que esta Comissão não deve ter a preocupação de entronizar as PPP como «o modelo», nem, muito menos, ter a preocupação de as demonizar.

Deve ser feita uma avaliação (e o trabalho final deve ser justamente esse) para percebermos quais são as vantagens e os inconvenientes das parcerias público-privadas que foram realizadas, designadamente no contexto específico das rodoviárias, das 22 parcerias público-privadas...

Sr. Presidente, pedia apenas algum silêncio na sala e que interrompesse a contagem do tempo, porque não é fácil falar com todo este ruído de fundo.

No contexto da avaliação final das 22 parcerias público-privadas que foram realizadas, o objetivo é percebermos exatamente quais são as que têm mais ineficiências, as que têm menos ineficiências, aquelas onde detetámos maiores erros e erros menores e fazer uma avaliação final da situação.

É evidente que há muitas desvantagens — já percebemos que os encargos para as gerações futuras são evidentes —, mas também constatámos, por exemplo (eu sou da região do Porto), que a dotação de todo o distrito do Porto com uma rede de infraestruturas rodoviárias potenciou a utilização do Porto de Leixões, potenciou a utilização do

aeroporto e, enfim, beneficiou as atuais gerações e beneficiou as gerações futuras pela existência daquele equipamento.

Percebemos também — o Dr. Carlos Moreno já aqui o disse no outro dia, embora com sentido contrário — que, por exemplo, o sistema das empreitadas de obra pública gerava imensas obras e trabalhos a mais. Temos notícias de duplicação, de triplicação dos custos de obra, quando bem sabemos que, no regime das parcerias público-privadas, o risco de obra passa para o concessionário privado e que, por consequência, não existe esse risco específico de duplicação ou de triplicação do valor da empreitada.

Gostava de acrescentar algo que, do meu ponto de vista, é bastante importante.

Nesta audição (e também na anterior), perpassou a ideia de que o País é o campeão europeu das parcerias público-privadas e eu gostava de chamar à colação os números. Por exemplo, de 1990 a 2010, comparando Portugal com o Reino Unido, Portugal tem sete vezes menos investimento que o Reino Unido em parcerias público-privadas, tendo partido de uma condição de base e de uma realidade infraestrutural muito mais insuficiente do que a do Reino Unido.

Ou seja, partimos para essa análise com base em números absolutamente errados. Há um documento oficial, o Orçamento do Estado para 2012 — a páginas 118 ou 119 —, que prevê que o encargo, até 2030, com as parcerias público-privadas é de 15 000 milhões de euros. Portanto, estamos a falar de um encargo que, diferido no tempo, tem um impacto superior a 0,5 % do PIB. Não é um impacto...

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira fazer o favor de concluir.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Termine já, Sr. Presidente.

Não é um impacto tão relevante quanto aquele que esse tipo de conclusões sugere. Por exemplo, nos sobrecustos, e termino com esta...

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Termine mesmo, Sr. Deputado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, houve tolerância com outros intervenientes, que falaram mais de 2 minutos para além do tempo de que dispunham. Estou a iniciar a terceira ronda e não há tradição na terceira ronda!

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Por isso mesmo é que estou a pedir-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, como não há tradição na terceira ronda, evoco a tradição da primeira e da segunda rondas, se me permite! Só posso evocar a tradição das segunda e primeira rondas, se me permite; da terceira não posso, porque está a começar agora!

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro) — Mas eu estou a evocar a da terceira ronda, que está a começar agora. Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Gostava de dar nota do seguinte, para terminar esta minha intervenção. Por exemplo, só há sobrecustos nas

concessões celebradas até 2005, e o sobrecusto dessas concessões é de 1687 milhões de euros-

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro) — Sr. Deputado, já usou 1 minuto a mais. Peço-lhe que termine: «chute à baliza»!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não há qualquer sobrecusto com as concessões e as subconcessões celebradas depois desse tempo.

Penso que essas notas parcelares, mas factuais, deviam ser evidenciadas, sob pena de sairmos daqui com conclusões tiradas ou escritas sobre a água, com conclusões tiradas sobre factos que não são factos, porque não foram enunciados. Isto é, são conclusões de sugestões, de opiniões, de juízos de plausibilidade.

Era o regresso à análise factual, designadamente o comentário relativamente a este seu discurso, que eu gostava de ouvir de V. Ex.^a.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Aproveito para fazer o seguinte apelo aos nossos colegas: como sabem, decorre nesta mesma sala, dentro de pouco tempo, uma outra reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do BPN. Assim, não querendo, de alguma forma, condicionar, o que vos peço é que se cumpram os tempos que estão pré-estabelecidos, concertados e aprovados por unanimidade, nesta Comissão.

Por isso, sem querer invocar os desfasamentos temporais da primeira e da segunda rondas e sendo esta a terceira ronda, pedia que os Srs. Deputados se ficassem pelos 3 minutos de intervenção, até porque, tendo sido já levantadas tantas questões, evitava-se a repetição de frases até ao longo da mesma pergunta, o que não objetiva a reunião.

Para responder, tem a palavra o Sr. Prof. Manuel Avelino de Jesus.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Para mim e para quem pensa nisto de forma continuada, não há dúvida de que temos um excesso de gastos com infraestruturas, com construção.

Nesta semana que passou, estive com uma pessoa responsável da Caixa Geral de Depósitos que trabalha no crédito da habitação. Eu tinha um número para a situação de toda a banca e essa pessoa confirmou-me este dado que eu não... Mas ele deu-me um número mais baixo, e eu depois confirmei-o junto do Banco de Portugal. Neste momento, 60% do crédito à nossa economia — atente bem no número: 60% — é dirigido à área da construção e habitação. Ou seja, aquilo a que os espanhóis chamam a pedra ou o azulejo, esse tipo de atividade abarca 60% do nosso crédito! 44% do investimento, em média, nos últimos 15 a 20 anos, em suma, diria, nas últimas duas décadas, a chamada formação bruta de capital fixo é feita em pedra, em pedra! Aquilo a que chamamos os intangíveis e os equipamentos são valores que não diria residuais mas, todavia, são extremamente baixos para o que se apresenta como necessário para que o País cresça.

Portanto, se o Sr. Deputado vem dizer que não há exagero, só posso discordar de si e dizer-lhe que todos os valores reais que temos para analisar contrariam a sua opinião.

Não temos investimento a mais, pelo contrário, a nossa taxa de investimento, nas últimas décadas, tem sido à volta de 20%, o que não é nem pouco nem muito mas está em linha com o que ocorre na Europa, em geral. O que temos é uma distorção! Investimentos mal! Não investimos em intangíveis, não investimos ou investimos pouco em equipamentos, produtores de riqueza que se pode vender — os chamados transacionáveis, abusa-se um bocado desse termo, mas é isso que se quer dizer —, e investiu-se demasiado em pedra, em infraestruturas, que são atividades que, em certo estágio do desenvolvimento, facilitam a produção e a atividade, mas a

partir de certo nível (que é o nível que nós já atingimos há muito), o sobreinvestimento nessas áreas prejudica, atrasa.

Podemos ter um crescimento razoável da economia, quando 60% do crédito vai para essa atividade? Não podemos!

Como tal, precisamos de investir mais em intangíveis e em equipamentos produtivos e muito menos na pedra.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): - Tem a palavra ao Sr. Deputado Mendes Bota

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): - Sr. Presidente, gostaria que ficasse também registado em ata a minha declaração de registo de interesses e de não interesses.

Interesse porque tenho todo o interesse em ouvir a *expertise* e o conhecimento do Sr. Prof. Avelino de Jesus; não interesse no sentido de que é a primeira vez que o vejo, é a primeira vez que lhe falo, nunca nos contactámos antes, nem sequer por telefone, e, no entanto, a minha assinatura contribuiu para que o Sr. Prof. estivesse hoje aqui.

Isto para dizer o quê? Para dizer que, quando propusemos o seu nome, foi no sentido de, durante esta primeira fase de audições, como pretendemos ouvir personalidades que não tiveram uma interferência direta na contratualização das parcerias público-privadas – não foram parte interessada, não foram parte contratante, não foram consultores – quisemos ouvir a sua opinião, em global.

Portanto, a nossa interpelação ao Sr. Prof. não é no sentido inquisitivo de lhe perguntar quantos quilos de documentos é que recebeu ou onde é que estava a tantas horas do dia tal. Não é isso que nos interessa. Interessa-nos, de facto, aquilo que, no fundo, na maior parte das

intervenções – das perguntas e das respostas –, foi um contributo com a sua opinião e o seu conhecimento acerca das parcerias público-privadas.

Não estamos aqui com o intuito de descredibilizar quem vem aqui prestar testemunhos. Não estamos aqui com o intuito de querer transformar a pessoa que vem partilhar o seu conhecimento nalgum culpado. Portanto, se é culpado, é culpado porque se demitiu, é culpado porque não teve a documentação, mas estava no seu direito, não cometeu crime rigorosamente nenhum.

Queria também dizer que a discussão em torno de quanto é que são os encargos do Estado em termos das parcerias público-privadas é uma discussão que não tem resposta, como o Sr. Prof. aqui muito bem disse, porque os contratos são de tal forma abertos que, provavelmente, só daqui a 30 ou 35 anos é que saberemos exatamente qual foi o desvio-padrão em relação ao que estava contratualizado, em relação aos objetivos e em relação àquilo que foram os encargos reais do Estado. Talvez o estudo da Ernst & Young, que foi contratualizado recentemente – aliás, na sequência do acordo com a troica –, possa abrir mais alguns números, mais alguma realidade sobre tudo isto.

Queria também aqui dizer que hoje assistimos, mais uma vez, ao documento do dia. Na passada sexta-feira foi uma pseudo ata que entrou num cacifo do Partido Socialista; hoje, e desta vez não sei se foi no cacifo, mais uma vez um documento com um epíteto de confidencial foi hoje aqui relatado por parte do Partido Socialista.

Ora, queria dizer a este respeito que amanhã, na reunião de coordenação, o Grupo Parlamentar do PSD vai requerer que, com urgência, seja solicitado ao Governo que sejam transmitidos aos Deputados desta Comissão todos esses documentos, porque é inadmissível que haja um desequilíbrio das condições em que se faz este debate, havendo quem tenha a documentação, ou a pseudo documentação, e quem não a tenha.

Finalmente, desejo colocar uma questão técnica ao Sr. Prof. sobre a questão da neutralidade orçamental, que é a seguinte: considera que seria de ponderar que, nas parcerias público-privadas, os pagamentos dos encargos do Estado deveriam, no mesmo tempo e no mesmo espaço, coincidir com os benefícios que o Estado pretende vir a ter com uma determinada parceria público-privada?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Podia, por favor, especificar melhor a sua questão?

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): - Sr. Prof., a questão prende-se com o conceito de neutralidade orçamental, no sentido em que, em relação a uma determinada parceria público-privada, existe um desequilíbrio temporal entre os encargos do Estado – que acontecem num tempo demasiado próximo, embora estejamos a falar de 30, 35 anos de contratualização – e os benefícios que o Estado vai arrecadar acontecem muito depois.

Pergunto, e esta é uma pergunta técnica, se, no seu entender, poderia haver uma neutralidade orçamental nas parcerias público-privadas, ou seja, fazer coincidir mais as receitas do Estado com os encargos do Estado?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - A minha resposta é positiva. Aliás, julgo que isso seria desejável e é o que já acontece neste momento com as concessões. Embora se utilizem por vezes indistintamente os termos PPP e concessões, o facto é que as concessões, pela sua própria definição, não trazem encargos e, por vezes, até trazem benefícios para o Estado. Mas, naturalmente, isso obrigaria a uma reformulação do negócio, ou seja, gerar receitas, no âmbito dos negócios contratados com o Estado.

Do ponto de vista do economista, essa neutralidade que referiu é o ideal, porque permite, de alguma forma, condicionar essas parcerias à

necessidade de fazer aparecer receitas que possam financiar o que são hoje em dia encargos do Estado e, ao pressionar nesse sentido, de alguma forma, tal também significa pôr à prova a necessidade social desses empreendimentos.

Ou seja, quando partimos para um contrato novo, sobretudo nos estádios mais avançados, que é a nossa situação, em que o País já está infraestruturado, a condicionante que está a referir deve ser o critério básico. Essa contratualização deve fazer-se na condição de o Estado não ter mais encargos e para que o Estado não tenha mais encargos é preciso pôr à prova do mercado essa necessidade social que se vai satisfazer. Assim, ao querer fazer-se uma obra, se essa obra gerar receitas suficientes para os pagamentos dos custos, tudo bem, o Estado consegue implementar a obra sem esses encargos.

Admito que em estádios menos evoluídos do desenvolvimento dos países, como foi o caso português até há alguns anos, uma exigência destas punha mais problemas. No estádio em que estamos, julgo que esse deve ser o critério básico, tirando uma ou outra situação muito particular de obras no interior, portanto, obras de natureza social, que deverá condicionar a ação do Estado nessas áreas.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Sr. Presidente, muito rapidamente, só para recentrar a nossa discussão, porque, de repente, derivámos para opiniões e até conceitos ideológicos sobre investimento público, ou não, quero dizer que dou como bom que o Estado convide privados a executar obras de interesse público, o que possibilita que o Estado tenha de investir menos, porventura, como disse e bem, não investe

dinheiro que não tem e, portanto, convida privados a fazê-lo, a obra fica e até pode ter obra...

Por exemplo, o Metro a Sul do Tejo, do ponto de vista de racionalidade custo-benefício, ou da procura, não se justificava, mas, porventura, entendeu-se que era um serviço público. Outro exemplo, seria a autoestrada transmontana – estou a dar exemplos sem ir ao rigor.

Mas há outras em que esse problema não é da necessidade do investimento público. Por isso, partimos do princípio de que tudo é errado... Aliás, isso até cria ciência e cria capacidade nacional nas tais empresas relativamente às quais o Sr. Prof., no limite, diz: «bom, também não podemos cortar a sua rentabilidade interna sob pena de as deixarmos em dificuldades para a tal necessária internacionalização da empresa». Portanto, é preciso é conjugar.

Em suma, o que quero dizer é que chegámos à conclusão que as parcerias público-privadas não são más em si mesmo, aliás, como dizia o Sr. Juiz Conselheiro Carlos Moreno, o problema é a constante má partilha do risco, sejam ele o risco de tráfego, os riscos comerciais, financeiros e alguns que aqui não falámos e sobre os quais gostaria de ouvir a sua opinião, os riscos fiscais, sendo que há dúvida sobre se o Estado deve ou não transferir para si esse risco fiscal, uma vez que o Estado até tem o *jus imperii* e é ele que altera as condições fiscais, mas essa é outra matéria.

Portanto, era isso que estávamos aqui a avaliar e por isso é que precisávamos da opinião de um técnico para saber, tendo que ter investimento público e não tendo nós a capacidade de o fazer, porventura, com a rapidez e com a qualidade que é preciso, se há um mecanismo de sermos competentes nesse risco.

Termino com uma pergunta para explicar porque é que... Não sei se 30% é muito ou pouco, se devemos comprar ou vender. Estamos num

Estado de direito, há contratos assinados, portanto o ideal é negociar sempre no sentido do Estado poupar o mais possível.

Agora, houve uma negociação, por exemplo, na introdução de portagens no Grande Porto, com alteração do contrato por exigência do Estado, ou seja, por decisão unilateral do Estado. Por que razão é que o Estado teve de incluir nesse mesmo contrato as autoestradas da Grande Lisboa, que estavam na altura em portagem real e cujo risco de tráfego corria para o privado?

Julgo que o Sr. Prof. ouviu falar nisso e estudou essa matéria. É ou não isso que está em causa? É ou não este o procedimento, esta prática que está em causa e não propriamente todo o modelo ou conceção do modelo?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Estou de acordo com a sua análise e, portanto, não tenho mais nada a acrescentar relativamente àquilo que disse.

O que referiu é mesmo assim. O que está em causa são essas negociações, com a forma e com os resultados que referiu, embora volte a afirmar que não tenho os dados nas mãos que me permitam concretizar, ponto por ponto, esse efeito.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): - Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Sr. Presidente, o Sr. Prof. dizia ainda há pouco que não é por falta de infraestruturas que não há investimento e que não há atividade económica. Em certos aspetos e em certos sectores isso é assim e noutros não será.

Dou-lhe um exemplo: a manutenção bem como a engenharia da TAP, uma das mais prestigiadas do mundo, encontra-se no limite da

capacidade. Para onde é que os aviões e os novos contratos vão? Para o Rio de Janeiro e para Porto Alegre, onde está a unidade da TAP, porque aqui já não cabe mais. Ora, aqui está um exemplo de investimento em infraestruturas em que novas instalações poderiam propiciar mais atividade económica, mais postos de trabalho e mais produção.

Isto significa, então, que, em determinados aspetos, o investimento em infraestruturas de qualidade, devidamente ponderado na sua adequação às necessidades, pode trazer boas consequências ao nível da capacidade produtiva e ter, deste ponto de vista, essa racionalidade económica.

A questão de que falava prende-se com a necessidade de não termos menos investimento mas, sim, um investimento de qualidade.

Disse o Sr. Prof. que não temos investimento a mais, pelo contrário, e falava – e também gostava de o ouvir sobre essa matéria – em relação às infraestruturas. Presumo que estivesse a falar de autoestradas, porque não dirá certamente isso em relação à ferrovia, porque ferrovia não é só alta velocidade, E quando o Sr. Prof. falava há pouco nos 10% de investimento em conservação e manutenção que compara com os 30% da média europeia, então, há muito a fazer em termos das redes de infraestruturas que existem no País.

Mas o que lhe pergunto é o seguinte: com os interesses que estão, do nosso ponto de vista, a aprisionar essas negociações e contratações leoninas, que, ao longo das últimas décadas, caracterizaram, na prática e no concreto, este tipo de negócios e este tipo de contratos, de que forma é que poderemos fazer com que haja um bom aproveitamento e um bom resultado dessas renegociações de que falava há pouco?

Eu diria que não podemos tratar da mesma forma todos os sectores, conforme se tem feito, e lembro esta operação inaceitável em relação à banca e que também noutros países da Europa está a ser feita. Mas como é que se consegue até agora identificar um modelo que, no concreto, se está a

revelar sistematicamente negativo para o Estado e transformar isso num bom caminho para a atividade económica, tendo em conta que na negociação (partindo do princípio de que a posição das partes Estado e parceiro privado estejam eventualmente blindadas), desse ponto de vista, o interesse público está aprisionado e refém do limite, em termos negociais, que foi atingido e conquistado pela contraparte privada, digamos assim?

Em relação a isto, desculpe o plebeísmo, estamos metidos num sarilho em que só poderemos fazer alguma coisa para a saída se pusermos em causa, realmente, até a própria legitimidade em termos negociais e contratuais em que o Estado acabou por ficar enredado e aprisionado.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Relativamente a essa questão, creio que, de alguma forma, fui mostrando a minha posição. Julgo que as obras foram feitas, estão aí, temos de conviver com elas, não há volta a dar. É uma questão de agora, tentarmos fazer das fraquezas forças.

Para mim, fazer das fraquezas forças exige que tenhamos um espírito muito aberto e tentar não pôr limites à nossa imaginação quanto ao modo como possamos sair daqui. Ou seja, é uma necessidade não sobrecarregar mais a despesa pública, as finanças públicas, e daí a necessidade de diminuir os fluxos financeiros que são disponibilizados para essas empresas, mas, por outro lado, temos de ter em atenção que essas empresas tem um papel, sobretudo no futuro, a desempenhar na nossa estrutura económica. Portanto, foram criadas capacidades que são muito importantes, capacidades essas que podem ser postas ao serviço da economia nacional, nomeadamente através de investimento estrangeiro e, eventualmente, depois, numa fase mais avançada, em novas infraestruturas, quando as condições forem alteradas. Digamos que a minha posição é esta.

Hoje, trouxe esta ideia para aqui neste sentido: vejo que as pessoas estão muito divididas de forma muito simplista. O que está em cima da

mesa é quanto é que vamos cortar na rentabilidade das empresas, como é que vamos pôr na ordem aqueles grupos.

Julgo que é muito importante vermos o interesse nacional como um todo, e o interesse nacional é a adição dos interesses de todos os cidadãos, é também considerar os interesses e a capacidade de atuação, no âmbito do interesse da economia nacional, dessas empresas. Portanto, não podendo continuar a sobrecarregar a despesa pública, temos de pensar vias alternativas de não prejudicar demasiado essas empresas que podem vir a ter um papel muito importante no futuro da economia nacional.

É apenas isso que gostaria de pôr aqui, não queria estar a apresentar-vos uma solução, mas julgo que estamos a funcionar de forma muito limitativa. Só vejo em cima da mesa a discussão sobre «quanto é que vamos cortar» e julgo que haverá outras alternativas, algumas das quais, aliás, já fui aqui insinuando.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): - Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira, queria referir que sei que a reunião já vai muito longa mas há muito ruído de fundo e torna-se difícil compreender quer as perguntas quer as respostas, pelo que peço silêncio.

Tem a palavra, Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): - Sr. Presidente, apenas uma nota prévia e duas perguntas.

Relativamente à nota prévia, queria dizer que, efetivamente, o Sr. Prof. foi vítima do sistema: foi convidado para um trabalho muito meritório e, depois, foram-lhe recusados os instrumentos imprescindíveis para que esse trabalho fosse desenvolvido.

O Sr. Prof., hoje, presenciou aqui que isso não aconteceu somente com esse Grupo de Trabalho, está também a acontecer com esta Comissão, como pode constatar.

Na primeira audição, como foi aqui informado, o PS surpreendeu os Deputados com uma ata do Tribunal de Contas, mas o grave não é isso, porque o PS deve utilizar os instrumentos que tem à mão, o grave é o próprio Tribunal de Contas deixar sair do seu seio um documento que vem desacreditar um relatório que ainda não saiu! Isto é que é grave! Esperamos que rapidamente se conclua o inquérito interno e que esse inquérito não deixa a culpa «morrer solteira», identificando-se quem fez sair a ata que o PS aqui exibiu, porque essa parte é que é grave. Um Estado de direito não pode deixar que um dos órgãos que fiscaliza as contas públicas faça uma instrumentalização de uma ata do Tribunal de Contas para o desacreditar a ele próprio.

Hoje mesmo, o Sr. Prof. viu também o segundo número, que foi o do PS trazer aqui o relatório da Comissão de que o Sr. Prof. fez parte. Sou Deputado do PSD, apoio o Governo, não tenho esse relatório e vim para esta audição com um membro dessa Comissão sem que a esta equipa tenha sido facultado tal relatório!

Portanto, como o Sr. Prof. vê, o sistema continua a fazer das suas...

Aqui, como nota prévia, Sr. Presidente, apelava para que, antes da próxima audição de qualquer membro dessa Comissão, os três documentos que aqui foram referidos – o trabalho sobre o TGV, o trabalho sobre a variação dos custos das PPP e o relatório que o PS tem – sejam distribuídos, para que tenhamos todos os mesmos instrumentos, o mesmo nível de conhecimentos e possamos fazer o nosso trabalho com qualidade.

Sr. Prof., queria colocar-lhe duas questões. A primeira tem como ponto de referência o Tribunal de Contas, que, neste relatório que foi divulgado pela imprensa diz, segundo a própria imprensa, que irá ser

proposta uma coima a um governante de 4000 euros, porque negou informação. Isto segundo diz a imprensa. E o próprio Tribunal de Contas, num dos vistos prévios que recusou, o do TGV, originou indemnizações mínimas de 30 milhões de euros.

Portanto, é caso para dizer, em linguagem comum, que compensa não cumprir a legalidade, porque depois a sanção, infelizmente, é irrelevante face aos gravíssimos prejuízos que acarreta para o País.

A primeira pergunta, Sr. Prof., é a seguinte: o que nos pode aqui dizer que seja útil para evitar estes erros do passado? Que medidas pudemos vir a incluir num manual de boas práticas?

A segunda questão, Sr. Presidente, será muito rápida. Queria alertar o Sr. Prof. para que aquilo que o separa do Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro em termos de números é o equivalente a 15 anos de subsídios de Natal e férias – 15 anos é o que os separa, são 35 000 milhões de euros que separam VV. Ex.^{as}.

Portanto, para concluir, pergunto: o que é que o Sr. Prof. nos pode sugerir aqui que possamos fazer? Quem poderemos ouvir e que documentos poderemos solicitar para, de uma vez por todas, pôr fim a discrepâncias desta dimensão?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Sr. Deputado, relativamente ao que fazer no futuro, julgo que poria à cabeça executar uma política de transparência a todo transe.

Vi ontem o decreto-lei que foi publicado pelo Governo a propósito deste assunto e já aqui referi, na minha intervenção inicial, que a disponibilização de informação pública de todos os documentos que envolvem as PPP está considerada de forma muito firme. Essa referência é feita duas vezes no preâmbulo e três vezes em vários artigos, estando

previsto mesmo que seja criado um *site* onde essa informação seja disponibilizada.

Julgo que muitos dos problemas que aqui discutimos se resolvem com transparência, ou seja, se a informação for fornecida a todos os cidadãos, a todas as pessoas que se interessam, de forma transparente e adequada, muitos destes problemas acabam por desaparecer, porque se formos transparentes e claros, se a informação estiver acessível a toda a gente, os cidadãos, mesmo aqueles que tenham mais tendência para «pisar o risco», acabam por se autocontrolar.

Portanto, diria que o principal problema deve ser atalhado através da disponibilização de informação.

Aliás, quero referir que não sou só eu a pensar assim. Se os Srs. Deputados leram com atenção o Memorando da troica, no âmbito do capítulo sobre as PPP viram que esta ideia vem lá com muita força. Ou seja, publicar, dar conhecimento, de forma transparente, a todos os cidadãos de todos os documentos respeitantes às PPP. Isso não vem lá por acaso! A experiência internacional mostra que as sociedades têm capacidade de se autocontrolarem se a informação flui de forma simples, de forma eficaz. Se tivermos a certeza que a documentação...

É por isso que considero que o pretexto que me traz aqui é muito importante, não por mim mas pelo que está em causa. Ou seja, não está em causa aqui a sonegação da informação a um mero professor universitário que quis fazer um trabalho e foi impedido. Não é isso! O que está aqui em causa é se nós, enquanto sociedade, somos ou não capazes de disponibilizar a documentação essencial nestas matérias.

Ao fazer isso, podemos ter a certeza que o essencial dos problemas desaparecerá por si! Portanto, a grande tarefa que vejo que agora temos de fazer nesta área é pôr no concreto, implementar aquilo que está previsto no

Memorando da troica a este propósito e que foi vertido no decreto-lei que saiu no dia 23.

Se me pedirem uma medida, digo que esta é de facto a mais importante.

Depois, há um outro ponto que está também previsto neste decreto-lei que é a criação de uma unidade técnica, com técnicos altamente qualificados, que possam conduzir os negócios das PPP no futuro. Aqui tenho algumas reticências, ou seja, não estou totalmente convencido da eficácia desta medida, dependendo do modo como isto for utilizado. Esta unidade vai conter no máximo 13 pessoas, ou seja, se não houver uma articulação muito perfeita com o restante da Administração Pública, francamente que 13 pessoas será um número insuficiente para dar um novo impulso à gestão das PPP.

Portanto, diria que, do meu ponto de vista, estes pontos são... sublinhando que o primeiro ponto, da transparência, é de facto essencial, porque se tivermos um local com disponibilidade de consulta, com toda esta informação, naturalmente, os gestores, os negociadores, os agentes políticos, sabendo que todos aqueles documentos que eles vão negociar vão ser transparentes, vão estar à disposição de todos os cidadãos,... o essencial dos problemas que temos vindo a discutir aqui desaparecerão por si.

Penso que este é o ponto que mais gostaria de sublinhar, com muita força.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro):- Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): - Sr. Presidente, serei muito sintético, com duas questões muito rápidas.

Sr. Prof., gostava que comentasse duas inscrições orçamentais: uma do Orçamento de Estado para 2005, do Ministro Bagão Félix, que diz que os encargos líquidos com as PPP são de 15 822 milhões de euros, e outra do Orçamento para 2012, que diz que são 15 129 milhões de euros.

Segundo ponto: o que acha, relativamente a estes estudos que são feitos e que consideram que, terminada a concessão, não há mais receitas? Por que é que não se contabilizam as portagens que vão continuar e, nesse caso, já não há despesas que não sejam as de conservação naturais e inerentes ao processo?

Uma última questão. Queria dar-lhe a oportunidade para clarificar melhor a situação relativamente ao relatório, ao célebre relatório que foi entregue ao anterior governo, foi entregue a este Governo, foi escrito pelo atual secretário de Estado e de que têm conhecimento todos os membros do Grupo de trabalho exceto o Sr. Prof., e, do que ouvi do Sr. Prof., creio que se procurarem numa sede ali na Lapa, provavelmente, também lá o encontrarão, além das cartas e das entrevistas que foram dadas pelo Sr. Prof.

Mas vamos dar-lhe a oportunidade, depois ouviremos os outros membros do Grupo de Trabalho. É que o Grupo de Trabalho diz no próprio relatório, e irei fazer essas perguntas aos outros membros, que lhes foi dada informação detalhada das PPP rodoviárias contratadas, contendo ficheiro resumo da lista de 21 parcerias e respetivos contratos e pasta individual por parceria, com os contratos anexos e caso-base.

Ora, o senhor disse que não houve disponibilização ao Grupo de Trabalho, o restante Grupo de Trabalho escreveu isto e gostaria que o senhor clarificasse bem a sua posição porque alguém mente, ou então temos de clarificar melhor qual é a precisão da sua declaração.

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: - Não tenho documentação suficiente para responder à sua questão, não lhe posso dar uma resposta.

O Sr. Deputado insiste nesta questão da disponibilidade ou não de informação suficiente. O que posso fazer, embora contra à vontade, pois não estava preparado nem queria fazer isso, o Sr. Deputado vai obrigar-me a isso, é divulgar o conjunto de *e-mails* trocados entre membros do grupo, e, enfim, os Srs. Deputados tomaram as vossas opiniões.

Não posso falar pelos outros membros da Comissão. Se eles entenderam que a documentação que estava à sua disposição era suficiente, não sei. Comungo das reticências que os Srs. Deputados aqui deste lado referiram: estarmos a comentar um relatório que não conhecemos, torna-se complicado. Desde logo, o Sr. Deputado não me referiu quantas pessoas assinaram esse documento. A minha questão é a seguinte:...

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Foram 3, somos 4!

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — São três Deputados. Então, no fundo, falhou uma pessoa. Não está em causa a minha pessoa mas alguém, digamos, com uma perspetiva crítica sobre o processo.

Depois, quanto a saber se esse famoso relatório — que, pelos visto, surgiu agora e a mim ninguém o fez chegar — cumpre a missão que está determinada e, nomeadamente, se dá prioridade à análise do TGV, lembro-me que, enquanto estive na Comissão, o TGV foi considerado prioritário e foi considerado necessário que incidíssemos o nosso trabalho sobre essa área. Portanto, não lhe posso dizer mais nada.

Lamento que me vá obrigar a divulgar informações sobre a troca de *e-mails* pessoais — não está em causa questões de natureza pessoal, como é

evidente —, mas julgo que é desagradável, não é? Sobretudo, gostaria de pedir aos Srs. Deputados que usem esta informação que vos vou dar com alguma lisura, ou seja, que façam chegar às pessoas da Comissão que aqui vão depor essa informação, para não depois não se contradizerem com problemas de memória que eles tenham.

Seria importante que esse dossiê fosse fornecido a todas essas pessoas e que não se fizessem perguntas...

Aparte inaudível na gravação.

Portanto, gostaria de lamentar isso e, enfim, não sei o que lhes possa dizer mais. Mas quero referir que não faz parte do meu modo de atuar dar-vos este dossiê com as informações trocadas entre nós e pedia-vos, de facto, que as utilizassem de forma lisa perante os outros elementos, pelos quais tenho grande consideração, de modo a não os pôr em contradição, atraindo algum lapso de memória que tenham.

Não sei se eles terão guardado, como eu guardei, esta documentação, mas obrigado.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Uma verdadeira interpelação à Mesa?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Uma verdadeira interpelação à Mesa que pode ser útil para os nossos trabalhos de amanhã, eventualmente, até, para uma reformulação da lista de audições nesta primeira fase.

Será que o Sr. Presidente – até pode ser depois, no final – consegue apurar se a informação que vai ser disponibilizada envolve os membros do Grupo Sérgio Monteiro e Fernando Pacheco, nomes que tiveram em cima da Mesa e que nós, no apuramento, optámos por não incluir? Se eles vão ser confrontados com a divulgação de documentação que os possa envolver, eventualmente, ao nível da reunião da Mesa e da coordenação, temos de ponderar...

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr. Deputado, penso que amanhã teremos uma reunião de coordenadores e da Mesa para, exatamente, podermos detalhar tudo quanto ainda falta fazer.

Assim, dou a palavra à Sra. Deputada Carina Oliveira.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, estando em substituição, a esta hora, só quase me apetece agradecer ao Sr. Professor por ter vindo.

Gostaria de falar de um relatório que o Sr. Prof. não assinou, gostaria de falar de um relatório que desconhecemos, e não lhe estou a pedir para falar sobre a informação que o Sr. Professor não recebeu. Continuamos a falar de informação que é dada e distribuída a um lado e não é a outro e, portanto, quase que me apetece só saudar a sua vinda a esta Comissão e dizer, eventualmente, ao Deputado Serrasqueiro, sobre a informação que pelos vistos tem em excesso, se alguns dos senhores dos cacifos que fornece informação desse lado quiser passar no quarto andar, o meu cacifo também está à disposição para qualquer informação que queiram deixar.

Queria apenas dizer ao Sr. Prof. que gostaria de pedir, da experiência que tem nesta área, enquanto académico e enquanto economista, se nos podia ajudar a resolver um pouco o dilema. Já não digo PPP sim ou não, mas gostaria de saber qual é o limite, porque já se percebeu que as PPP podem ser boas consoante a utilização faz delas.

Relatou-nos, inclusivamente, casos positivos para as autoestradas americanas, fez o mesmo também para o impacto que isso teve em Espanha, mas para o País, para a dimensão do nosso território, para aquilo que podemos pagar, qual é o limite razoável, ao fim ao cabo, qual é a dose do veneno a que estaríamos aqui a assistir?

É que chegámos a 25 contratos para adjudicação de obras públicas e pergunto se serão demais para aquilo que o território pode suportar. Qual seria, efetivamente, o limite a partir do qual isto se tornaria insuportável, porque já se percebeu que as PPP não são boas nem más, é uma questão do limite e da dose.

Por último, o Sr. Dr. Juiz Conselheiro Carlos Moreno expressou uma preocupação, da qual hoje ainda não falámos e de que eu partilho bastante. Assim, gostaria de obter o seu comentário relativamente à questão dos meios e mecanismos de fiscalização e controlo destes contratos. Foram acautelados?

Da sua experiência e de alguma da documentação a que teve acesso sobre a fragilidade dos instrumentos do Estado para fazer esse controlo, gostaria de conhecer a sua visão e preocupação sobre isso.

Há pouco falou sobre os funcionários públicos de qualidade e o esvaziamento dos serviços públicos, de forma a conseguirem ser eles também ferramentas eficazes do controlo a esses contratos. Gostaria que fizesse um comentário sobre isso porque se até na génese falhámos, falhámos logo à partida com o comparador público, o que dizer, então, dos

meios e mecanismos de fiscalização e controlo do decurso destes contratos por parte do Estado concedente?

O Sr. Prof. Doutor **Manuel Avelino de Jesus**: — Sr.^a Deputada, para responder à sua questão, posso colocar a questão desta forma: primeiro, julgo que nada do que ocorreu nestes últimos anos teria ocorrido se os relatórios de auditoria do Tribunal de Contas tivessem sido levados a sério, ou seja, se fossem documentos respeitados, se tivéssemos sido capazes de tirar consequências daquilo que os Juízes do Tribunal de Contas viram e analisaram, nada disto estaria em causa.

Penso que o Estado, os nossos poderes públicos, de certa forma, em alguns sectores, viram o problema. Se o nosso Tribunal de Contas tivesse sido respeitado, se fossem tiradas as consequências daquilo que foi escrito e dito nos relatórios, nada disto teria acontecido.

Por outro lado, e reafirmo aquilo que tinha dito há pouco, se a informação estivesse disponibilizada a todos os cidadãos, nenhum destes problemas teriam surgido, porque os cidadãos e as suas várias organizações são suficientemente ágeis para poderem atuar a tempo, ou seja, a melhor prevenção não é uma fiscalização burocrática, é a disponibilização da informação. Penso que é uma fiscalização que não custa, não tem gastos e funciona, diria, de forma muito rigorosa.

Portanto, diria que tudo isto se teria evitado se, primeiro, se tivesse tirado consequências daquilo que o Tribunal de Contas escreveu e, segundo, se se tivesse disponibilizado toda a informação para todos os cidadãos e todas as organizações sociais que quisessem, porque aí todos os agentes políticos autolimitar-se-iam e, portanto, não fariam muitos daqueles exageros a que estamos a assistir e que é, digamos, o motivo da nossa discussão.

Portanto, informação, transparência e respeito pelo Tribunal de Contas.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Com esta última intervenção do Sr. Prof. Avelino de Jesus, terminamos seis horas de reunião.

Resta-me agradecer a disponibilidade, a paciência e a resistência do Sr. Prof. e a de todos os colegas. Muito obrigado e amanhã de manhã cá estaremos de novo.

Está encerrada a reunião.

Eram 16 horas e 36 minutos.